

Amanda Siqueira da Silva
Anderson Matos Teixeira
Emannuel Henrich Reichert
(Organizadores)

Desvendando a história regional

novas pesquisas



Conselho Editorial de Ciências Humanas Méritos Editora

Alessandro Batistella

Doutorando em História (UFRGS) / prof. na UPF / Brasil

Arisa Araújo da Luz

Doutora em Educação (Unisinos) / profa. na UERGS / Brasil

Elio Masferrer Kan

Doctor en Antropología (ENAH) / prof. en la Escuela Nacional de Antropología e Historia / México

Elzbieta Budakowska

Doctor of Sociology (University of Warsaw) / profa. in the same institution / Poland

Gerson Wasen Fraga

Doutor em História (UFRGS) / prof. na Universidade Federal da Fronteira Sul / Brasil

Gizele Zanotto

Doutora em História (UFSC) / profa. na UPF / Brasil

Gilmar Mantovani Maroso

Doutor em História (PUCRS) / prof. na Universidade Luterana do Brasil

Jaime Giolo

Ph.D. em Educação Superior Brasileira (Unicamp) / prof. na Universidade Federal da Fronteira Sul

João Carlos Tedesco

Ph.D. em Ciências Sociais (Università degli Studi di Milano) / prof. na UPF / Brasil

Luiz Carlos Tau Golin

Ph.D. em História (Universidade de Lisboa) / prof. na UPF / Brasil

Nadir Antonio Pichler

Doutor em Filosofia (PUCRS) / prof. na UPF / Brasil

Thaís Janaina Wenczenovicz

Ph.D. em História (UFRGS e Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoameryka) / profa. na UERGS / Brasil

Valentina Ayrolo

Doctora en Historia (Univ. Paris I, Panthéon-Sorbonne) / profa. en la Univ. Nac. de Mar del Plata / Argentina

Amanda Siqueira da Silva
Anderson Matos Teixeira
Emmanuel Henrich Reichert
(Organizadores)

Desvendando a história regional

Novas pesquisas

méritos
editora

© 2013

Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua Padre Valentin, 564 / 302
Passo Fundo, RS, CEP 99072-100
Fone/fax: (54) 3313-7317
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Jenifer B. Hahn
Auxiliar de edição

Leo Hélio Dellazzari
Revisão final

❖ Importante: As opiniões expressas neste livro, que não sejam as escritas pelos organizadores em seus capítulos, não representam ideia(s) destes. Cabe, assim, a cada autor a responsabilidade por seus escritos.

❖ Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora ou do(s) autor(es), poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D489 Desvendando a história regional: Novas pesquisas /
organizado por Amanda Siqueira da Silva, Anderson
Matos Teixeira, Emmanuel Henrich Reichert. – Passo
Fundo: Editora Méritos, 2013.
240 p.

1. História Regional 2. Historiografia 3. Política
I. Silva, Amanda Siqueira da (Org.) II. Teixeira, Anderson
Matos (Org.) III. Reichert, Emmanuel Henrich (Org.)

CDU 930.85

Bibliotecária responsável: Andréia Maira Ziegler CRB 10/1624

ISBN: 978-85-8200-018-2

Impresso no Brasil

Prefácio

Luiz Francisco Matias Soares¹

Esta publicação é o fruto do esforço de um grupo de estudantes de mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo. A ideia surgiu em uma manhã quente de outubro de 2011, após uma aula em que se debatia a necessidade de cada vez mais publicar as pesquisas dos meios acadêmicos. No mesmo dia, procuramos a Coordenação do curso, que tanto nos apoiou desde o princípio, e iniciamos a montagem do projeto para a publicação.

Nosso objetivo: a reunião de textos com abordagem regional, mas sem concentrá-los em um só formato ou tema. Para isso, buscamos na especificidade de cada região abordada um olhar com sua descrição. Daí surgiu a ideia de montar eixos que agregassem os capítulos de maneira a sistematizar os assuntos em uma sequência, porém respeitando a originalidade de cada ensaio como capítulo.

¹ Mestrando em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo, bolsista CAPES, professor de História e Geografia - concursado SEDUC/RS, professor convidado da UNIPAMPA/São Borja, pesquisador na mesma instituição (sobre relações de fronteira: história, política e cultura na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Uruguai) e membro do Conselho Editorial da Revista *Semina* e da Associação dos Pós-graduandos da UPF/RS gestão 2011/12.

Considerando que a história regional não é um método e sim uma abordagem em determinado espaço relacionado com um recorte temporal estabelecido, estas diversas peças reunidas nesta publicação guardam na variedade de espaços e tempos apresentados e na pluralidade de temas a riqueza de possibilidades dos diversos aspectos regionais.

Na grande maioria, trata-se de temas desenvolvidos ou revisitados em pesquisas científicas para o Programa e marcam a passagem dos autores pelo Mestrado da Universidade de Passo Fundo como alunos. Nesse aspecto, a obra ganha também um viés emocional, já que os companheiros de aula estão gravados nas páginas deste livro.

Assim, deu no que deu: abordagens reunidas em eixos para que o leitor possa lê-las em conjunto ou separadamente, como for do gosto de quem estiver com a obra em mãos. E, sobretudo, esta obra é o registro de um tempo bom, o de grandes amizades.

Boa leitura!

Apresentação

Gizele Zanotto¹

Há décadas Pierre Nora já asseverava que “vivemos a fragmentação da história”. Isso não significa a defesa da hiper-especialização ou a simples negação de uma história geral e globalizante, não, essa história fragmentada é a própria proposição de uma história total por outras vias, a das problemáticas, dos estudos delimitados no tempo e no espaço, mas não desprovidos de conexões com o amplo e global. Destarte, o que mais fascina é perceber a inesgotabilidade dessa fragmentação, das problematizações, das incorporações teórico-metodológicas, assim como dos objetos, das abordagens e das fontes postas à análise da ciência histórica a cada nova geração de historiadores. Nesse sentido, corroboramos a perspectiva de Nora ao defender que vivemos sim uma fragmentação da história, vivemo-la intensa, contínua e proficuamente.

A obra que ora apresentamos é um dos reflexos dessa postura pluralizada do ofício histórico de fazer e escrever história. Resultado de pesquisas empreendidas no decurso do Mestrado

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), membro do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH) e atual coordenadora do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades - Rio Grande do Sul (GTHRR/RS). E-mail: gizele@upf.br

em História Regional da Universidade de Passo Fundo, os capítulos desta coletânea evidenciam a riqueza da produção recente da historiografia não só ao propor novas questões e perspectivas, como também ao questionar abordagens clássicas e, especialmente, ao evidenciar olhares múltiplos lançados aos objetos de pesquisa. Também como resultado dessa postura historiográfica, temos a proposição de que a atitude crítica e o olhar ampliado do historiador são necessários para o enriquecimento de toda análise proposta. Assim sendo, a complexidade sócio-histórica também marca as produções vinculadas à perspectiva política, social, cultural ou institucional em cada um dos capítulos deste livro.

A coletânea, com muita justeza, inicia com o texto *O historiador e a história regional*, de Ana Luiza Setti Reckziegel, que discute a conceituação de história regional, assim como sua historicidade e proficuidade como proposta de análise. Como demonstra a autora, a história regional vai além da compreensão de um recorte localista, particular, para propor um enfoque diferenciado para a compreensão do global. Enfoque esse que se ampara na observação das relações e articulações pautadas em uma concepção de região também inovadora, não entendida como recorte geográfico somente, mas também como delimitação cultural, sócio-histórica e política, de acordo com a proposta de cada pesquisador.

A primeira parte da obra agrega produções sobre a história, cultura e política do Rio Grande do Sul. No texto *Uma abordagem de história regional: A Brigada Militar nas páginas da revista Pindorama*, Amanda Siqueira da Silva analisa o olhar institucional da história dessa instituição do Rio Grande do Sul a partir da revista da entidade, intitulada *Pindorama*, que foi publicada entre 1926 e 1928. Mais do que um periódico militar, a revista dedicava-se a temas contemporâneos (acontecimentos no país e no mundo) e também a questões de lazer e de cultura. Assim, o periódico se constitui em um manancial

importantíssimo para a constituição e/ou consolidação da leitura militar do contexto político-social e dos fatos cotidianos para os brigadianos e seus familiares, que possuíam acesso à publicação.

A problematização do que parece dado, verdade, natural, também é realizada por Emmanuel Henrich Reichert no capítulo *Reparar o mal: casamento e crimes de sedução no norte do Rio Grande do Sul, 1942-1969*. Partindo de fontes judiciais da comarca de Soledade, o autor analisa os chamados “crimes de sedução”, evidenciando as intrincadas redes de sociabilidade, elementos culturais, convenções sociais e modelos de família implicados em cada caso de processo iniciado. Mais do que crimes de sedução em si, o estudo avalia as complexas redes de poder, saber e querer envoltas em processos judiciais, geralmente iniciados para *reparar o mal* e (tentar) restaurar a *honra* dos familiares.

Uma abordagem cultural é realizada em *Representações artísticas da Revolução Farroupilha*, de Janaína Golin. A autora detém-se na avaliação das representações sobre a guerra civil e também sobre sua mobilização para a constituição de um imaginário social sobre o conflito. A análise da construção estética de um evento como a Revolução Farroupilha, articulando-a a constituição de ideários sobre o conflito, imaginário e mesmo identidades dos rio-grandenses, é extremamente relevante, visto a incessante rememoração laudatória de eventos, que, pela mobilização e ênfase recebidas por grupos sociais e tradicionalistas, acaba por *construir* uma memória outra que é tida como verdade, que é naturalizada.

Josei Fernandes Pereira avalia a constituição histórica da usura pelos católicos, analisando a ressignificação dessa prática do medievo ao século XX. Em *Usura e cooperativismo de crédito na região Noroeste do Rio Grande do Sul (1902-1930)*, o autor discute o quanto a prática usurária foi sendo despida de seu caráter imediatamente pecaminoso e também como a instituição

eclesial propôs e defendeu alternativas a ela, visando evitar a danação de seus fiéis. O caso da colonização do estado rio-grandense mostra-se como mais um contexto propício à encampação de substitutivos aos colonos imigrantes, especificamente com a defesa do cooperativismo e das caixas rurais como entidades de auxílio mútuo que afastariam os fiéis do *pecado* da usura.

No texto *A República Velha e a história política regional nas páginas dos jornais: o caso do “A Nação” na fronteira oeste do Rio Grande do Sul*, Luiz Francisco Matias Soares empreende uma análise sobre os avanços metodológicos que possibilitaram um revigoração das fontes periódicas para o estudo da história política. Tal perspectiva tem como marco as ações dos chamados “analistas” que defenderam a renovação da ciência histórica com a consideração de novos objetos, abordagem e fontes, o que possibilitou uma progressiva retomada de estudos de história política, mas agora com base em outros elementos e ênfases. Sobretudo, o autor destaca o uso profícuo das fontes periódicas como um dos vetores dessa renovação historiográfica contemporânea.

A região do Prata é tema dos artigos da segunda parte dessa publicação. *O eixo regional Brasil e Argentina e suas relações com os Estados Unidos entre 1930-45* analisa a configuração geopolítica dos principais países da América do Sul ante o estado estadunidense no contexto posterior à crise de 1929, no entre-guerras, no contexto de ascensão e consolidação dos fascismos e governos ditatoriais e também durante a II Guerra Mundial. O autor Anderson Matos Teixeira evidencia as tensas relações entre os países, bem como as estratégias e opções de cada um dos envolvidos, indicando como as relações históricas e os projetos de nação foram marcantes para a decisão dos rumos que cada país adotou em relação ao vizinho do norte.

A região platina ganha ainda mais destaque em *Povos platinos em rede: Breve análise sobre correspondências nos oitocen-*

tos, de Fabiano Barcellos Teixeira, e *Região Platina: organização sociocultural em um espaço supranacional*, de Henrique Pereira Lima. O primeiro texto se atém à análise da epistolografia e evidencia os meandros de uma política agressiva do Brasil em relação a países platinos entre 1850 e 1855. Ações militares e ações diplomáticas foram intermitentes, como nos evidenciam as missivas analisadas por Fabiano Teixeira, sobretudo no que se refere à invasão de 1855. Já Henrique Lima destaca a formação histórica, cultural, social e econômica da região platina. Embora a fragmentação da região em unidades políticas tenha se constituído ao longo dos séculos XVIII e XIX, a identidade cultural e histórica é ainda marca evidente naquele espaço.

A terceira parte desta obra contempla estudos acerca do Sudoeste do Paraná, região de colonização recente marcada pela territorialização daquele espaço por descendentes de imigrantes europeus que viviam, sobretudo, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Os capítulos de Denílson Sumocski e de Leomar Rippel e Ronaldo Zatta empreendem uma crítica à historiografia da constituição do sudoeste do Paraná, ressaltando que as propostas dos analistas estiveram marcadas pelas premissas do projeto colonizador e *civilizador* empreendido pelo estado brasileiro a partir de meados do século XX. O *Sudoeste do Paraná e o processo de ocupação/construção regional*, de Denílson Sumocski, avalia o quanto o silenciamento sobre a ocupação indígena e cabocla foi relevante para legitimar o projeto colonizatório empreendido pelo estado naquela região, considerada, sob a ótica do Estado, um “vazio demográfico”.

O desmonte desse discurso laudatório que valoriza os pioneiros colonizadores (migrantes do estado extremo-sulino, especialmente) também é base do capítulo de Leomar Rippel e Ronaldo Zatta. *Sudoeste paranaense: sob a égide da geopolítica segue a Marcha “Civilizacional”* analisa a articulação da tríade “ocupar, civilizar e proteger”, premissa do projeto de integração

nacional e segurança nacional do governo de Getúlio Vargas (1930-1945). No texto, os autores também problematizam a participação dos militares no projeto nacional, sobretudo no que se refere à denominada Revolta dos Posseiros (1957).

Tamãha diversidade de temas, propostas e abordagens acaba por ratificar a postura de que a história é uma ciência em construção contínua, que é também histórica e tem muito a aprimorar-se e a contribuir com a sociedade. Desvelar os meandros de fatos e contextos que parecem dados, desobscurecer pré-conceitos, historicizar comportamentos e ações, são sim importantes meios de reflexão sobre o ser e o fazer história de cada um de nós, pesquisadores e leitores. Ricoeur já defendia que as obras históricas têm infinitas possibilidades, pois fazem circular, renovar e transmitir cultura. Nesse sentido, esperamos que estes artigos sejam profícuos a todos os leitores, que lhes sejam vetores de novos questionamentos e também bases para uma compreensão mais acurada da sociedade em que vivemos.

*Passo Fundo,
primavera de 2012.*

Sumário

Prefácio	
<i>Luiz Francisco Matias Soares</i>	5
Apresentação	
<i>Gizele Zanotto</i>	7
Capítulo I – O historiador e a história regional	
<i>Ana Luiza Setti Reckziegel</i>	15
 PARTE I RIO GRANDE DO SUL: HISTÓRIA, CULTURA E POLÍTICA 	
Capítulo II – Uma abordagem de história regional: A Brigada Militar nas páginas da <i>Revista Pindorama</i>	
<i>Amanda Siqueira da Silva</i>	31
Capítulo III – Reparar o mal: Casamento e crimes de sedução no Norte do Rio Grande do Sul – 1942-1969	
<i>Emmanuel Henrich Reichert</i>	45
Capítulo IV – Representações artísticas da Revolução Farroupilha	
<i>Janaína da Rocha Golin</i>	69
Capítulo V – Usura e cooperativismo de crédito na região noroeste do Rio Grande do Sul – 1902-1930	
<i>Josei Fernandes Pereira</i>	91

Capítulo VI – A República Velha e a história política regional nas páginas dos jornais: O caso do *A Nação* na fronteira oeste do Rio Grande do Sul

Luiz Francisco Matias Soares..... 115

PARTE II

O PRATA: UMA REGIÃO TRANSNACIONAL

Capítulo VII – O eixo regional Brasil–Argentina e suas relações com os Estados Unidos – 1930-1945

Anderson Matos Teixeira..... 141

Capítulo VIII – Povos platinos em rede: Breve análise sobre correspondências nos oitocentos

Fabiano Barcellos Teixeira..... 161

Capítulo IX – Região platina: Organização sociocultural em um espaço supranacional

Henrique Pereira Lima 181

PARTE III

SUDOESTE DO PARANÁ: A CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO

Capítulo X – O Sudoeste do Paraná e o processo de ocupação / construção regional

Denílson Sumocski 203

Capítulo XI – Sudoeste paranaense: Sob a égide da geopolítica, segue a marcha *civilizacional*

Leomar Rippel, Ronaldo Zatta..... 223

O historiador e a história regional

Ana Luiza Setti Reckziegel¹

O conceito de história regional foi, até pouco tempo, sinônimo de uma história localista, feita por autodidatas ou memorialistas, sem preparo teórico e sem conhecimento metodológico do *métier* do historiador.

Tratava-se de uma história impregnada de espírito paroquial, sem uma definição precisa sobre o entendimento de região. Em grande parte, estes trabalhos entendiam a região como o local, a cidade e seu entorno, não havendo articulações com os níveis mais amplos da escala histórica. Daí essa história ser tida como algo menor, periférico ou mesmo marginal frente às chamadas *grandes sínteses nacionais*.

Os estudos sobre história regional começaram a tomar maior amplitude a partir do final da década de 1980, um contexto influenciado pelo esgotamento das macro-abordagens, as quais se mostravam insuficientes para explicar realidades mais particularizadas, e pela instalação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em vários estados do país. O interesse em explicar

¹ Doutora em História, docente do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

temas nacionais a partir de problemáticas regionais levou os pesquisadores a se preocuparem em precisar alguns conceitos que até então eram entendidos em seu significado convencional, a exemplo do conceito de *região*.

Para aqueles pesquisadores, a região não poderia ser entendida como algo dado e daí adveio a necessidade de atribuir ao termo sentido ampliado. A região passou a ser analisada como fenômeno concreto e observável e também como uma categoria de análise.

É fato que, ao longo das últimas décadas, os estudos de história regional têm ultrapassado em muito o critério simplista de espaço, tendo avançado na reflexão conceitual e metodológica do sentido e do fazer da história regional e também do significado da região no processo de análise de realidades específicas.

Conquistando paulatinamente lugar na prática historiográfica, a história regional obtém atualmente um espaço de respeito no meio acadêmico à medida em que avançam as discussões sobre a complexidade da ideia de região e de regional e suas recorrentes coincidências e divergências com o conceito de nação e de nacional. Assim, a questão da mudança de concepção sobre o conceito de região constitui a chave para o entendimento que hoje se tem sobre a história regional.

História regional: do que se fala?

As ciências sociais têm termos comuns, porém não uma linguagem comum. Dessa maneira, os conceitos devem ser suficientemente explícitos para que, desde a perspectiva que se lhes apresente, não entrem em confusão com as acepções que cada área propõe (HEREDIA, 1998, p. 291-310).

De acordo com Edmundo Heredia,

Não basta conhecer os significados convencionais ou lexicográficos das palavras; o leitor deve conhecer o sentido e o conceito que cada autor atribui às palavras que emprega, sobretudo quando estas encerram uma significação especial ou chave dentro de um discurso.

[...] um dos termos controvertidos e de múltiplo uso é “região” (Ibidem, p. 291-292)

Em uma breve retrospectiva, situaremos historicamente o termo região, a fim de acompanharmos as alterações sofridas no seu significado. Há que considerar, portanto, que esse termo passou por transformações (RECKZIEGEL, p. 15-22). Na Antigüidade, *regione* era a denominação dada a áreas que, mesmo dispondo de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.

Durante a Idade Média, as subdivisões regionais romanas deram origem espacial aos poderes autônomos dos feudos. Esse processo ensejou outro entendimento sobre os conceitos de região, nação, território, abrindo um campo disciplinar especificamente geográfico.

No contexto da redefinição do papel do Estado e das manifestações nacionalistas e regionalistas, a Idade Contemporânea foi palco de grandes debates sobre a ideia de região. Nesse momento, a polêmica sobre esse termo possuía ainda um inequívoco sentido espacial, que embasou as discussões de temas referentes à política, à cultura, às atividades econômicas, relacionadas especialmente às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc., e de suas representações (GOMES, 1995, p. 46-76).

No campo científico, a geografia abriu espaço privilegiado de discussões ao atribuir à região o *status* de conceito-chave e

produzir reflexões sistemáticas sobre ela. Fundamentalmente, para os geógrafos, esse conceito refere-se à noção de espaço, ao qual se agregam outros componentes.

Para Milton Santos (1977, p. 41), o espaço produto da ação humana constituiria uma natureza socializada que, por sua vez, interferiria no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida em que seria instância de determinação no movimento do real, de sua transformação, em outras palavras, de determinação na história a ser construída.

Santos foi um dos estudiosos brasileiros que mais aprofundou a temática referente ao espaço, referindo-se ao espaço regional em perspectiva crítica à geografia tradicional. Para ele, os espaços total e local seriam aspectos de uma única e mesma realidade – a realidade total – à imagem do universal e de seus particulares. A sociedade global e o espaço global transformar-se-iam através do tempo em um movimento que seria o resultado da interação entre sociedade global e espaço global e de suas diversas funções, embora interessando igualmente às diversas facções da sociedade e do espaço (Ibidem).

Em outra vertente de abordagem, Alain Lipietz aprofundou a noção de espaço, relacionando-o com a dimensão política e definindo-o como “um campo de ação por excelência das forças políticas”. Referindo-se ao espaço regional, valeu-se do conceito de “armadura regional para definir um sistema de exploração e articulação dos modos de produção, forma e base das alianças entre as classes dominantes e, da dominação ideológica sobre as classes dominadas” (LIPIETZ, 1977.).

Ampliando ainda mais a noção de espaço, Poche argumentou que o espaço comportaria um valor simbólico, funcionando como nicho ecológico no seio do qual um grupo social cria, à sua maneira, um conjunto de signos e de representações.

Em verdade, o autor lembra que o próprio espaço pode ser uma dessas representações, ao assumir um conceito positivo como orgulho de pertencer a uma região; afeição que estimula a solidariedade e reforça a resistência à penetração abusiva de elementos externos; ou negativo, quando os atores regionais rendem-se a outros de identidade concebida positivamente (POCHE, 1983, n. 42).

As concepções dos geógrafos

A estruturação da noção de espaço contemplou algumas variações. O mesmo ocorreu em relação à definição do conceito de região, sobre o qual se construíram concepções diferenciadas.

Em um primeiro momento, o entendimento de região remeteu à ideia de região natural, inspirada nos trabalhos de Vidal de La Blache (1921). Para ele, a região seria decisiva na configuração de uma sociedade, sobrepondo-se o clima, o relevo, a hidrografia, a vegetação, entre outros fatores, à ação humana.

Críticos desse conceito, como Yves Lacoste (1977), consideraram região um conceito-obstáculo, pois privilegiaria explicitamente uma das formas possíveis de se recortar o espaço sugerindo, implicitamente, que não haveria outras. Para este autor, impõe-se o reconhecimento de “espacialidades diferenciais”. Ou seja, de conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras, já que o conceito de região natural revela-se incapaz de apreender a historicidade e as contradições sociais que impregnaram determinado espaço.

Portanto, para Lacoste, as dimensões e significados dessas espacialidades diferenciais variariam e seus limites se superporiam e se recortariam. Assim, em um ponto qualquer do planeta, não estaríamos no interior de um, mas de diversos conjuntos espaciais, definidos segundo variáveis igualmente diversas.

A concepção de regiões unívocas, definidas de uma vez para sempre, deveria ser abandonada em favor da de regiões operacionais de diferentes tipos, com dimensões e significados variáveis e complementares.

A história e a região

Considerando que os esforços na conceituação de região variaram segundo as tendências teóricas, para os autores de orientação materialista dialética, a noção de região estaria intimamente ligada à determinação sócio-econômica, inicialmente e, a partir do século XIX, à organização capitalista da sociedade e do espaço. Essa vertente metodológica compreenderia as diferenças e desigualdades ocorridas no âmbito regional como sistêmicas à divisão nacional e internacional capitalista do trabalho.

A partir dessas ponderações, agregam-se elementos como o político e o cultural na definição de espaço e de região. Sendo o espaço interpretado como produto da ação humana, a região tomou a acepção de espaço vivido. Nesse sentido, Armand Frémont (1980) entendeu região como um “espaço vivido que compreende elementos administrativos, históricos, ecológicos, econômicos, mas também, e mais profundamente, psicológicos”.

Essa linha de interpretação reconhece a existência de um espaço social, vivido no nível regional, portador de “cargas mais obscuras em que se misturam as histórias do afetivo, do mágico, do imaginário”. Frémont concebeu o espaço não como uma tábua-rasa que sirva de simples suporte às atividades sociais. Ao contrário, enfatiza que a cidade, a estrada, a rua, a fábrica participam intimamente nelas, sobretudo como signos, ou seja, símbolos e estruturas (Ibidem).

O espaço social não restituiria apenas a realidade social, como integraria também as suas idealizações, cuja consciência

pode ser mais viva que a de relações mais materiais. A compreensão do espaço regional requereria um nível de generalização maior. Deveria ser apreendido não só como o resultado da transformação da natureza pelo trabalho, mas também com interseções do ideológico. A região configurar-se-ia espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global (CASTRO, 1989, p. 389-404).

Bassand e Guindani compreenderam a identidade regional não apenas como resultado do perfil cultural de uma região, imagem específica. Ou seja, compreendem a identidade regional não apenas como combinação de normas, modelos, representações etc. que os atores regionais fazem de si próprios, mas também como resultado das relações sociais que mantêm com outras regiões e com a sociedade global. Nesse sentido, a identidade regional seria determinada ao mesmo tempo do exterior e elaborada internamente (BASSAND; GUINDANI, 1983).

A região constituiria uma estrutura e, por isso, possuiria uma identidade que permitiria diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilitaria a sua delimitação a partir da compreensão das suas especificidades. Portanto, como qualquer segmento do espaço, seria historicamente construída, fazendo parte da totalidade social. Suas características internas seriam determinadas e determinantes de sua interação com o todo. Apesar de suas relações com o sistema maior, a região possuiria relações internas autônomas que lhe confeririam caráter próprio e diferenciado.

O encontro dos historiadores com a questão regional insere-se no contexto desse redimensionamento do conceito de região. Ao aliar-se espaço e tempo, categorias fundamentais da geografia e da história, abrem-se novas possibilidades de análise e, ao mesmo tempo, contempla-se uma promessa de colaboração interdisciplinar que supera os tradicionais enfoques de região como algo dado.

História regional e concepções teóricas

Uma das primeiras reflexões sobre história regional no Brasil foi a obra *República em migalhas*, já citada, que reuniu trabalhos de historiadores preocupados com a questão. A obra significou um avanço em relação às concepções de região como definida *a priori*, enfatizando que a ideia de região deveria ser historicizada e articulada com a história nacional e global (SILVA, 1990, p. 43-49).

Vera Alice Cardoso da Silva afirma que

a região só se entende, [...] metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro de uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidam com fronteiras políticas juridicamente definidas. O que não se pode perder de vista, no entanto, é que a significação analítica e a utilidade explicativa do conceito de região dependem de sua referência constante ao sistema global de relações do qual foi recortada (Ibidem, p. 43-49).

A ênfase da relação entre a parte, a região e o todo ressalta a complexidade das articulações que conformam a história regional. História regional que, por muito tempo, foi tomada como simples sinônimo de historiografia menor, narração e descrição dos fatos sem preocupações de ordem teórica e metodológica, sem íntima conexão com a totalidade que a define e é por ela definida.

De acordo com Barbara Weinstein, a visão neo-marxista desses historiadores reafirmou que,

a região foi produto dos processos históricos, não de características geográficas ou mesmo convenções geopolíticas, e que a definição de região era inerentemente instável, e poderia mudar de uma era para outra. E, talvez, mais importante, insistiu que a história regional não poderia ser entendida fora do contexto de história nacional e também global (WEINSTEIN, 2003, p. 23-31).

Mesmo considerando as articulações entre o espaço regional e o espaço mais vasto, é importante destacar o risco do desconhecimento da lógica regional, pulverizada em análises globalizantes empobrecedoras. Não podemos perder de vista o fato de que o âmbito regional possui uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas, autônomas e singulares, em maior ou menor grau, aos quadros gerais em que estão inseridas e fazem parte.

A superação da visão da história regional como mera fornecedora de subsídios que, somados, resultariam em uma história nacional ou geral, história geral estranha à própria natureza multifacetada da totalidade, permite que ela ofereça elementos imprescindíveis para estudos comparativos, ao esclarecer os pontos comuns e as particularidades de diferentes espaços, revelando aspectos jamais observados ou observados superficialmente por análises mais amplas. O regional é muito mais do que um espaço físico. É um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares.

Para Janaína Amado (1990, p. 13-14), o enfoque regional oferece novas óticas às análises nacionais, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história a partir de ótica que desvela o específico, o próprio, o particular – movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc. – nas suas múltiplas relações com o geral. A historiografia

nacional ressaltaria as semelhanças, enquanto a regional lidaria com as diferenças, a multiplicidade, sem que exista processo de exclusão, mas de enriquecimento e complementaridade entre as duas esferas.

A ênfase no particular encontrou reforço no contexto da chamada *crise de paradigmas*. Para Maria Rosa Carbonari (2009, p. 19-34), “ela permitiu uma nova reflexão sobre o estudo teórico da região em sua relação com o particular e o geral”.

Na mesma linha de interpretação, Barbara Weinstein (2003, p. 24) argumenta que

é nesta conjuntura que a nova história cultural, com sua ênfase na nação e, por extensão, na região como comunidades imaginadas, permite-nos reconsiderar o regionalismo, e a história regional, como um efeito discursivo inseparável da construção de narrativas históricas nacionais, e capacita-nos a desestabilizar as várias fronteiras entre região e nação. Além disso, eu argumentaria que é somente através deste processo de desestabilização que a suposta “história regional” pode transcender sua posição marginal dentro da comunidade acadêmica e participar completamente no processo em curso do debate e da revisão histórica.

Weinstein aponta que as barreiras ideológicas e editoriais contidas na expressão *história regional*, precisam ser superadas. Para tanto, cita sua experiência em um concurso de seu departamento para historiador do período nacional primitivo na história dos Estados Unidos. Relata que,

os três candidatos que se apresentaram estavam fazendo suas pesquisas em uma região geográfica perto do local de seus trabalhos de graduação e todos os três estavam estudando áreas que podiam ser consideradas fora da corrente principal da experiência histórica dos Estados Unidos. No entanto, nenhum dos meus colegas jamais se referiu a um deles como fazendo história regional. Além do mais, tivessem eles feito isso, teria

sido certamente percebido como um comentário pejorativo [...] meus colegas não estavam sendo apenas diplomáticos ao evitar o rótulo de *história regional*. Antes disso, eles (tanto meus colegas quanto os candidatos) sinceramente não conceberam estes projetos de pesquisa como *história regional*. E eles não os conceberam deste modo, embora a pesquisa primária em cada caso focou exclusivamente em uma região ou sub-região espacialmente específica, normalmente não considerada como situada no *centro* da nação... (Ibidem, p. 26)

No Brasil, as pesquisas classificadas como *história regional* ainda tendem a ser estigmatizadas como algo menor e os pesquisadores necessitam o tempo todo chamar a atenção para a valorização da história regional em termos de ser uma prática historiográfica e não um exercício de diletantes. Nesse sentido, ainda temos um longo caminho a percorrer, se bem que as barreiras já tenham começado a cair e a história regional comece a ser reconhecida enquanto um campo de construções conceituais e metodológicas singulares.²

O grande esforço, porém, continua sendo esclarecer que qualquer divisão entre regional e nacional é problemática. Que a história regional pode ser uma possibilidade de reinterpretação do geral e de que o nacional não existe sem a compreensão dos processos que se verificam nos âmbitos regionais. A história regional somente é significativa com referência à nacional e as histórias nacionais são sempre informadas por uma perspectiva regional (WEINSTEIN, op. cit.).

² Diferente do Brasil, a história regional tem obtido destaque quanto à reflexão conceitual e metodológica em países como Argentina e México. Ver, para o caso argentino, o trabalho de Bandieri, Susana. *Cruzando La cordillera...La frontera argentino-chilena como espacio social: Siglos XIX y XX*. Neuquén, CEHIR-UNC, 2001. E, para o caso mexicano, o artigo de BAJARAS, Dení Trejo. La historia regional em México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. *História Unisinos*. V. 13, n. 1, 2009, p. 5-18.

Considerações finais

Para que possamos construir referenciais conceituais e metodológicos para a história regional, precisamos avançar na discussão das categorias que envolvem as pesquisas nesta área. Não se imagina chegar a uma espécie de receita quanto aos aspectos teórico-metodológicos que envolvem a história regional, porém há ainda necessidade de precisão conceitual e de metodologia de trabalho que se distinga daquela usada para tratar temas de mais amplo espectro, o que levaria ao fortalecimento deste campo de trabalho.

Discutir as categorias que fundamentam a compreensão dos processos históricos no âmbito regional, deslocando para a região a matriz de análise nacional, revestirá de maior segurança o trabalho do historiador e contribuirá na consolidação desta prática historiográfica.

Referências

AMADO, Janaína. "História e região: reconhecendo e construindo espaços". In: SILVA, Marcos A. *República em Migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 7-16.

BASSAND, M.; GUINDANI, S. "Maldéveloppement regional et luttes identitaires". *Espace et sociétés*. Paris: n. 42, jan./jun., 1983.

CARBONARI, Maria Rosa. "De cómo explicar la región sin perderse em el intento. Repasando y repensando la Historia Regional". *História Unisinos*. São Leopoldo: v. 13, n. 1, 2009, p. 19-34.

CASTRO, Iná Elias de. "Política e território: evidências da prática regionalista no Brasil". *Dados*. Rio de Janeiro: v. 32, n. 3, 1989, p. 389-404.

FRÉMONT, Armand. *Região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 46-76.

HEREDIA, Edmundo. 'La región em la globalización y La historia de las relaciones internacionales latinoamericanas'. III Jornadas de Historia de las Relaciones Internacionales. Globalización e Historia. Buenos Aires: 1998, p. 291-310.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Principes de géographie humaine*. Paris: Armand Colin, 1921.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.

POCHE, B. "La région comme espace de référence identitaire" *Espace et sociétés*. Paris: 1983, n. 42.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo. *Contexto*. São Paulo: Hucitec, n. 4, nov. 1977, p. 41.

SILVA, Vera Alice Cardoso da . Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. *República em Migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: v. 1, n. 1, jun. 1999, p. 15-22.

WEINSTEIN, Barbara. Regional vs. National history: rethinking categories from a comparative perspective. *Territórios e Fronteiras*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Campo Grande: v. 4, n. 1, jan./jun., 2003, p. 23-31.

Parte I

RIO GRANDE DO SUL: História, cultura e política

Capítulo II

Uma abordagem de história regional: A Brigada Militar nas páginas da *Revista Pindorama*

Amanda Siqueira da Silva¹

A história da Brigada Militar confunde-se com a própria história do Estado do Rio Grande do Sul, isto fica evidente principalmente pelo fato de esta estar presente até os dias atuais na vida da sociedade gaúcha. Analisando a história do Rio Grande do Sul, a partir do período republicano, percebe-se que muitos foram os momentos de tensão, do *pegar em armas*. Júlio Prates de Castilhos, o grande líder do Partido Republicano Rio-grandense, ao perceber o anúncio de uma revolta (a Revolução Federalista – 1893), organizou estrategicamente a Brigada Militar.

A partir da sua criação, os investimentos foram sempre vultosos, principalmente no quesito armamento. De acordo com análises de relatórios de Estado, foi possível evidenciar que a Brigada, durante o período de 1892 a 1930, muitas vezes, es-

¹ Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo/RS - UPF, bolsista CAPES. E-mail: siqueiramanda@hotmail.com

teve mais bem equipada que o próprio Exército Nacional. Esse poderio militar também nos leva a entender a razão de não ter havido necessidade de intervenção federal em momentos de guerras civis, como as de 1893 e 1923.

Mesmo com tal protagonismo, não encontramos na historiografia estudos sobre a Brigada Militar no período da Primeira República, o que tornou este trabalho um desafio. Como fonte para a reconstrução da trajetória da BM, elegemos a *Revista Pindorama*, que nos possibilitou conhecer os integrantes da BM, sua ideologia política, anseios e funções durante os governos do PRR, assim como um pouco da própria história da Instituição. Ademais, através da revista, buscamos evidências da importância da BM como defensora e propulsora do ideário Castilhistas.

A Brigada, por ter sido criada aos moldes de Castilhos, estava sobre a égide do positivismo, o qual “pretendia dar uma ordenação lógica à sociedade, procurando eliminar os elementos anárquicos e desagregados que impediam a sua evolução” (Pereira, 1993). Por isso, os indivíduos que ingressavam na BM estavam longe de se tornarem possíveis “indesejáveis”, passando a ser “elementos de ordem, e não de perturbação social”, como salienta Sandra Pesavento na obra *República velha gaúcha: Estado autoritário e economia*.

Há que levar-se em conta que naquela época a carreira militar proporcionava ao indivíduo um *status* e poder perante a sociedade. Este incorporava e assumia a filosofia da instituição como sua própria filosofia de vida. Seus princípios eram disciplina, organização e poder, os quais foram mantidos desde a criação da instituição e permanecem até hoje; agem a serviço da cidadania, visando a proteção do direito de todos, a preservação da ordem e da segurança pública da sociedade.

Contexto histórico da criação da Brigada Militar

A instalação da República no Brasil se deu através de um golpe militar e, de acordo com Emília Viotti da Costa (2007, p. 491),

resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas, que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.

Ainda segundo Costa, não podemos superestimar o papel do Partido Republicano na proclamação da República, pois, embora difundido por todo o país, não contava com um grande número de adeptos (com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). No entanto, também não podemos negar que os republicanos tiveram um papel significativo nesse processo, na medida em que as propagandas – desenvolvidas pelo partido em comícios, conferências e principalmente através da imprensa – contribuíram para criar, particularmente nos meios intelectuais, uma opinião pública favorável à ideia republicana.

Entretanto, convém salientar que os republicanos conservavam profundas divergências, que logo se evidenciaram na organização do novo regime. De fato, como lembra Boris Fausto (2006, p. 139), os vários grupos que passaram a disputar o poder com a ascensão da República tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. Por exemplo, os republicanos paulistas e mineiros defendiam

o modelo liberal, enquanto os republicanos sul-rio-grandenses eram positivistas².

Portanto, o movimento republicano no Rio Grande do Sul apresentou muitas particularidades. Além de ter se organizado tardiamente (1882),

seus fundadores tinham características distintas das elites políticas da época: eram jovens, com instrução superior e sem experiência partidária anteriores. Ao contrário dos demais partidos republicanos e monárquicos, não defendiam a doutrina liberal como base de sua luta, mas se declaravam positivistas e organizaram um programa muito próximo das propostas de Augusto Comte. Apesar de pertencerem à elite econômica vinculada à pecuária, não compunham a tradicional elite da campanha gaúcha, que, em quase sua totalidade, formava o Partido Liberal. Eram provenientes, em sua maioria, da região norte do Estado (WEBER, 1999, p. 39).

Sem dúvida, a forte influência do positivismo sobre os republicanos rio-grandenses foi uma das (senão a principal) peculiaridades políticas do Rio Grande do Sul em comparação ao restante do país. Adaptado por Júlio de Castilhos à realidade sulina, o positivismo castilhista era uma versão pragmática da ideologia comtiana, mas também assumiu algumas peculiaridades locais³.

² O positivismo exerceu grande influência entre os sul-rio-grandenses que estudaram na Faculdade de Direito de São Paulo e fundaram o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

³ Por exemplo, Ricardo Vélez Rodríguez indica as diferenças principais entre o castilhismo e o comtismo, insistindo em que o primeiro tendeu a exasperar, sob todos os aspectos, o poder de Estado, numa medida que jamais figurou nos projetos de Comte, e que o aspecto da liberdade de consciência e de opinião, sagrado para o filósofo francês, foi frustrado no Rio Grande castilhista pelo “favorecimento da doutrina estatal através da imprensa do Partido” e pela “perseguição encarnizada aos jornais da oposição” (Cf. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000).

Segundo Moacyr Flores (2006, p. 123), no Rio Grande do Sul, após a queda da Monarquia, os republicanos queriam entregar o governo provisório ao chefe do PRR Júlio de Castilhos, que não aceitou o cargo. Utilizando-se de uma estratégia política, Castilhos ofereceu o governo ao marechal José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que embora não fosse republicano, era grande amigo de Deodoro da Fonseca, além de ser um respeitado herói da Guerra do Paraguai. Na verdade, Castilhos estava consciente de que os republicanos sul-rio-grandenses dependiam do apoio militar.

Com o visconde de Pelotas na presidência do Rio Grande do Sul, os republicanos passaram a ocupar os cargos-chave da administração estatal. Segundo Moacyr Flores (Ibidem, p. 123-124), o primeiro ato do governo provisório foi nomear Castilhos secretário do governo estadual. Dessa forma, de 1889 a 1891, Castilhos montou sua máquina política baseada no Partido Republicano monolítico, na fidelidade de funcionários públicos e na força da Guarda Cívica (instituída pelo ato nº 31, no final de 1889), depois chamada de Brigada Militar.

Castilhos expurgou de todos os cargos públicos os funcionários que pertenciam aos partidos Liberal e Conservador. Só aceitou para a administração aqueles que fizeram a campanha de propaganda republicana durante o Império (Ibidem, p. 124). Ademais, Júlio de Castilhos foi praticamente o único autor da Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Nela se estabelecia a presença de um legislativo estadual com poderes limitados a questões orçamentárias e de um executivo forte com poderes de legislar por decreto sobre matérias não financeiras. E também garantia que o presidente estadual nomeasse seu vice e se reelegeresse diversas vezes, ou seja, podia permanecer no poder por tempo indefinido.

Em maio de 1891, o Partido Republicano disputou uma eleição bastante agitada, onde todos os seus opositores se uniram,

sob a legenda de Partido Republicano Federal, uma oposição ao autoritarismo castilhistas. Os resultados dessa disputa eleitoral foram, de acordo com Vélez Rodrigues, mais uma fraude na interminável cadeia de violações aos direitos civis e políticos dos cidadãos rio-grandenses. Diante desse contexto, a oposição se revelou muito forte, sendo fácil prever a aproximação de um movimento insurrecional.

A partir desse momento, Castilhos

montou a máquina política e administrativa com pessoal de sua absoluta confiança, preferindo à siseude e prudência a altanaria corajosa de partidários exaltados, que se entregaram à prática de atos abusivos e violentos, especialmente contra os adversários de maior prestígio (RODRIGUEZ, op. cit., p. 64).

Entretanto, em novembro de 1891, a oposição gaúcha, liderada por Joca Tavares, depôs Castilhos e teve início o período denominado de “Governicho”, sendo a primeira vez na República que a oposição assumia o governo do estado. Esse durou apenas sete meses. Em 1892, o PRR, tendo realizado aproximações vantajosas com o Exército, conduziu Castilhos novamente ao poder. Poucos dias depois de Castilhos assumir começou a ofensiva federalista. Dentre as reivindicações, estava a exigência da volta ao Estado de direito no Rio Grande do Sul: restauração da lei, da justiça e da segurança para a liberdade, os bens e a vida de todos os cidadãos. Desde o começo da guerra civil, Castilhos concentrou esforços na tarefa de fundamentar legalmente uma intervenção federal no Rio Grande e o fez com base no artigo 6º, inciso 3º da Constituição da República: “O governo federal não poderá intervir em negócios particulares aos estados, salvo [...] para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos estados, à requisição dos respectivos governos” (Ibidem, p. 78).

Castilhos contou com o apoio do governo federal e da Brigada Militar, que desempenhou um importante papel político ao longo da história do Rio Grande do Sul, sobretudo por sustentar o PRR no leme do poder sul-rio-grandense durante os conturbados e tensos anos que marcaram a Primeira República no estado.

Herdeira da denominada Guarda Cívica, a Brigada Militar, que era uma ala desta, surgiu em 1892, quando Fernando Abbott presidente em exercício e seguidor de Castilhos (através do Ato nº 371, de 22.10.1892), transformou-a na grande força policial do estado.

Tendo sido extinta hoje a Guarda Cívica e criada a Brigada Militar do Estado, foi nomeado para comandante da mesma o meu ilustre camarada major do Exército Joaquim Pantaleão Télez de Queiroz [...]. Por esta ocasião cumpre-me com a maior satisfação louvar a briosa oficialidade desta Força, inferiores e praças [...], provando sempre a disciplina de que é dotada, e não poupando sacrifícios para a sustentação do governo republicano.⁴

Reorganizada nos moldes do Exército, a Brigada Militar tinha como principais objetivos, segundo Moacyr Flores (2001, p. 107), “zelar pela segurança pública, manutenção da República e do governo do estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis”. Contando com dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria, além de inúmeros esquadrões e corpos provisórios, a Brigada Militar era uma instituição secularizada, organizada militarmente e apresentava características próprias fundamentadas num regime jurídico com um regimento disciplinar e processual, que versa sobre as regras

⁴ Ordem do dia nº 86 sobre a entrega do comando. Assinada pelo Dr. Fernando Abbott e Henrique Severiano da Silva, tenente coronel.

gerais de comportamento e condutas militares, bem como as sanções e punições aos faltosos.

A Brigada Militar, como força militar no RS, originou-se de sucessivas transformações intimamente engajada à Proclamação da República. Deixou de ser a Força Policial da Província, existente desde 1837, para ser a Guarda Cívica republicana. E, logo em seguida, face à necessidade de manter o regime instituído, foi transformada em força militar. Concluí-se daí, que o “exército rio-grandense” foi *consequência* da evolução política brasileira e atendeu não só a interesses gaúchos, mas, principalmente, interesses da própria República brasileira (ROCHA, 1987).

A Revista Pindorama

A *Revista Pindorama* teve seu primeiro número lançado em abril de 1926. Apesar de ser uma publicação particular, está evidenciado seu caráter de fundo institucional: uma revista da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio do Comando Geral da BM. Foram 31 edições que circularam entre os integrantes da polícia brigadiana de todo o Estado, assim como entre amigos, anunciantes e comandos dos demais estados brasileiros até outubro de 1928.

A revista tinha periodicidade mensal, era impressa em folha off set 70 gramas, em preto e branco, tendo a capa colorida, que sempre trazia um homenageado. Continha imagens de soldados, de seus familiares, assim como de construções que tinham como fins ser quartel da Brigada ou repartições desta. Encontramos uma vasta publicidade de medicamentos, assim como de confecções de paramentos militares. A revista tinha como função informar sobre questões militares, assim como ser de cultura e diversão. Era evidente a preocupação com os fatos ocorrentes em todo o país, assim como com os históricos

e de relevância para os editores da revista, como, por exemplo, a criação dos monumentos à Mãe Preta:

A iniciativa de criação de um monumento à “Mãe Preta” está encontrando apoio incondicional em quase toda a imprensa brasileira. Essa ideia tem a significação de um preto puramente nacional; parece-me que essa homenagem que se quer prestar tem uma justa significação, não só pelo lado moral, como, também, por ser ela uma gratidão àqueles que tantos serviços prestaram na abolição da escravatura, como, por exemplo, à José do Patrocínio e tantos outros vultos proeminentes [...] (Trecho retirado da reportagem *Bella Inicitiva*, escrita por Mário da Gama – Santa Maria, 4 de maio de 1926, publicada na edição de julho de 1926).

Muitas foram as páginas dedicadas à tradução de romances, como, por exemplo, *Entre demônios*, um romance sul-americano de Leopoldo Gheri, traduzido pelo Dr. Manoel de Queiróz Mattoso Ribeiro; assim como poemas de consagrados, como Olavo Bilac, que se destacou como poeta e defensor da República ao lado dos militares. Os donos da revista eram o capitão Antero Marcellino da Silva Júnior e o tenente João Martins de Oliveira. A publicação contou com um secretário de redação em algumas edições, Aldo Ladeira Ribeiro, que se tornou conhecido como historiador da Brigada Militar.

A revista sempre fazia alusão ao passado glorioso da Instituição, que atuou ao lado do governo republicano. Algumas edições homenagearam Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Getúlio Vargas, assim como integrantes da própria Brigada Militar, que estiveram à frente da polícia ou vieram por meio/por causa desta a falecer. A revista informava seus integrantes sobre as atuações da polícia, assim como seus apoios ao governo e às Forças Armadas, principalmente ao Exército.

Pindorama incluía acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos, humor, jogos etc.; um lauto cardápio que representava querer agradar a diferentes leitores, já que era uma revista e estas se consagraram no Brasil por trazerem, apesar de circular apenas entre a Brigada Militar, nas suas páginas informações que tinham capacidade de agradar um público maior.

O debate político não estava diretamente explícito nas matérias que a revista trazia, mas a maioria de seus colaboradores acabavam por refletir sobre aspectos políticos em seus escritos, que não teriam como serem deixados de fora, já que a revista fazia parte do meio social existente.

As páginas da *Pindorama* representam exatamente o que se caracterizou chamar de *revista*, pois trazia informações bastante amplas e tinha um público específico: o militar. As contribuições autorais para esta revista foram diversas. Na maior parte, encontramos integrantes da BM, que também se dedicavam a traduzir romances e debates culturais. Isso evidencia-se a partir das edições de junho até outubro de 1926, onde Miguel Pereira, compilador da história da Brigada Militar, através do *Esboço Histórico*, traduziu os textos do sociólogo francês Gustave Le Bon.

Era investido significativamente na formação dos integrantes da corporação, através de cursos de formação e competições militares. Tudo para promover a troca entre as unidades da polícia e até mesmo com o Exército Nacional. O Concurso Regional de Tiro, por exemplo, era destinado apenas a militares do Exército e Brigada Militar. Isso evidencia a ligação entre estas duas forças, afinal o Rio Grande do Sul era a 3ª região militar.

As ações militares eram elucidadas diversas vezes na revista, principalmente as ocorridas em 1893 e 1923, assim como a Batalha Naval do Riachuelo e o movimento separatista, conhecido como a Guerra Farroupilha. Assim como nos demais periódicos

da primeira geração da imprensa brasileira, como nos coloca Morel (2008, p. 23-43),

não havia incompatibilidade entre o local, o nacional e internacional, nem entre as dimensões opinativas e informativas: o cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, ao lado de notícias nacionais, internacionais e interprovinciais.

Em algumas matérias, evidenciava-se o temor sobre os rumos políticos do país, inclusive na edição de novembro de 1927, já se falava na possível eleição de Getúlio Vargas como presidente do Brasil em um brinde feito por um comerciante que participava dos festejos de aniversário das Unidades da BM, “ao Dr. Getúlio Vargas, já o considerando futuro presidente da República, para bem geral da Pátria Brasileira”.⁵

Encontramos páginas sobre solidariedade, de problemas que afetavam a população, como as enchentes em Porto Alegre, ofertas de emprego e notas do presidente do estado. Havia constantes homenagens àqueles que perderam a vida em ações militares e também exaltações à importância das Forças Auxiliares da Brigada, que por muitas vezes chegavam a ter maior número de integrantes que os efetivos da corporação.

Era notório o debate militar, o não esquecer os feitos histórico-militares, assim como a forte ligação ao Partido Republicano Rio-grandense e seus líderes, principalmente Júlio de Castilhos, denominado o “messias da ideia republicana [...]”, o batalhador glorioso, o organizador clarividente e patriótico [...], o imortal Patriarca, que legou à sua terra a obra monumental

⁵ Matéria sobre os aniversários das Unidades da Brigada Militar: 1º Regimento de Cavalaria e 1º Batalhão de Infantaria (*Pindorama*, novembro de 1927).

do seu grande saber e do seu alto patriotismo, a Constituição do Estado”.⁶

Pindorama acompanhou a situação política do país e o momento de incertezas que permearam a política, revelando, por exemplo, que a Brigada Militar foi um Exército regional, que recebeu uma Missão de Instrução do Exército Nacional, com quem mantinha relações bastante estreitas. Através das páginas da revista, pôde-se verificar a história não apenas da Instituição Brigada Militar, e sim a história política do estado, já que a BM foi a mantenedora do PRR no poder rio-grandense, pois sem esta força bélica, disposta a lutar em favor de Castilhos e posteriormente de Borges de Medeiros, o PRR não teria conseguido manter-se tantos anos seguidos no poder.

A Brigada Militar era mais do que uma apoiadora do PRR, carregava consigo um ideal republicano, seus integrantes se viam como parte fundamental da organização do estado e, no momento de publicação da *Pindorama* tinham uma missão importantíssima: resgatar os feitos históricos da Brigada nas principais revoltas enfrentadas até então. A publicação tinha como função informar, entreter e principalmente, relembrar os grandes feitos e eleger seus heróis.

A Brigada Militar foi decisiva nos embates de 1893, 1923, movimentos tenentistas, revolução de 1930 e revolta constituinte de 1932. Logo depois de decretado o Estado Novo, as polícias foram federalizadas, o que mudou bastante o poder bélico da BM, assim como sua função, já que esta representava grande perigo para os rumos políticos do governo Vargas. A partir desse momento, não apenas a BM passaria por drásticas mudanças, mas todo o país.

⁶ Pindorama de julho de 1926. Ano I, número 4.

Referências

- CHIARELI, Clarice Pavan. *A imprensa como fonte histórica para o estudo da escola na Primeira República*. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 1 (2), julho/dezembro 2007, p. 118-137.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. v. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. v. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. v. 8. ed. Porto Alegre: Ediplat, 2006.
- LUCA, Tania de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: UPF, 2010.
- MARIANTE, Hélio Moro. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.
- PEREIRA, Maristela Silva. *Os corpos provisórios da Brigada Militar: seus aspectos sociais e utilitários (1923-1927)*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- PEREIRA, Miguel. *Esboço histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1950, v. 1.
- PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PINDORAMA. Porto Alegre: Andradas, n. 18, 1926-1928. Revista mensal.
- RAGNINI, Sócrates M. *Sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2005.
- RETAMOZO, José Hilário. *Brigada Militar: 150 anos*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1988.
- RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Esboço histórico da Brigada Militar*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1953. v. 2, v. 3.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. *Brigada Militar do Rio Grande do Sul: um monumento de Tradições*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1987.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. *Castilhismo: uma filosofia da República*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

Capítulo III

Reparar o mal: Casamento e crimes de sedução no Norte do Rio Grande do Sul – 1942-1969

Emmanuel Henrich Reichert¹

A julgar pelos dados disponíveis sobre a população carcerária brasileira, a atividade da polícia e da justiça criminal está concentrada em três tipos de crimes hoje em dia: violentos, contra a propriedade e envolvendo drogas (DEPEN, 2008, p. 41-42)². Contudo, por grande parte do século passado, houve um crime muito comum que não se enquadra em nenhuma das três categorias: o crime de sedução. O desembargador Garibaldi Almeida Wedy, em entrevista sobre seu início de carreira como juiz nos anos 50, comenta a diferença:

¹ Mestrando em História no PPGH/UPF. E-mail: ehr.historia@yahoo.com.br

² Os dados sobre os presos são apenas um indicador da atividade dessas instituições, não um índice de confiabilidade absoluta. Ficam excluídos outros crimes que poderiam ser mais numerosos, como os de menor potencial ofensivo, que recebem penas alternativas, e talvez crimes que raramente resultem numa condenação. Existe, ainda, uma certa margem de manobra para a polícia decidir o que deve ou não ser considerado crime dentre as atividades que chegam ao seu conhecimento, como apontado por Marcos Luiz Bretas (1997, p. 117).

o que havia, naquele tempo, era, em geral, crime de morte, lesão corporal e, por incrível que pareça, crime de defloração, que depois foi denominado *sedução*. Este crime levou muitos à cadeia. Mas, naquela época, quase não havia crime contra o patrimônio (WEDY apud AXT, 2003, p. 126).

A conduta legalmente considerada *sedução* estava cuidadosamente definida na lei. Segundo o Código Penal de 1940, em seu artigo 217, significava “seduzir mulher virgem, menor de 18 anos e maior de 14, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança. Pena: reclusão, de 2 a 4 anos” (BRASIL, 1940). A lei de 1940 não foi muito inovadora nesse aspecto, sendo apenas a versão mais recente de uma criminalização da sedução de moças jovens que, sob formas semelhantes, existia no Brasil pelo menos desde as Ordenações Filipinas, mantendo-se no Código Criminal imperial de 1830 e no primeiro Código Penal republicano de 1890 (CAULFIELD, 2000, p. 57 ss.). Foi também a última versão, ao que parece, pois uma lei de 2005 revogou o artigo 217, extirpando um crime que, a essa altura, era considerado por muitos obsoleto, tendo em vista as mudanças sociais e comportamentais das últimas décadas (BRASIL, 2005).

Em 65 anos, o que era um dos crimes mais comuns no Brasil deixou de existir. Se considerarmos o período em que, mesmo permanecendo na lei, ele era pouco aplicado na prática, o intervalo de tempo entre o apogeu e a queda seria ainda menor. Este capítulo analisará um dos ângulos dessa interessante transformação: a maneira como a criminalização da sedução e os processos criminais (de 1942 a 1969) daí resultantes se inseriam na sociedade no período anterior ao *declínio da sedução* – os discursos produzidos a respeito, as relações sociais envolvidas, a importância do casamento na sociedade brasileira, entre outros aspectos.

A proteção ao casamento como objetivo da lei

Deixando de lado debates filosóficos sobre a busca do bem comum ou da justiça, poderíamos dizer que, em termos práticos, a função do direito é regular as relações entre pessoas e grupos para solucionar e prevenir conflitos, garantindo ou restaurando o bom funcionamento da sociedade. Nas palavras de um dos principais juristas brasileiros, Miguel Reale, “o direito corresponde à exigência essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, pois nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade” (REALE, 1998, p. 2). Por outro lado, o direito não paira nas nuvens, neutro, além do bem e do mal ou da sociedade a que pertence. Ocorre precisamente o contrário: se a existência de *algum* conjunto de normas de convivência parece ser uma necessidade humana universal, a forma que as normas assumem depende de contingências sociais.

O direito pode ser definido como o que Pierre Bourdieu (1990, p. 120) chama de *campo*: uma esfera social interconectada com o resto da sociedade, mas autônoma o suficiente para possuir uma lógica particular, onde agentes lutam constantemente para definir o que pertence ao campo e quais suas posições dentro dele. Colocando em termos mais concretos, o campo jurídico envolve uma série de instituições e grupos voltados à produção, interpretação e aplicação da lei: políticos, juízes, policiais, advogados, promotores, juristas, professores, peritos e agentes penitenciários, entre outros, que a qualquer momento podem cooperar ou combater em torno do que é ou deveria ser jurídico³. Dessa forma, as normas que uma sociedade adota

³ Indiretamente, o restante da sociedade participa de alguma forma no campo jurídico, uma vez que as diversas esferas da vida estão relacionadas. A existência de uma bancada evangélica no Congresso, por exemplo, é um ponto de contato entre o religioso e o jurídico, da mesma forma que a bancada ruralista une o econômico e o jurídico. Esses

derivam de disputas pelo poder, de conflitos sociais, de jogos de interesses e de visões de mundo conflitantes: o campo jurídico é uma permanente zona de guerra (THOMPSON, 1987, p. 348-361), mas os conflitos não ocorrem sem motivo, e o resultado final das lutas e dos compromissos refletirá um conjunto de concepções e valores morais, um ideal de sociedade a ser alcançado e preservado. Novamente, segundo Miguel Reale,

o certo é que toda norma enuncia algo que *deve ser*, em virtude de ter sido reconhecido um valor como razão determinante de um comportamento declarado obrigatório. Há, pois, em toda regra um *juízo de valor*, cuja estrutura mister é esclarecer, mesmo porque ele está no cerne da atividade do juiz ou do advogado (REALE, 1998, p. 34).

Qual era, então, a finalidade de punir a sedução? Qual o valor que a norma buscava reforçar? Um dos valores mais importantes na época: o casamento.

A lei buscava proteger essa instituição, sem incluir em sua proteção toda e qualquer forma de coabitação entre um homem e uma mulher⁴. A simples convivência do casal, na época conhecida como concubinato ou amasiamento, não gerava direitos ou obrigações até muito depois do final do período aqui tratado: a união estável só ganhou reconhecimento legal em 1994 (BRASIL, 1994). Tampouco era considerado digno de proteção o casamento religioso, que não gerava efeitos a menos que fosse registrado. O matrimônio que interessava à lei era o civil, devidamente formalizado⁵.

são apenas dois casos mais visíveis de uma ampla teia de protestos, acordos, pressão popular, disseminação de valores, *lobbies* e inúmeros outros elementos muito humanos, cujo resultado final é *o direito*.

⁴ Outras combinações possíveis tinham ainda menos chance de se abrigar sob o manto da respeitabilidade social.

⁵ Para simplificar, no restante do texto explicitarei quando estiver falando do casamento religioso. As demais menções a *casamento* e sinônimos dizem respeito ao civil.

Num grau muito maior do que hoje, o casamento era um rito de passagem único na vida de grande parte das pessoas. Antes dos anos 70, quando surgiu o divórcio, não havia muito espaço para arrependimentos. Até então, a única possibilidade legal para os cônjuges insatisfeitos era o desquite ou separação judicial, que encerrava muitas das obrigações do casamento, como a da coabitação, sem alterar o estado civil das pessoas. Uma vez que os desquitados continuavam tecnicamente casados, não poderiam formalizar novas relações enquanto seu cônjuge vivesse. Como dizia o Código Civil, “o casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges” (BRASIL, 1916, art. 315).

A lei também normatizava a estrutura familiar de maneira a privilegiar um modelo entre os vários possíveis. Ao casar, os cônjuges assumiam “papéis complementares, mas, em nenhum momento, igualdade de direitos” (MALUF, MOTT, 1998, p. 374-375). A mulher era, idealmente, a senhora do lar, responsável pelos cuidados domésticos, pela procriação e pela criação dos filhos. O homem deveria ser o trabalhador e provedor, encarregado do sustento da família. Porém, o Código Civil de 1916 colocava os dois em níveis hierárquicos claramente distintos ao atribuir uma série de prerrogativas ao homem: ele poderia anular o matrimônio se descobrisse, ao casar, que a mulher não era virgem; representava legalmente a família e escolhia seu local de domicílio; administrava os bens do casal; detinha o “pátrio poder”, ou autoridade sobre os filhos menores de idade; não menos importante, a mulher casada dependia de autorização do marido para trabalhar fora de casa. A ele, o mundo exterior e a atividade; a ela, o lar e o recato. O Brasil não era uma exceção ao manter um regime desigual. Sob uma ou outra forma,

o mundo por volta de 1900 era um mundo patriarcal. Os direitos dos pais governavam o mundo dos filhos, incluindo o dos filhos adultos, ao menos, enquanto estes fossem solteiros.

As esposas estavam institucionalmente subordinadas a seus maridos, virtualmente em toda parte, embora na costa oeste africana elas comumente tivessem autonomia econômica. Os casamentos eram normalmente arranjados pelos pais em todo lugar, com exceção da área do Atlântico Norte, do noroeste da Europa e da América do Norte (e nas ramificações europeias da Oceania). Entre as principais populações ameríndias, entre as elites crioulas das Américas, na Europa mediterrânea, nos Bálcãs, na Rússia, e por toda a Ásia e África, o casamento era inicialmente um assunto parental, principalmente para a noiva. [...] Em muitos ambientes burgueses e aristocráticos da Europa e da América latinas, a tomada de uma amante estava quase institucionalizada. O divórcio era um privilégio unilateral masculino na China e nos países muçulmanos, e nos outros lugares, difícil. A reclusão feminina era uma norma muçulmana e do norte da Índia, e a movimentação feminina *respeitável* no espaço público era restrita em toda parte, salvo, talvez, na costa oeste da África (THERBORN, 2006, p. 109-110).

A criminalização da sedução (e de algumas outras condutas sexuais consensuais, como o adultério) fazia parte do sistema legal de preservação do casamento e da desigualdade entre os sexos. Os sedutores *inescrupulosos* eram punidos; as meninas consideradas pouco respeitáveis, que não tivessem nenhuma *inexperiência* que justificasse sua atividade sexual antes do casamento, não recebiam proteção, ficando à margem da lei. E, a qualquer momento, havia a possibilidade de réu e vítima se casarem, extinguindo a punição do *sedutor* e formando uma nova família.

Ao menos, essa era a teoria. A realidade era, como costuma ser, mais complexa.

Família burguesa, família popular

O modelo de família descrito até aqui, do homem-trabalhador-pai de família e da mulher-dona de casa, conhecido como

família burguesa, apenas era comum entre as classes média e alta urbanas da sociedade brasileira⁶. Para a maioria pobre, o modelo dominante era um ideal, mas suas práticas efetivas em geral eram bastante diferentes. De acordo com Klaas Woortmann, no modelo dominante, o homem ocupava a chefia da família simplesmente por ser homem, e sua posição como provedor era um corolário da autoridade que possuía. Entre os pobres, ocorria o inverso, com a autoridade derivando da capacidade de prover, que não estava necessariamente centrada no homem. Conforme Woortmann (1987, p. 65), “a chefia é contingente ao papel econômico: o chefe do grupo doméstico é aquele que sustenta o grupo doméstico”.

A chamada *família popular* brasileira é um fenômeno social de longa duração, estando já plenamente formada no final do século 19 e mantendo-se até os dias atuais⁷. E apresenta alguns traços mais ou menos constantes, listados por Silvia Arend (2001, p. 69): o amasiamento, ou união informal, fosse permanente ou como preliminar a um casamento legal; a circulação das crianças, muitas vezes criadas temporária ou definitivamente por outros parentes, como avós e tias, ou para aliviar o fardo econômico da mãe ou pela hostilidade do padrasto; a presença de relações sexuais durante o namoro e a construção do parentesco de acordo com os laços de sangue.

⁶ Para infelicidade de quem lamenta o *declínio da família*, é preciso lembrar que a família burguesa não existe desde sempre. No Brasil, ela surgiu a partir do século 19 e cresceu à medida em que ganhavam espaço a urbanização e a industrialização do país. Antes dela, considerava-se até não muito tempo atrás que predominava a *família patriarcal*, caracterizada pela convivência de várias gerações sob um mesmo teto, e pela autoridade ainda maior do patriarca-chefe de família-chefe de escravos. Sabe-se agora que o conceito de família patriarcal, como elaborado por Gilberto Freyre, não pode ser generalizado para todo o Brasil colonial, mas ainda não surgiu um novo modelo explicativo abrangente para substituí-lo. Uma boa síntese da historiografia sobre a família brasileira é: TERUYA, 2000.

⁷ Existem vários estudos de caso sobre a família popular em diferentes períodos e lugares, todos chegando a conclusões semelhantes. Entre eles, destacam-se: AREND, 2001; CHALHOUB, 2001; FONSECA, 2004.

Qual a razão de dois modelos de família tão diferentes coexistirem lado a lado na mesma sociedade? Ao menos em parte, o motivo estava nas disparidades econômicas. Enquanto as famílias de classe média ou alta conseguiam se manter apenas com os rendimentos do homem (caso contrário, seria impossível pretender confinar a mulher no lar), a situação financeira precária da vida dos pobres tornava necessário que “o homem, a mulher e os filhos trabalhassem para garantir o seu sustento” (AREND, 2001, p. 63), o que criava uma base diferente para as relações familiares. Ao contribuir para o sustento da família, ou até prover esse sustento sozinha se o homem estivesse desempregado, a mulher pobre podia ter uma independência e uma liberdade de escolha muito além da de suas congêneres mais ricas. Em geral, tinha a possibilidade de circular mais livremente pelas ruas sem comprometer sua reputação, e seus relacionamentos tendiam a ser, se não iguais, ao menos mais igualitários, pois ela detinha uma parcela maior de poder em seus relacionamentos, não precisando se sujeitar no mesmo grau a um marido que não cumprisse seus deveres (por exemplo, que fosse mau provedor, adúltero, bebedor ou demasiado violento) ou simplesmente não a agradasse como companheiro (CHALLHOUB, 2001, p. 212-213). Refletindo esse padrão de relações comparativamente mais fluidas, embora muitos populares se casassem, era comum entre eles o amasiamento, ou o casamento *só pelo padre*. Embora nenhum dos dois tivesse valor legal, eles podiam ser indistinguíveis do casamento propriamente dito para os envolvidos (FONSECA, 2001, p. 75-76).

A pobreza e o amasiamento faziam com que muitas crianças geradas em relações anteriores fossem criadas por outros parentes, em geral maternos, fosse porque a mãe podia não ter os recursos para sustentá-los em momentos particularmente difíceis ou porque os padrastos podiam se mostrar indispostos a criar os filhos de outros homens. Mesmo assim, os indivíduos

mantinham vínculos afetivos e de solidariedade com os parentes biológicos, como a mãe, os irmãos de sangue e os tios ou avós responsáveis por parte de sua criação, em detrimento dos laços conjugais e de afinidade, mais precários e assim menos valorizados (AREND, 2001, p. 68-69).

É impossível uma quantificação precisa da proporção de *famílias burguesas* e *famílias populares* a qualquer momento, mas Sueann Caulfield (2000, p. 225) oferece dados que permitem algumas aproximações: no recenseamento de 1940, 13% das famílias eram formadas via uniões consensuais e 22% por casamento apenas religioso. Mas, segundo os próprios técnicos do censo, muitas das mulheres que viviam em uniões consensuais se declaravam casadas, mostrando como um casamento legalmente inexistente podia ser subjetivamente válido. Dessa forma, certamente, a parcela de casais que não estavam legalmente casados superava os 35%. A sociedade brasileira acolhia simultaneamente casamentos formais e uniões consensuais, numa coexistência que remonta ao Brasil colonial. Convém lembrar, entretanto, que essas porcentagens de uniões formais e informais, mesmo precisas, não equivaleriam necessariamente às de famílias burguesas e populares. Muitos desses casamentos legais poderiam corresponder a famílias que, sob outros aspectos, eram populares, e seria um tanto surpreendente se não houvesse uma única união informal entre a elite.

O que o crime de sedução protegia não era o modelo popular, mas o burguês, considerado pela elite o único padrão aceitável de casamento. Para os seus membros, o amasiamento simplesmente não era casamento e o sexo pré-núpcias era imoral (ao menos, esse era o discurso que pregavam⁸). Nos casos

⁸ Não estou sugerindo que o discurso da moralidade fosse hipócrita. Apenas lembro que uma coisa é pregar o moralismo sexual, outra é acreditar nele, e uma terceira é praticá-lo efetivamente, e é difícil generalizar um grupo amplo como as classes média e alta brasileiras de meados do século passado. Se a maioria provavelmente acreditava no discurso, devia haver também minorias de dissidentes, hipócritas e pessoas que racionalizavam a inconsistência entre suas crenças e práticas.

concretos, qualquer que fosse o resultado, o casamento como a elite o concebia estava sendo protegido: ou o réu casava com a ofendida, ou era punido por tê-la seduzido com promessas de casamento não cumpridas, ou era mostrado que ela violava o padrão dominante por exibir sua sexualidade fora do casamento. As exceções eram aqueles casos em que algum contratempo impedia o processo de seguir os trâmites costumeiros, como atrasos que levassem à prescrição, ou o desaparecimento do réu, impedindo sua eventual prisão.

Casamento e sedução: práticas

A criminalização da sedução afetava desproporcionalmente o segmento mais pobre da população, a julgar pelos indícios dos processos aqui analisados. Das 40 vítimas, nada menos que 37 receberam na delegacia um atestado de pobreza que permitia ao Ministério Público intervir no processo, responsabilizando-se pela acusação. Essa não é uma prova conclusiva, pois o atestado era concedido a pedido da vítima ou sua família, que declaravam não ter condições de arcar com as custas de contratar um advogado. Com exceção de uma estudante e duas agricultoras, todas as vítimas declararam-se “domésticas” ou “de afazeres domésticos”, embora os depoimentos deixem claro que várias delas trabalhavam como empregadas, e seus patrões testemunhavam para abalizar ou condenar sua conduta pregressa. Dos 37 réus que declararam sua profissão, o rol divide-se em 26 agricultores, um operário, um mecânico, um chofer, um marceneiro, um comerciário, um carroceiro, um dentista prático, um cabeleireiro, um jornaleiro, um pecuarista e um desempregado. A maioria recebeu advogados dativos para sua defesa, nomeados pelo juiz, por não ter condições de contratar um defensor com seus próprios recursos. Somando essas informações, tudo indica

que a maior parte dos casais envolvidos nos casos de sedução tinha situação econômica modesta.

A pobreza dos casais vem ao encontro de uma conhecida interpretação dos crimes sexuais não violentos, mais comumente aplicada ao período da República Velha, segundo a qual essas condutas eram criminalizadas com o propósito de moralizar a sociedade, em particular as mulheres. Elas, apesar de serem vítimas, acabavam por ter sua vida anterior, moralidade e padrões de conduta questionados e postos a descoberto durante os processos, pois era uma estratégia recorrente dos advogados de defesa tentar demonstrar que a suposta vítima não era virgem ou inexperiente, portanto não teria ocorrido crime. As autoridades podiam recorrer ao controle ou à exclusão social das meninas: “a tendência de marginalizar [...] e, conseqüentemente, excluir da possível proteção jurídica as moças pobres tidas como desordeiras contrastava com outra tendência do meio jurídico e policial: civilizar seus hábitos” (ESTEVES, 1989, p. 83).

Os impulsos marginalizadores e civilizadores, bem como a devassa da vida das menores, de fato são um fator importante para explicar o desenrolar dos processos, mas não fornecem uma explicação completa para a sua existência. Um dado basta para demonstrar a incompletude desses fatores: a polícia não tomava conhecimento dos casos por iniciativa própria. Não havia uma polícia de costumes sondando a vida íntima da população. Os policiais apenas começavam a agir a partir de uma queixa feita por um representante da vítima: o pai, em vinte e quatro casos; a mãe, em treze; um irmão mais velho, um padrinho e a própria vítima, órfã de pai e mãe, em um caso cada. Isso exige uma explicação: o que levaria essas pessoas, que estavam sendo sujeitas a um “processo civilizador” de seu modo de vida, a recorrer à lei? O motivo é o mesmo que levou à existência dessa lei: a proteção do casamento.

A lei, ao colocar a boa conduta da vítima como requisito para o crime, tinha o efeito de marginalizar ou *civilizar* as meninas. Os parentes delas, ao prestarem queixa dos sedutores na delegacia, esperavam algo parecido em relação aos réus: que fossem punidos por sua má conduta ou entrassem na linha, casando-se. Em geral, a queixa à polícia era um instrumento de pressão a ser aplicado quando a negociação direta falhava. Nesse sentido foi a atitude de Francisco Machado Filho, residente em Ibirapuitã, que em dezoito de julho de 1968 foi à delegacia de Soledade e declarou:

que vem a esta Delegacia de Polícia a fim de representar contra o indivíduo Lino Weber, pelo fato de o mesmo ter seduzido sua filha menor de nome Rosalina de Oliveira Machado. Que o referido fato deu-se a cerca de 5 meses, mas não deu queixa antes em virtude de o mesmo ter marcado a data de 14 do corrente para darem os nomes no cartório. Que apresenta como testemunhas abonatórias da conduta de sua filha João Batista Cunha e João Camargo, ambos residentes em Ibirapuitã (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1968, f. 8).

Diante da queixa, o réu via-se obrigado a escolher entre o casamento ou a acusação penal, que poderia resultar em sua prisão. Os envolvidos estavam conscientes da estratégia que empregavam, como se depreende do depoimento de uma das vítimas, Maria do Carmo Rodrigues,

que, pelo tempo de três anos, foi namorada do rapaz de nome “João Faustino Batista da Silva”, o qual, no entretanto, era pessoa íntima da declarante e das demais pessoas da família da declarante; que, assim sendo, há pouco mais de um mês, isto é, no dia 8 do mês de Abril [de 1947], em sua casa, estando seu progenitor trabalhando em uma roça para Balduino de Tal e sua mãe ausente por ter ido a uma casa de comércio fazer umas compras, “João Faustino Batista da Silva”, seu namorado, lhe forçou, desvirginando-a em sua própria casa e cama no quarto

de dormir; [...] que, o fato referido a declarante ocultou de seus pais até uns dias atrás, motivo porque, receava levar ao conhecimento dos mesmos; que, conforme a declarante diz nunca foi namorada de um outro e que deseja casar-se com o mesmo, caso contrário contra o qual espera a ação da justiça (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1947, f. 8).

Fica claro, por esses depoimentos, que recorrer ao sistema legal era uma possibilidade que os familiares das moças pobres tinham de conseguir um casamento para elas quando seus namorados estavam relutantes. A entrega da virgindade equivalia, nesse sistema, a uma expectativa de casamento - ou, presumivelmente, o amasiamento ou outro arranjo aceitável, embora seja difícil encontrar dados a favor dessa hipótese, já que, uma vez iniciado o processo, apenas o casamento poderia encerrá-lo, e os casais que chegassem a uma solução satisfatória anteriormente não deixavam vestígios legais de sua trajetória.

Também é difícil localizar evidências que permitam responder a outra questão: qual o motivo de as famílias pobres serem as que mais apresentavam queixas de sedução? Há duas possibilidades: ou o sexo pré-marital ocorria com menor frequência entre as classes média e alta, ou esses grupos resolviam situações semelhantes por vias extralegais - acordos entre as famílias, oferecimento de dote, maior pressão da família do homem para casar, menor correlação entre relações sexuais e expectativa de casamento etc. Determinar em que medida cada possibilidade ocorria ajudaria a compreender melhor as atitudes diante das relações sexuais, do casamento e do confronto na justiça, mas para tanto será preciso recorrer a outras fontes.

Por outro lado, o fato de os processos por sedução predominarem entre a população pobre corrobora algo que outros autores disseram sobre a família popular e foi mencionado anteriormente: suas relações comparativamente mais igualitárias, sem uma base econômica que permitisse um patriarcalismo exa-

cerbado como se via entre a elite. Afinal, a queixa-crime era um meio dos parentes das meninas tentarem realizar o casamento entre elas e os namorados que as desvirginaram, mas cabia a elas escolher a quem se entregariam. Nem sempre a escolha delas agradava muito aos seus familiares, como aconteceu no caso de Honorina Lodi e seu namorado Diomar Rodrigues. Maria, mãe de Honorina, foi à polícia quando os namorados fugiram para outra cidade, dizendo, entre outras coisas,

que fazia alguns meses que o referido indivíduo [Diomar] vinha tentando namorar sua filha; que a princípio não era de sua vontade tal namoro, porque sua filha era muito criança, pois contava apenas com quatorze anos de idade; que dado a insistência de Diomar em namorá-la acabou aceitando; que passados mais alguns dias depois que estava frequentando a casa, um irmão da depoente falou com o referido indivíduo perguntando a ele se as intenções eram boas e se realmente queria casar com sua sobrinha, que tinha boas intenções, mas que não poderia casar porque não tinha casa e também não queria depender de ninguém (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1962, f. 5).

Diomar apresentou uma versão um pouco diferente: ele e Honorina eram namorados, apesar de Maria não concordar; quando um amigo que namorava sua irmã prometeu conseguir emprego em outra cidade, os quatro fugiram juntos. No final, o processo apenas ratificou a vontade de Honorina e Diomar: apesar da relutância de Maria, sua filha escolheu o marido que queria, e o caso foi arquivado com a entrega de sua certidão de casamento.

Na comarca de Soledade, o casamento marcava o final de muitos processos, acontecesse ele logo após a passagem das partes pela delegacia ou após a condenação do réu: dezesseis casos, ou 40% da amostra, resultaram no matrimônio. Nos restantes, houve: oito prescrições, todas ocorridas entre 1942

e 1950⁹; nove absolvições em primeira ou segunda instância¹⁰; duas condenações em que o réu não foi encontrado; um caso em que o réu faleceu durante o processo; uma desistência da queixa pelo pai da vítima; um caso em que o promotor pediu o arquivamento por decidir que não havia elementos suficientes para fazer a denúncia; uma condenação em que a pena foi suspensão condicionalmente¹¹; e um último processo do qual se perderam as páginas finais, inclusive a sentença¹².

Nenhum dos réus cumpriu uma pena prolongada de prisão, o que não equivale a completa impunidade, vários deles tendo cumprido alguns meses de prisão preventiva durante os julgamentos. Os homens podem não ter sofrido anos de reclusão por se recusarem a casar, mas a possibilidade da pena existia, em grau suficiente para que três réus tenham aceitado o casamento quando já estavam na prisão. A lei, como a sociedade, não tratava os sexos igualmente: se o homem era o réu e podia ser punido, ele tinha também as garantias legais dos acusados, como a de, havendo dúvida, ser absolvido. A mulher, mesmo sendo em tese a vítima, era quem sofria a humilhação de contar a estranhos os detalhes de sua vida sexual para que se decidisse se teria ou não havido crime. Mas, se a Justiça era machista, também era casamenteira.

⁹ Prescrição é a perda do direito estatal de punir um crime pelo decurso do tempo. Os anos 40 foram marcados por um grande acúmulo de serviço na comarca de Soledade, com o funcionário do cartório alegando os mais de trezentos processos que aguardavam julgamento para justificar atrasos.

¹⁰ Primeira instância: o juiz de Soledade. Segunda instância: o Tribunal de Justiça estadual, ao qual os condenados, ou o Ministério Público insatisfeito com a absolvição, poderiam recorrer.

¹¹ Nesse caso, como o réu era menor de vinte e um anos, o juiz suspendeu a pena de prisão se ele cumprisse algumas condições por dois anos, como encontrar *trabalho honesto*, não portar armas e não frequentar bares.

¹² Embora a falta do resultado final seja inconveniente, o caso foi mantido na amostra por ser rico em depoimentos.

Casamento e sedução: discursos

As fontes judiciais revelam aspectos da mentalidade de sua época de muitas formas. Na seção anterior, foram analisadas as motivações dos processos e seus resultados no que concernem ao tema de pesquisa. Resta uma questão importante a ser considerada: o que se dizia sobre o casamento no decorrer dos processos. Como o objeto a ser compreendido é a mentalidade, o foco são os discursos comuns e recorrentes, compartilhados por um certo número de atores envolvidos, mais do que o pitoresco, o excepcional e pouco representativo.

Da mesma maneira que qualquer fonte histórica, os processos estão repletos de erros, parcialidades e mentiras, e certamente havia muitos motivos para faltar com a verdade: para o réu, escapar de um casamento indesejado ou da prisão; para a vítima e seus parentes, tentar garantir o casamento e preservar sua honra; para os advogados, defender os interesses de seus clientes; para as testemunhas, manter as boas relações com seus conhecidos etc. Diante de uma situação conflitiva, seria impossível esperar que todos fossem sempre honestos, e uma leitura das versões incompatíveis dos fatos que se produziam durante os depoimentos logo revela a dificuldade de separar verdades e invenções. Felizmente, essa tarefa cabia ao juiz, e não precisamos nos ocupar dela aqui¹³. O que interessa no momento é descobrir os valores e crenças que as pessoas compartilhavam, valores aos quais mesmo quem quisesse mentir recorreria para que seu depoimento fosse considerado plausível e digno de crédito pelos outros. Um testemunho dissonante pode ser uma excentricidade ou uma mentira mal calculada, mas muitos testemunhos semelhantes mostram visões de mundo comparti-

¹³ É possível formular problemas de pesquisa que envolvam a *verdade real* dos casos. Por exemplo, com que frequência ocorriam falsas acusações de sedução? A resposta a essa pergunta poderia ser de grande proveito, mas a dificuldade de encontrar os fatos por trás do emaranhado de versões conflitantes me faz crer que não a teremos tão cedo.

lhadas, fossem os depoimentos verdadeiros ou não. Enquanto testemunhos de crenças coletivas, os discursos recorrentes são autênticos, mesmo quando desonestos.

As fontes apresentam dois tipos de discursos sobre o casamento. Um deles, já mencionado, é o da expectativa de casamento em troca da virgindade feminina. O outro é o do casamento como reparação do mal feito pelo homem.

A associação entre a primeira relação sexual da mulher e a promessa de casamento era feita por vítimas e réus. Ambos compartilhavam esse valor, mas empregavam-no de maneiras diferentes em seus depoimentos. Para as vítimas, que precisavam proteger sua honra, as relações sexuais eram comumente o resultado de promessas de casamento, e os processos ocorriam quando, por algum motivo, a promessa não era cumprida. Idealmente, as promessas e o sexo eram precedidos por um namoro prolongado ou pelo noivado. O discurso feminino pode ser ilustrado pelo depoimento de uma das vítimas na delegacia, Edite Terezinha Costa:

a qual passou a declarar que, há aproximadamente dois anos a depoente era namorada de Júlio Cândido da Silva, o qual até chegou a falar com os pais da depoente, para ficarem noivos; que há pouco mais de três meses, não se recordando a data exata, à noite, na casa de seus pais (da depoente), foi pelo mesmo, com promessas de casamento desvirginada; que a partir de então a depoente manteve diversas outras conjunções carnavais com Júlio Cândido da Silva e agora o mesmo, depois que lhe fez isso, nega-se a casar com a depoente, ou melhor, parece que familiares do mesmo é que não querem e andam escondendo o mesmo; que a depoente quer casar-se com Júlio Cândido da Silva (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1966, f. 7).

Os réus não negavam que o casamento fosse uma compensação devida pelo desvirginamento. O diferencial de seu discurso era minimizar a importância do namoro, que nos depoimentos

deles tende a parecer um caso rápido e superficial, e negar sua responsabilidade, por terem descoberto que a vítima já não era virgem anteriormente. Por vezes eram nomeados namorados anteriores dela – que eram convocados como testemunhas e seguiam o padrão, negando sua própria responsabilidade – e em outros casos os outros namorados eram mencionados vagamente, sem a atribuição de nomes. Em contrapartida ao depoimento de Edite, é apropriado que siga o de Júlio:

que, quanto ao fato, tem a declarar que, há mais ou menos uns dois anos, o depoente, devido à insistência da mãe de Edite Terezinha da Costa, foi morar com os mesmos, mas isso não havia necessidade, pois o depoente tem seus irmãos nesta cidade; que, então, nessa época, o depoente manteve relações sexuais com Edite, mas esta já não era mais virgem; que o depoente sabe de boatos e comentários de que Edite andaria metida com um rapaz de Campo Novo, cuja pessoa o depoente não sabe dizer o nome. Que o depoente apesar de ter mantido por diversas vezes conjunção carnal com Edite Terezinha da Costa, não é o autor desse desvirginamento, não podendo portanto assumir o compromisso do casamento com a mesma (Ibidem, f. 8).

Os juristas e autoridades que participavam nos casos – o advogado de defesa, o promotor de justiça, o delegado de polícia e o juiz – diziam algo parecido em tons mais moralistas. Para eles, o casamento era “reparar o mal” ou “reparar o erro” do réu. Quando Júlio, ao depor diante do juiz, mostrou-se mais favorável a casar com Honorina, seu advogado, Antônio Carlos Vasconcelos, preparou a defesa prévia:

Júlio Cândido da Silva, brasileiro, solteiro, por seu defensor dativo, vem muito respeitosamente a Vossa Excelência para expor e requer [sic] o seguinte:

a) Que está incurso nas sanções do art. 217 do C. Penal Brasileiro;

- b) Que, está disposto a reparar o seu erro, contraindo matrimônio com a ofendida Edite Terezinha Costa;
- c) Que, já acertou com os pais da ofendida quanto ao casamento, havendo plena concordância deles;
- d) Que diante disto já providenciou na elaboração dos papéis;
- e) Que, em face do exposto, requer de Vossa Excelência, após ouvido o Doutor Promotor de Justiça, seja o processo arquivado por ser considerado findo (Ibidem, f. 15).

Termos similares foram empregados pelo promotor de justiça em 1954, ao denunciar o réu Albano Borges Macedo:

no dia 20 de agosto, próximo passado, às 20 horas, mais ou menos, na casa de Alípio Moraes dos Santos, sita em Ibirapuitã, nono distrito deste município, o denunciado seduziu com promessas de pronto casamento a menor de 15 anos de idade Grasiolina Lemes da Silva, com ela mantendo conjunção carnal deflorando-a. Confessa o denunciado a autoria do fato e era noivo da ofendida, chegando, mesmo, em dado momento, a declarar-se disposto a reparar o mal pelo casamento (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1954, f. 2).

O próprio Albano nunca falou em reparar o mal; ele se dispôs a realizar o enlace religioso, mas não o civil, alegando temer que Grasiolina fosse infiel – afinal, não havia escapatória uma vez unidos civilmente. Foi preciso a condenação para fazê-lo mudar de ideia, e mais uma vez vencia o ideal do casamento legal.

Considerações finais

Ao fim desta exposição acerca da relação entre o crime de sedução e o casamento, o leitor pode estar se perguntando: O que aconteceu entre a época dos processos e os dias atuais que tenha provocado a revogação desse crime? Qual o motivo de,

hoje em dia, ninguém mais ser acusado de sedução? A resposta precisa depende de uma futura investigação dos processos de um período posterior, a fim de averiguar em que momento começou o declínio. A caráter preliminar, fica a hipótese de que, uma vez que a criminalização da sedução visava proteger o casamento e, em menor grau, a virgindade das mulheres, ela diminuiu em importância à medida que ambos deixaram de ser tão valorizados. Cada região do mundo seguiu seu próprio ritmo nesse processo, mas aparentemente o Brasil seguiu a tendência geral de declínio do patriarcado a partir das décadas de 60 e 70, como parte de

um movimento sociocultural internacional, cada vez mais global, encabeçado pela rebelião jovem dos anos 1960 e, em particular, pelas primeiras cortes femininas de educação superior em massa na América do Norte e na Europa Ocidental. Este movimento expandiu-se em uma onda global de feminismo, em grande parte por meio do dispositivo da ONU – o Ano Internacional da Mulher de 1975 e sua convocatória global no México (THERBORN, 2006, p. 150).

Um avanço legal rumo à igualdade dos sexos no Brasil foi o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que amenizava algumas disparidades; em particular, eliminava a necessidade de autorização do marido para que a mulher trabalhasse fora de casa (BRASIL, 1962). A mudança levou algum tempo para produzir efeito: em 1970, as mulheres constituíam apenas 20,9% da população economicamente ativa (PEA), não muito mais que os 15,7% de 1920. Mas houve um salto nos anos 70, e em 1980 as mulheres eram 27,5% da PEA, um avanço superior ao dos cinquenta anos anteriores (ANDRADE, 2004, p. 61). Em 1977, passou a vigorar o divórcio no Brasil (BRASIL, 1977).

A chamada revolução sexual também exerceu aí um papel importante. Segundo Therborn (2006, p. 306), no último terço

do século passado houve uma “secularização da sexualidade”, desvinculando-a de noções de pecado e separando-a da procriação, o que foi facilitado por inovações tecnológicas, como a pílula e outras medidas anticoncepcionais. Em conjunto, a emancipação feminina e a crescente aceitação do sexo pré-marital contribuíram para uma maior informalidade das relações. Se na metade do século passado o casamento estava em ascensão, com a redução na quantidade de uniões informais e nascimentos fora do casamento, mais recentemente a coabitação recuperou seu espaço (THERBORN, 2006, p. 324).

Com a mudança dos padrões sociais e sexuais – eis a hipótese – a sedução perdeu sua importância. Os sedutores e as seduzidas passaram a ser simplesmente namorados.

Referências

ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. *Mulher e trabalho no Brasil dos anos 90*. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – UNICAMP, Campinas, 2004.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.

AXT, Gunter; DE LA TORRE, Márcia (Orgs.). *Histórias de vida: representações do Judiciário*, v. III. Porto Alegre: Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional). *Sistema penitenciário no Brasil: dados consolidados*. 2008.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-422, 1998.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Caxambu/MG, 2000.

THERBORN, Göran. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

Fontes

BRASIL. *Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Código Civil*.

BRASIL. *Decreto-lei n. 2.840 de 7 de dezembro de 1940. Código Penal*.

BRASIL. *Lei n. 4.121 de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada*.

BRASIL. *Lei n. 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências*.

BRASIL. *Lei n. 8.971 de 29 de dezembro de 1994. Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão*.

BRASIL. *Lei n. 11.106 de 28 de março de 2005. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei n. 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências*.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Processo criminal* n. 1137, Soledade, caixa 65, 1947.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Processo criminal* n. 1787, Soledade, caixa 107, 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Inquérito policial* n. 77, Soledade, caixa 167, 1962.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Processo criminal* n. 4119, Soledade, caixa 202, 1966.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR). *Processo criminal* n. 143, Soledade, caixa 212, 1968.

Representações artísticas da Revolução Farroupilha

Janaína da Rocha Golin¹

A história e a arte

As artes, no decorrer da história humana, sempre buscaram conhecer e construir novos olhares a respeito da sociedade. Os fenômenos históricos também estão inseridos nesta prática, retratados por meio de representações artísticas, tanto no terreno das artes plásticas, sonoras, mistas e literárias². A Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 a 1845, foi amplamente explorada pela produção cultural posterior e transformou-se no mito fundador da construção da identidade regional da região através da afirmação de seu poder simbólico gigantesco.

¹ Mestranda do Curso de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo e técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

² Estas artes, em geral, expressam técnicas de produção que manipulam materiais para construir formas e imagens, ritmos e sonoridades, narrativas e imaginários, revelando concepções poéticas e estéticas dos seus autores em dado momento histórico. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/humanities/arts/2011849-tipos-arte>>.

Pode-se inferir que a construção da identidade regional de uma determinada região influencia-se por aspectos não somente físicos de um determinado espaço, mas também por critérios do “entrecruzamento entre as dimensões espacial e temporal” (VISCARDI, 1997, p. 87). Dessa forma, o espaço regional é socialmente construído através de diferentes experiências históricas vividas pelos sujeitos históricos de um local. O regional torna-se, portanto, um conjunto de identidades, formadas pelas práticas perpetuadas pelos diversos grupos humanos que nele se inserem. Todavia, segundo Pierre Bordieu, “a divisão regional não existe na realidade, pois esta mesma realidade é a representação que dela fazemos” (BORDIEU apud VISCARDI, 1997, p. 87). O espaço regional, dessa forma, é estabelecido por quem nele vive, compondo o imaginário social daqueles que a ele se referem. Nesse sentido, a identidade regional é um produto da construção humana e não necessariamente corresponde às representações das realidades históricas vislumbradas pelo historiador enquanto estudioso da história regional.

Muitas vezes, no estudo da história regional, surge a temática relativa ao regionalismo. Nele, aparece a defesa de uma identidade regional construída por aqueles que detêm o poder em uma determinada sociedade. Através de lutas simbólicas, tendem a prevalecer versões de identidades construídas pelos grupos dominantes de determinada região. Afirma-se, também, a conformação de uma memória forjada pelo mesmo conjunto de pessoas que compartilham uma *identidade* historicamente construída. E nessa *memória identitária*, a Revolução Farroupilha insere-se no espaço regional como proliferadora de uma *personalidade regional* moldada pelos parâmetros de um determinado grupo social, influenciando, inclusive, as manifestações artísticas da sociedade regional.

O desafio que se apresenta para o historiador é justamente a compreensão metodológica do que diferencia a história e a arte.

O objetivo de se extrair um *discurso* que pode revelar uma forma de pensar ou até mesmo o descompromisso com a realidade do próprio artista é o que deve cercear o trabalho do historiador.

Não cabe aqui unicamente defender a importância da imagem para a história, mas cabe especular sobre como o historiador pode explorar uma fonte pictórica, que tipo de método pode ser usado, que limitações e armadilhas lhe esperam, e, especialmente, discutir a possibilidade de utilizar a imagem artística como fonte primeira (não necessariamente única) de um trabalho de pesquisa (RAVAZZOLO, 2005, p. 26).

A consciência de que a estética artística possui especificidades precisa estar inserida na metodologia historiográfica para se evitar a sua instrumentalização e reducionismo ilustrativo. “A pintura, por exemplo, não deve ser considerada a partir somente de sua forma original, mas sim analisada em como ela é percebida pelo público. As instâncias de sua legitimação também devem ser investigadas³”. Considerando somente a sua forma orgânica e não utilizando outras fontes de pesquisa, não detectaríamos evidências de que a história revela-se muito mais complexa do que a imagem denota.

A dificuldade em pesquisar fontes visuais é abordada por Peter Burke em *Testemunha ocular*. Conforme Burke, o historiador não deve cair na tentação de pressupor intenções ao artista. Ele certamente terá de estudar a vida e o contexto do artista para se aproximar do personagem que executou a obra ou as obras em estudo, não podendo condicionar sua análise a um pré-conceito ou a uma capacidade imaginativa que extrapole a documentação existente. Com isso não se estimula imobilizar

³ KERN, Maria Lucia Bastos. *Os impasses da história da arte: a interdisciplinaridade e/ou especificidades do objeto de estudo?* In: WANNER, Maria Celeste de Almeida. *Artes visuais pesquisa hoje*. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Visuais. Mestrado em Artes, UFBA. Salvador: 2001, p. 140-141.

o pensamento e a capacidade de interpretação, mas sim estabelecer um mínimo de coerência teórico-metodológica que possa diferenciar a história da ficção.

Pode-se dizer, de forma sintética, que o estudo das imagens na história enfrenta uma aparente contradição ao ficar entre duas orientações: o olho curioso, que deve perguntar por tudo e por todos, livre de pré-conceitos, e o olho rigoroso, que não pode esquecer o contexto e as convenções culturais que rodeiam a obra de arte. Essa aparente contradição acaba por transformar-se em um caminho efetivo de pesquisa. Conseguir reunir, exaustivamente, perguntas novas e informações consistentes e documentais em torno da obra de arte, sem deixar de penetrar em suas peculiaridades e linguagens próprias, é abarcar duas instâncias diferentes, mas que se complementam e podem proporcionar uma interpretação histórica mais rica (RAVAZZOLO, 2005, p. 39).

A representação artística de Josef Franz Seraph Lutzenberger

Um dos artistas que mais retratou o acontecimento histórico da insurreição farroupilha através da representação de suas aquarelas foi Josef Franz Seraph Lutzenberger. Nascido na Alemanha, na cidade de Altötting, na região da Baviera, Lutzenberger veio para o Brasil e viveu na cidade de Porto Alegre dos anos 1920 a 1951, ano de sua morte. Foi visto por diferentes críticos como um “homem apaixonado pelas tradições e costumes gaúchos, como aquele que melhor traduziu em imagens o modo de vida rio-grandense ou ainda como um cronista, preocupado em executar *registros primorosos* de seu tempo”. Exemplo disso é dado na coletânea feita após seu falecimento, intitulada *Coleção Farrapos e Aquarelas e desenhos*, onde Carlos Antonio Mancuso interpreta sua obra:

A poética de Lutzenberger nos revela o sentido das coisas, uma maneira nova de ver os valores intrínsecos da realidade cultural. Ele soube como poucos penetrar na alma do povo gaúcho e da sociedade da qual participou. Seu trabalho agrada a uma imensa maioria porque revela, de um lado, um gosto, isto é, uma espiritualidade ligada às nossas tradições, e de outro lado, pela temática gauchesca que nos atrai por força da nossa formação histórica (MANCUSO, 1985).

Há certamente elementos temáticos em suas obras que podem ser relacionados com o regionalismo, com os ideais do gaúcho personagem heroico⁴. Segundo Ângela Ravazzolo, as imagens históricas (e heroicas) dos farrapos não podem ser entendidas como mímese ou como tradução da realidade ou registro exato de fatos e situações observadas pelo artista, mas sim como representações, como um *discurso visual* construído por um estrangeiro curioso. Podemos perceber que a apropriação de determinadas expressões e a valorização de determinados aspectos da obra de Lutzenberger indicam também as *necessidades do público*. Ou seja, a construção cultural e simbólica no contexto de valorização e enaltecimento das representações do tradicionalismo⁵ se relaciona com a forma de recepção com que

⁴ O discurso quanto ao tipo de gaúcho que somos, presente na historiografia tradicional, encontrou mecanismos para diminuir, na formação deste personagem, a participação do sangue indígena e negro. Cabendo aos dois serem classificados como sub-culturas. Além desses dois grupos, o gauchismo pouco ou quase nada se refere às regiões de colonização europeia, a exemplo dos alemães e italianos. Esquece-se, da mesma forma, os *gaúchos a pé* que vivem nos grandes centros urbanos do Rio Grande do Sul. Baseado nesta historiografia e literatura romântica, nos primeiros grupos que buscavam a manutenção da cultura sulina que surgiram no século XIX, como o “Partenon Literário”, o Movimento Tradicionalista Gaúcho se mostrará como o principal mantenedor e multiplicador desse ideário. Ver: VIANNA, Rafael de Brito. *Herdeiros da Pampa pobre: O poder simbólico da Revolução Farroupilha*. Disponível em: <<http://caiuosbutia.blogspot.com/2010/07/herdeiros-da-pampa-pobre-o-poder.html>>. p. 4.

⁵ O tradicionalismo selecionou *tradições* adotadas como *cultuação*, que não passam de recriações a partir de fragmentos colhidos pelos seus pesquisadores e ressignificados conforme seus interesses. E o sulino, que já existia historicamente há mais de dois séculos, que tomava chimarrão (herança guarani), vestia

as obras artísticas são percebidas pela sociedade sul-riograndense através de suas próprias práticas culturais. As imagens produzidas por Lutzenberger funcionam como uma *munção simbólica* de um processo cultural e social constante, que até hoje permeia a sociedade rio-grandense, de reforço de uma identidade gaúcha vinculada a ideais como a bravura e a força da tradição. Pode-se dizer, nesse sentido, que, como artista, Lutzenberger foi, também, criador do tradicionalismo.

A obra de arte é um “lugar” onde se defrontam diversas tendências de uma determinada época. O que é fundamental é este confronto, porque é ele que elimina da imagem a característica do ícone, que exprime uma verdade, formulada sem o concurso do esforço humano (FRANCASTEL, 1983, p. 106).



LUTZENBERGER, José. Combatentes em Ação. *Aquarela. Dimensão 17 x 26cm.*

Fonte: Disponível em: <<http://www.lutzenberger.com.br/farrapos.htm>>. Acesso em: fev. 2011.

bombacha para o trabalho, tocava milonga etc., antes do movimento tradicionalista, teve, surpreendentemente, subvertidos os seus sentidos, os quais foram redimensionados em um movimento cívico-cultural altamente ideologizado. Ver: GOLIN, Tau. *Identities: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004. p. 18.



LUTZENBERGER, José. Farrapo em posição de alerta. Aquarela. Dimensão 18 x 13cm.

Fonte: Disponível em: <<http://www.lutzenberger.com.br/farrapos.htm>>. Acesso em: fev. 2011.



LUTZENBERGER, José. Farrapo com lança. Aquarela. Dimensão 25 x 17cm.

Fonte: Disponível em: <<http://www.lutzenberger.com.br/farrapos.htm>>. Acesso em: fev. 2011.



LUTZENBERGER, José. Forças rivais em combate. Aquarela. Dimensão. 16 x 18cm.

Fonte: Disponível em: <<http://www.lutzenberger.com.br/farrapos.htm>>. Acesso em: fev. 2011.



LUTZENBERGER, José. Sem título. Aquarela. Dimensão 19 x 14cm.

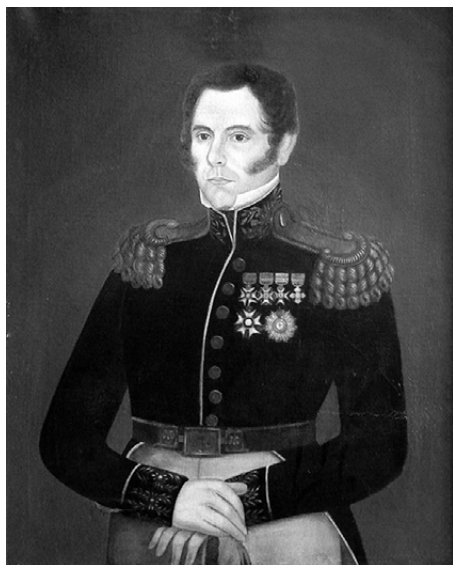
Fonte: Disponível em: <<http://www.lutzenberger.com.br/farrapos.htm>>. Acesso em: fev. 2011.

Na abordagem artística de Lutzenberger sobre os farroupilhas, principalmente nas aquarelas *Forças rivais em combate* e *Sem título*, ficam evidentes as idealizações e consequente deturpação histórica do combatente farroupilha. Está heroicizado com bombacha e indumentária teatralizada, além de armamento inexistente historicamente, naquele contexto bélico, como o revólver.

As telas de Guido Fernando Mondin

Outro artista que utilizou a guerra farroupilha como inspiração para suas telas foi Guido Fernando Mondin. Nascido em Porto Alegre no ano de 1912, desde cedo se interessou pela pintura, sendo aos sete anos premiado por um salão. Foi aluno do Instituto de Belas Artes, onde estudou técnica pictórica com Vicente Cervasio, Judith Fortes, Dario Mecatti, Arlindo Castellani e Oswaldo Teixeira. Juntamente com Vasco Prado, Carlos Alberto Pretucci, entre outros, fundou a Associação de Artes Plásticas Francisco Lisboa, em 1938, em Porto Alegre. Ainda na década de 30, desenhava charges nos jornais da Ação Integralista Brasileira, editados em Porto Alegre. Era porta-voz do riso nazista sobre os rio-grandenses.

No governo de Getúlio Vargas, Guido Mondin foi líder sindical e, a partir de então, ingressou na política. Foi vice-prefeito de Caxias, deputado estadual pelo Partido da Representação Popular (PRP), deputado federal e senador. No período de regime militar, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), exercendo sempre, paralelamente, a carreira de pintor. Em função de seus compromissos com a política, pintava aos fins de semana. Sua produção artística foi intensa, deixando mais de 4.200 telas espalhadas pelo mundo. Em toda obra, duas constantes: a paisagem e a figura humana, ora juntas, ora dissociadas, em temas como vias sacras, representações alusivas à Revolução Farroupilha e paisagens rurais. Na temática farroupilha suas obras mais famosas são as representações de Bento Gonçalves da Silva e Carga Farrapa, em óleo sobre tela, ambas integrantes do *Catálogo da Exposição Guido Mondin Arte e História* patrocinado pela Assembleia Legislativa e Ministério Público do Rio Grande do Sul.



Bento Gonçalves da Silva, *óleo sobre tela.*

Fonte: Catálogo da Exposição Guido Mondin Arte e História, Assembleia Legislativa e Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p. 23.; Disponível em: <http://www.margs.rs.gov.br/ndpa_dossies_artista_imagens.php?par_id=177>. Acesso em: fev. 2011.



Carga Farrapa, óleo sobre tela.

Fonte: Catálogo da Exposição Guido Mondin Arte e História, Assembleia Legislativa e Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005, p.; Disponível em: <http://www.margs.rs.gov.br/ndpa_dossies_artista_imagens.php?par_id=177>. Acesso em: fev. 2011.

A representação como construtora da memória

Contudo, não é somente através da veiculação de imagens que se propaga um ideário. Através da literatura e historiografia forjadas dentro de *representações* se constrói toda uma *memória*⁶ em torno da Revolução Farroupilha. A produção historiográfica consiste em uma representação, ou seja, em uma versão construída com metodologia dentre outras sobre um acontecimento histórico. Entretanto, é preciso considerar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto. Mesmo que a verdade não possa ser afirmada, isto não retira a responsabilidade de que a representação construída pelo pesquisador não esteja coerentemente embasada em metodologias científicas e amparada por uma consistência lógica.

Em virtude de o fato de todo texto histórico ser uma representação, que encontramos, entre distintos autores, diferentes versões de um mesmo acontecimento do passado. Neste sentido, toda produção historiográfica é de alguma forma demarcada pelo posicionamento de seu autor, de suas visões de mundo e do contexto da época (SCHEIDT, 2002, p. 3).

Dentro da construção desta *representação* que permeia a cultura e a história sul-rio-grandense também se faz existente o êxito de um *discurso*. Segundo Raquel Holstein da Silva, a relação

⁶ Entende-se aqui a *memória* como *memorialismo*, compreendido, em um de seus aspectos, como militância cívica e ritualística, em um consagrado calendário de eventos, de afirmação do *status quo* dominante. Para uma leitura sobre os conceitos: GOLIN, Tau. Tradicionalismo e modernidade conservadora no “estado-marca”. In: BOEIRA, Nelson (Org.). *Rio Grande em debate: Conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 87-100; e LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

entre quem detém e quem recebe este discurso está centrada nos integrantes dos núcleos regionais retratados, “ao reconhecerem e acreditarem na exposição de fatos relacionados a si mesmos e às regiões das quais fazem parte, a partir do momento em que passam a ser representados e percebidos” (SILVA, 2008). Com a concepção moderna de Estado, veio a necessidade de se construir ou legitimar um discurso que identificasse as pessoas como originárias de um todo. Este sentimento de pertencimento para alcançar o maior número possível de pessoas vê na cultura a forma mais rápida e certa de se naturalizar no imaginário popular, podendo ser passado de geração para geração. Dessa maneira, o regionalismo surge como uma *identificação*, uma marca, que se distingue como parte nos processos homogeneizadores, cada vez mais crescentes no mundo da globalização. Além de fronteiras geográficas, as fronteiras culturais de afirmação perante o *outro* tornam-se necessárias. Todavia, adotando os mesmos mecanismos de massificação da indústria cultural, conformando-se como um subsistema.

A relação entre história e literatura

No caso da literatura, os registros da história, da formação e das lutas de diversos povos proporcionaram não só um acesso facilitado às mais variadas culturas, mas também um conhecimento e uma visão mais amplos sobre as pessoas envolvidas em tais acontecimentos. Dessa forma, possibilitam a compreensão de diferenças marcantes da identidade unificadora de indivíduos que se mantêm unidos em favor de um lugar-comum. Nesse sentido, a escritura regional constitui-se em um fator importante para a propagação de fatos pretéritos ligados às identidades regionais do Brasil, além de oportunizar ao leitor o contato com tais registros.

Sendo assim, é possível visualizar uma relação integrada entre história e literatura, já que ambas podem se utilizar dos mesmos eventos passados para a sua escritura. A diferença é que uma atividade artística, mais especificamente literária, não possui compromisso com o rigor científico, o qual é intrínseco à história. Ela pode misturar fatos históricos com ficção, o seu compromisso com o real é de outro sentido. E, ao explorar o campo do imaginário, advêm formulações geniais como problemas reificantes de alienação, de celebrações memorialistas ou simplesmente de devaneios.

Na visão de Jerri Almeida, o *diálogo* entre a história e a literatura do Rio Grande do Sul ultrapassa os limites de uma simples relação interdisciplinar, na medida em que permite pensar na complexidade da própria construção da memória coletiva e nas diversas batalhas simbólicas pela apropriação do passado. Para Almeida, a literatura auxiliou na *visão* de que uma revolta promovida pela elite sul-rio-grandense fosse lembrada como *popular*. No entanto, é praticamente acordado dentre os historiadores, que não havia no ideário farroupilha, um projeto inclusivo, social, que visasse atenuar o fosso das desigualdades e contradições em que vivia a sociedade rio-grandense em seus vários segmentos.

Daí para frente, os seguimentos elitistas da sociedade rio-grandense com poder de criar representações sobre o passado, em sintonia com seus interesses, passam a formatar um discurso onde a Revolução Farroupilha seria um evento *reivindicatório*, devido à *exploração* sofrida pelo *povo do Rio-Grande*. A ficção e os fatos, portanto, se cruzaram para a plasmagem de uma memória coletiva, onde a política, história e literatura passam a andar juntas e o passado é redefinido pelo olhar do presente (ALMEIDA, 2007, p. 16).

O poder do simbólico

“A compreensão do passado perpassa a produção simbólica, indicando que ambas as produções narrativas estão interligadas e dialogam entre si” (SILVA, 2008, p. 4). Nesse sentido, a necessidade de conservar ou transformar as “relações de força simbólica” está intimamente ligada à construção social da memória. É por este grupo detentor da memória, portanto manipulador das tradições e rituais necessários, que foi idealizada a insurreição e representada como “Epopeia Farroupilha”.

A busca desta “gênese gaúcha”, fez da Revolução Farroupilha o símbolo máximo, a coluna vertebral onde toda a ideologia gaúcha consolidou-se, apoiando-se, é claro, no espectro do regionalismo.

O regionalismo (como o nacionalismo) não passa de um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão engajados, seja individualmente e de forma dispersa, seja coletivamente e de forma organizada, e que tem como objetivo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e dos lucros correlatos, tanto econômicos como simbólicos; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objetivas ou intencionais) da identidade social (VIANA, 2010, p. 2).

Na área das representações do poder, com Luis Marin, ou da construção das identidades sociais ou culturais, com Bronislaw Geremek e Carlo Ginzburg, definiu-se uma história das modalidades do fazer-crer e das formas de crença que é antes de tudo uma história das relações de forças simbólicas, “uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas, que visam a assegurar e perpetuar sua dominação” (BURKE, 2005, p. 51-

52). Dessa forma, as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades constituíram-se a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante, ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas). Considera “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 176).

Dentro da construção da *memória* é necessário o pertencimento a um tipo específico de identidade. E ela é necessariamente marcada por meio de símbolos, por exemplo, “o rio-grandense é o homem da natureza”, ou seja, existe uma associação entre as pessoas, o que elas fazem e o meio onde vivem. Quando esta configuração do indivíduo adquire patamares mais abrangentes junto ao seu meio social surge o imaginário. Conforme Sandra Pesavento, imaginário é o sistema de ideias e imagens de representação coletiva pelo qual os homens atribuem significado às coisas. “Em todas as épocas, os homens foram capazes de criar para si esses códigos de reconhecimento, percepção e qualificação do real, por meio de discursos e imagens partilhadas” (PESAVENTO, 2002). Socialmente,

os símbolos e mitos podem tornar-se receptores das aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo desde que partilhado por pessoas criando uma comunidade de sentido e solidificando uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, o campo do imaginário é também o campo do enfrentamento político, extremamente importante nos momentos de mudança política e social e quando se configuram novas identidades coletivas (SERBENA, 2003, p. 2-3).

O imaginário social que compõe a noção de identidade sociocultural é ordenado e reordenado ao sabor dos discursos ideológicos em associação com os símbolos, rituais e mitos.

Nessa perspectiva, entendemos que o imaginário social pode ser estruturado visando uma “adequação” do coletivo, direcionada a certos atos de veneração imposta pela mitificação/deturpação da história e cultura sulina. Partilhando a posição de Almeida, concordamos que o trabalho, normalmente das elites, de apropriação e construção de símbolos está condicionado a um determinado componente ideológico, de interesses – também políticos –, o que faz com que os mitos e ritos, por exemplo, tornem-se poderosos instrumentos para recriar ou reforçar a estrutura do poder dominante, numa espécie de *lealdade endógena* à memória idealizada. A construção da identidade social implica, também, a estruturação de uma lógica homogeneizante e unificadora, cujas contradições sociais são delegadas a um caráter de “invisibilidade”, “recriando-se um espaço social lúdico, romântico, numa perspectiva da diluição dos conflitos socioeconômicos, raciais etc.” (ALMEIDA, 2007, p. 36).

A tentativa de homogeneização da cultura em somente uma prática cultural, no entanto, é tarefa praticamente impossível. Segundo Peter Burke, nenhuma cultura é uma ilha. Ou seja, todas as tradições culturais hoje estão em contato mais ou menos direto com tradições alternativas. “As tradições são como áreas de construção, sempre sendo construídas e reconstruídas, quer os indivíduos e os grupos que fazem parte destas tradições se deem ou não conta disso” (BURKE, 2006). Portanto, mesmo que a manifestação cultural defendida pelo tradicionalismo seja pretensamente a dominante na região do Rio Grande do Sul, não podemos ignorar a existência de outras manifestações culturais presentes em nosso território, historicamente multicultural e multiétnico desde a sua formação. Desconsiderando toda esta formação cultural e histórica, os tradicionalistas ocupam-se em elaborar normas e documentos que traçam diretrizes para normatizar o comportamento das pessoas.

Sem dúvida alguma, pode-se afirmar que o Movimento Tradicionalista Gaúcho, iniciado com o “35” no Colégio Júlio de Castilhos em Porto Alegre, no ano de 1948, é o grande manipulador deste imaginário gaúcho. Órgão máximo dos grupos ligados ao folclore gaúcho, o MTG tem por finalidade administrar, orientar e normatizar toda a atividade cultural ligada ao tradicionalismo. Dentro deste movimento, há uma disputa pelo poder simbólico do imaginário gauchesco. Para os folcloristas isto quer dizer que a manutenção da tradição deve permanecer imutável, frente às constantes mudanças sociais. O papel do Tradicionalista é preservar a cultura (VIANA, 2010, p. 5).

As artes sonoras gauchescas

No terreno das artes sonoras é que talvez tenha se dado de forma mais contundente a inserção do tradicionalismo em nossa sociedade. Expressas através da música em um linguajar preponderantemente regional, as práticas ditas *tradicionais* encontraram aceitação em massa e adentraram aos hábitos dos indivíduos. Dessa forma, “as significações socioculturais encontram-se nas composições tocadas e repetidas incessantemente pelas emissoras” (GOLIN, 2004, p. 72-73). Em pesquisa realizada pelos alunos de comunicação social da Universidade de Passo Fundo, entre 1997 e 2000, as músicas mais tocadas nas rádios de Passo Fundo, refletindo também uma preferência em todo o Estado, foram *Criado em galpão* (Os Serranos) e *Não chora, china vieia* (Elton Saldanha - Garotos de Ouro).

Conforme Tau Golin, a proliferação musical gauchesca promove uma espécie de estética do relacionamento, onde normatiza comportamentos que nem sempre estão de acordo com os padrões humanizantes de nossa civilização. A *animalidade* é um aspecto que aparece dentro desta estética musical, imprimindo um *primitivismo* no modo de vida social. Esta “animalidade quase sempre aparece associada na relação homem/mulher e é um dos perfis assumidos pelo macho” (GOLIN, 2004).

O ato de *amor* em si consubstancia-se na expressão indivisível do *carinho*, da *técnica da doma* e da *animalidade animista*. O seu refrão enuncia essa condição emblemática: “Não chora, minha china veia, não chora/Me desculpe se eu te esfolei com minhas esporas/Não chora, minha china veia, não chora/Encosta a tua cabeça no meu ombro/Que este bagual veio te consola” (GOLIN, 2004, p. 80-81).

Dentro deste padrão comportamental instituído, é atribuído ao gênero feminino a condição de adereço sem vontade, coerente com a expressão *prenda* nominada à mulher dentro da hierarquia dos centros de tradições gaúchas. Percebemos que esta concepção também é influenciada pelos “moldes positivistas, preponderantes no século XIX, os quais pregavam a submissão da mulher ao homem, subordinando seus instintos pessoais ao seu destino social, devendo dedicar-se integralmente à família” (SILVA apud COMTE, 2008, p. 10).

O maltrato aos animais também se faz presente em meio aos versos, quando é pronunciado no refrão da música (*Criado em Galpão*): “Gosto de fazer um potro se cortar na minha chilena”. É possível perceber, portanto, ao analisar o enredo e *poesia* destas musicalidades, que o ser gaúcho *almejado* pelo tradicionalista está atrelado à rejeição de uma socialização humanizada em função de sua valentia. No entanto, antes de representar uma realidade humana, esse tipo de arte, dificulta a sociabilidade e tolerância da condição humana.

Considerações finais

Constatamos que o fenômeno farroupilha foi e continua sendo representado pelas produções artísticas. Ocorrido dentro de uma estrutura regional, acarretou a produção de uma identidade que permitiu diferenciá-lo de seu entorno. A conforma-

ção desta identidade dominante foi compreendida a partir da delimitação espacial em que foi recortada.

Os estudos históricos com o recorte regional são, assim, manifestações de um tempo que recusa as ditas concepções hegemônicas, tentando resgatar as particularidades e especificidades locais como maneira de confirmar ou refutar as grandes sínteses até agora impostas como válidas para todas as realidades históricas (RECKZIEGEL, 1999, p. 21).

O recorte regional faz parte de uma totalidade social mais ampla, sendo determinado através de sua interação com o todo. Todavia, a região e consequentemente a história regional, possuem especificidades internas que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado, ou seja, o âmbito regional possui “uma história própria, um conjunto de relações sociais delimitadas, um espaço de memória, de formação de identidades e de práticas políticas específicas” (RECKZIEGEL, 1999, p. 20). No entanto, o regional pode extrapolar limites e fronteiras que o delimitam e influenciar outras regiões, conformando um compartilhamento de identidades historicamente construídas não vinculadas necessariamente aos limites formais estabelecidos.

No sentido de compreendermos a história regional dentro do campo das artes visuais, através das obras de Lutzenberger e Guido, além de manifestações literárias e musicais é que procuramos analisar a construção do imaginário social coletivo da sociedade sul-riograndense.

A abordagem da arte é extremamente importante para a compreensão da história, desde que tomadas as devidas cautelas metodológicas, pois elas não possuem compromisso científico, contrariamente à pesquisa histórica. Seguindo o pressuposto de que toda produção historiográfica é de alguma forma demarcada pelo posicionamento de seu autor e de suas visões de mundo, as manifestações artísticas inserem-se nesta linha,

podendo revelar *discursos* e *práticas* do contexto em que foram produzidas.

Dessa forma, “o discurso regional pode ser também o veículo encontrado por uma elite local para sua preservação, forjando um conflito que reitera sua posição de liderança e controle sobre aquele espaço” (GOMES, 1995, p. 72).

Através da construção/normatização de uma identidade e imaginário impostos, tenta-se homogeneizar a história e a cultura do povo sul-riograndense. Todavia, existem diversas etnias/culturas, reinvenções expressivas pela mestiçagem, que estiveram presentes na formação do Rio Grande do Sul, e que, portanto, tornaram-no muito mais rico e complexo historicamente do que ele é retratado pela cultura dominante do tradicionalismo.

Referências

ALMEIDA, Jerri Roberto. *Heróis de papel: As representações sobre a Revolução Farroupilha na Literatura*. Porto Alegre: Alcance, 2007.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2006.

_____. Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. Peter. *Testemunha ocular*. História e Imagem. Bauru, São Paulo, Edusc, 2003.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Estudos avançados, São Paulo, n. 11, v. 5, jan./abr. 1991.

FRANCASTEL, Pierre. *Imagem, visão e imaginação*. Lisboa: Edições 70, 1983. p. 106.

GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clío, Méritos, 2004.

_____. Tradicionalismo e modernidade conservadora no “estado-marca”. In: BOEIRA, Nelson (Org.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1995.

KERN, Maria Lucia Bastos. Os impasses da história da arte: a interdisciplinaridade e/ou especificidades do objeto de estudo? In: WANNER, Maria Celeste de Almeida. *Artes Visuais pesquisa hoje*. Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Visuais. Mestrado em Artes, UFBA. Salvador: 2001

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

MANCUSO, Carlos Antonio. A obra regional de Lutzenberger. In: MUSEU UNIVERSITÁRIO. *Mostra José Lutzenberger. Coleção Farrapos e Aquarelas e desenhos*. Porto Alegre, 1985.

PESAVENTO, Sandra J. A invenção do mundo: por que o homem cria imagens. *Zero Hora*. Caderno Cultura, p. 4. Porto Alegre. 20 abr. 2002.

RAVAZZOLO, Ângela. *As aquarelas de José Lutzenberger como representação da história e do cotidiano* (1920-1951). Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:p5SfC7-WCscj:www.lutzenberger.com.br/imagens/Poesia_e_Precis%C3%A3o.pdf+representa%C3%A7%C3%B5es+art%C3%ADsticas+revolu%C3%A7%C3%A3o+farrroupilha&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *Revista História Debates e Tendências*. Passo Fundo, v. 1, n. 1, 1999.

SERBENA, Carlos Augusto, *Imaginário, ideologia e representação social*. In: Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n. 32- Dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno%2052.pdf>>.

SCHEIDT, Eduardo. *O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha*. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092002000200008&script=sci_arttext>.

SILVA, Raquel Holstein da. *A representação da identidade feminina na obra a casa das sete mulheres, de Letícia Wierzchowski*. Disponível em: <<http://www.mafua.ufsc.br/numero09/ensaios/silva.htm>>.

VIANNA, Rafael de Brito. *Herdeiros da Pampa pobre: o poder simbólico da Revolução Farroupilha*. Disponível em: <<http://cauiosbutia.blogspot.com/2010/07/herdeiros-da-pampa-pobre-o-poder.html>>.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas*. Locust: Revista de História. Juiz de Fora, v. 3, n. 1, jan./jun. 1997.

Usura e cooperativismo de crédito na região noroeste do Rio Grande do Sul – 1902-1930

Josei Fernandes Pereira¹

Se a vida humana é tecida pelos fios do tempo, a sua experiência representa perfeitamente bem a trama que se configura no tecido da história. Afinal, o tempo é essa efeméride de fenômenos do mundo que os seres humanos não conseguem suportar sozinhos, necessitando buscar explicações sobre a sua natureza. O homem não assiste ao tempo, ele vive o instante em busca de um elemento estável que o conduza em segurança para a eternidade.

Essa incessante busca levou o homem das sociedades arcaicas a criar uma definição apropriada do tempo, fixando dois tempos singulares: o tempo fraco, *profano*, ligado às coisas do cotidiano, e o tempo forte, *sagrado*, ligado aos acontecimentos extraordinários e revolucionários (relacionados ao rito), ou so-

¹ Mestre em História pela UPF, professor do Centro de Educação Básica Francisco de Assis e do município de Ijuí e membro da diretoria da Associação dos Amigos do Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí. E-mail: josei.pereira@hotmail.com

brenaturais (relacionados ao mito). O homem arcaico viveu a constância da repetição do ciclo e do tempo como o fenômeno natural e circular, imortal e eterno, que em Cícero “consome tudo o que nele escoa”.

Durante a Idade Média, a igreja católica manteve em seu poder a hegemonia sobre toda a produção de conhecimento, por meio do controle da leitura e da escrita e produziu a ruptura com a noção de tempo circular. Esta ruptura causou o desconforto que mais tarde separaria por completo “a concepção de tempo da tradição judaico-cristã da concepção da tradição helenístico-romana e mesmo das sociedades arcaicas, nada mais é do que o fato de que a primeira lida com um tempo linear, enquanto as últimas com um tempo cíclico ou até mesmo circular” (DOMINGUES, 1996, p. 34).

Embora permanecessem vestígios da antiga noção do tempo circular, percebe-se durante algum tempo a coexistência das duas modalidades, muito embora o desenrolar dos acontecimentos forneça elementos para a conclusão de que o tempo linear e contínuo tenha prevalecido. O cristianismo se esforçou para centrar a atenção dos homens no presente, instalando a eternidade como um atributo divino, e de Cristo como o ponto fundamental para o alcance desta realidade; “o caminho” a ser seguido, no tempo, rumo ao encontro com o divino, na eternidade. O tempo passou a ser o instrumento de Deus e somente a Ele pertencia, e a igreja dominou completamente a vida das pessoas devido à crença da vontade divina: “a pessoa devia se contentar com a situação social em que nasceu [...] desejar uma mudança na situação social era ir contra a vontade e os propósitos de Deus” (SOUZA, 2008, p. 184). Dentro dessa lógica temporal divinizada, o *progresso* da humanidade somente poderia se dar na direção da eternidade espiritual, e não no sentido da materialidade mundana.

A doutrina cristã desenvolvida na Idade Média definia o progresso como “o grande movimento da história [que] visava a assegurar a felicidade de uma pequena porção da raça humana em outro mundo: daqueles que aceitassem e cumprissem as determinações da revelação divina. Não parecia, pois, haver interesse em melhoramentos graduais da sociedade, sendo preferível aguardar pelo dia do Juízo Final” (DUPAS, 2009, p. 35). Santo Agostinho representa muito bem a doutrina da teologia cristã. Para ele, o espaço encoberto do futuro seria preenchido pela providência divina. Essa doutrina era marcada pela ideia do pecado original, segundo o qual não haveria espaço para o progresso da humanidade no plano material e todos estariam fadados ao futuro, dentro daquilo que era considerado parte dos desígnios divinos. Com o intuito de dar significado ao curso dos eventos humanos, a doutrina cristã medieval construiu uma síntese teológica para o progresso; uma espécie de teoria do *progresso espiritual*, baseado na história, apenas para os que fossem (ou se tornassem) cristãos.

Nesse contexto preeminente da interpretação do tempo e de todas as coisas do mundo como divinos por natureza, uma das atividades econômicas mais antigas da história da humanidade passou a ser considerada uma prática pecaminosa pela doutrina cristã: a *usura*. O desenvolvimento do comércio entre as florescentes cidades italianas e os crescentes lucros auferidos pelos mercadores na Baixa Idade Média, eram financiados por prestamistas que, receosos de eventuais prejuízos pelos riscos das longas viagens, tinham a promessa de que seu investimento seria retornado com juros. Assim, para Le Goff (1991, p. 73):

o mercador e o banqueiro são levados, por sua profissão, a praticar ações condenadas pela igreja, operações ilícitas que, em sua maioria, são denominadas usura. Por usura, a igreja entende, com efeito, todo negócio que comporta o pagamento de juros. Por isso, o crédito, base do grande negócio e do

banco, é interdito. Em virtude dessa definição, todo mercador-banqueiro, praticamente, é um usurário.

O usurário era visto como um ladrão que vende algo que não lhe pertence contra a vontade de seu possuidor, no caso, o *tempo*: “pecado que merecia o inferno, pois esse não trabalhava, [mas] vivia do tempo” (SOUZA, 2008, p. 186). Segundo a lógica aristotélica, o dinheiro não podia ser considerado um produto, resultado de uma atividade ou trabalho produtivo, mas apenas um facilitador das trocas comerciais. A prática da usura tornava-se ainda mais grave justamente por colocar em *xequê* as estruturas mentais da concepção do tempo na Idade Média. Afinal, se o tempo pode ser vendido como mercadoria, então havia perdido sua áurea divina e inalcançável. Le Goff (Idem, p. 75) citou trechos de textos de Tomás de Aquino e outros teólogos e canonistas onde apareceram argumentos segundo os quais a prática de juros correspondia à “venda do tempo”:

Ora, este não pode ser uma propriedade individual. Pertence unicamente a Deus. Assim, a reflexão cristã, não podendo fugir a um contexto teológico-moral estreito, mostra-se incapaz de chegar a concepções econômicas, quaisquer que sejam os consideráveis esforços dos pensadores e juristas do século XIII.

Do lado dos mercadores, estava a justificativa dos riscos que ele incorre na prática comercial, onde prejuízos são comuns, autorizando a cobrança de reembolso e multa por demora, que recebiam o nome de juros. A imobilização de seu dinheiro, mediante um empréstimo, era um ato de confiança, do latim *credere*, ou seja, dar *crédito* a alguém. Mas o crédito deixava o valor emprestado indisponível para outros fins produtivos do seu prestamista. Portanto, a cobrança de uma indenização no final do empréstimo também era chamada de juro. Por fim, o risco de insolvência ou má fé do devedor, ou mesmo o efeito

de uma mudança monetária, também justificavam a existência de uma segurança a mais para o credor.

Com todos esses argumentos, embora a teologia cristã condenasse a realização da usura, na prática, a igreja católica mostrava-se impotente contra os mercadores. A usura era uma fonte de fortunas ilícitas das quais, teoricamente, a igreja não podia fazer uso para fins caritativos, adotando, então, sanções. Primeiramente, castigos espirituais como a excomunhão e privação de sepultura. Posteriormente, castigos temporais, como a obrigação de restituir lucros ilícitos. Por fim, algumas privações civis, como a não validação dos testamentos dos mercadores enquanto não tivesse sido feita a reparação de seus pecados em matéria econômica (LE GOFF, 1991, p. 78-79).

Mas cada vez mais a igreja inclinava-se para a absolvição do mercador. Reconhecia sua impotência diante dele e logo passou a precisar de sua ajuda, de seu dinheiro e de sua atividade. Le Goff (Idem, p. 97) fala da “usura a serviço da igreja”, citando estabelecimentos de abades e bispos durante a alta Idade Média, que, dispondo de capitais suficientes, exerciam eles próprios a função de emprestadores e usurários; a Ordem dos Templários e a Ordem Teutônica (ambas do século XIII). A primeira, um dos maiores bancos da cristandade, grande financiadora do empreendimento das cruzadas. Já a segunda, grande comerciante de lã, com um corretor localizado no Condado de Flandres²: “com mais flexibilidade do que com relação a outras evoluções, a igreja passou do compromisso com o feudalismo ao compromisso com o capitalismo” (Ibidem).

No decorrer da revolução comercial, cada vez mais padres e monges originavam-se da burguesia mercantil. O fato de serem oriundos de famílias de mercadores tradicionais fazia com que defendessem, mesmo de longe, os negócios da sua estirpe.

² Grande centro de produção e comercialização de manufaturas têxteis no norte europeu, foco de disputa entre Inglaterra e França durante a Guerra dos Cem Anos.

O próprio papa Inocêncio IV pertencia a uma família de mercadores genoveses. Afastados das suas famílias, esses clérigos

eram impelidos a contribuir para a justificação de seus próximos. [...] Assim, a igreja não tardou a acolher o mercador, a admitir o essencial de suas práticas. Longe de ter sido um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, podemos nos perguntar se até mesmo em sua hostilidade ela não acabou por servi-lo involuntariamente (LE GOFF, 1991, p. 99).

A descoberta das Américas e a rápida expansão das atividades econômicas aumentaram consideravelmente a demanda por crédito, capital necessário para o avanço da economia. Calvino foi um dos primeiros teólogos cristãos a exonerar o empréstimo a juros da mácula moral e teológica que a igreja o havia colocado até então. Preocupado com a população carente, manifestou-se contra as práticas que pudessem prejudicá-la, defendendo uma regulamentação ao invés da liberação total da usura. Contrário à teoria aristotélica de que o dinheiro fosse apenas um meio de troca, Calvino considerou que

o dinheiro é o meio que Deus usa para promover o sustento do homem e de seus semelhantes. As riquezas devem ser utilizadas para o benefício também da sociedade, e não só em causa própria [...], o dinheiro é uma mercadoria, portanto ele é produtivo, desde que seja usado com o objetivo de promover a economia por meio da indústria e do comércio (apud SOUZA, 2008, p. 196-197).

A posição da igreja em relação ao crédito evoluiu de uma postura de condenação pelo caráter pecaminoso da usura, na condição de materialização e apropriação indevida do tempo (até então divino por natureza), para um afrouxamento gradual da proibição e, até mesmo, a utilização de recursos reconhecidamente provenientes desta atividade. O revigoração das

cidades e do comércio com o Oriente após as cruzadas, bem como a revolução comercial, foram decisivos para a evolução do pensamento cristão em relação à economia. A perda da hegemonia sobre o conhecimento e as transformações no campo das ciências durante o Renascimento derrubaram definitivamente a concepção de *tempo* da igreja, e com ela o mito do progresso como providência divina.

A nova doutrina social da igreja e o surgimento do cooperativismo de crédito: de pecado capital, à salvação do capital (ismo)

O advento do Renascimento aprofunda as discussões sobre a teologia cristã, com o questionamento de inúmeros pontos dessa doutrina durante muito tempo hegemônica. Para Dupas (2009, p. 35), a brecha para o desenvolvimento da ciência dentro do pensamento religioso medieval foi dada pelo frade franciscano Roger Bacon, justificando ao Papa Clemente IV a “utilização religiosa” da ciência matemática, astronômica, física e química, que auxiliariam no estudo da teologia e das escrituras.

Uma doutrina geral de progresso foi definitivamente criada com a popularização da ciência durante o Renascimento, quando o acúmulo de ciências inter-relacionadas acabava por justificar a crença no progresso contínuo das descobertas, resumindo-se na célebre frase “somos anões sobre os ombros de gigantes”, tradicionalmente atribuída a John Salisbury. O destino comum dos homens após a vida terrena sofreu um significativo abalo, cabendo, a partir de então, à ciência encontrar uma teoria racional para *iluminar* o futuro dos seres humanos. Se na Idade Média entendia-se a “providência como progresso”, entre os puritanos reformistas passou-se a entender o “progresso como providência”, embora o positivismo de Comte e Spencer ainda atribísse um papel a Deus. Mas, em geral, a ciência se dissociou

de Deus e, desde então, os termos *evolução*, *desenvolvimento* e *progresso* passaram a ter o mesmo sentido, sempre associado à evolução tecnológica (DUPAS, 2009, p. 43).

O iluminismo do século XVIII soterrou definitivamente a posição teológica de que o céu estaria longe da terra. O uso da razão passou a ser utilizado como processo para atingir um estado de constante progresso e a “Revolução Industrial parecia tornar o paraíso possível”, tanto pelo brilho e dinamismo das capitais europeias, quanto pelo vigoroso crescimento econômico que, segundo Voltaire (apud DUPAS, 2009, p. 44), atrelava comércio, liberdade e progresso. A igreja católica, que durante a Idade Média havia desempenhado o papel de organizadora social, baseada em uma doutrina geral de natureza religiosa, era substituída pela doutrina científica baseada na crença do progresso contínuo da humanidade.

A igreja católica da Idade Média havia oferecido o exemplo de uma grande organização social baseada em uma doutrina geral científica. O poder espiritual passou a ser dos sábios e não mais dos religiosos; os cientistas seriam os novos religiosos e dirigiriam o progresso da ciência e da educação pública (DUPAS, 2009, p. 52).

A igreja católica havia sido o grande senhor feudal da Idade Média, detendo a posse de uma terça parte das propriedades territoriais no mundo católico. Esse era o inimigo que foi combatido pela crescente classe burguesa, que teve na utilização da ciência a grande arma para o combate das fronteiras estabelecidas pela fé. Para Engels (2005, p. 22-27), foram quatro grandes combates que a burguesia travou contra a hegemonia católica durante a Idade Moderna: a reforma protestante de Lutero na Alemanha; a reforma de Calvino na Inglaterra e a grande Revolução Francesa, a primeira que conseguiu despojar completamente a hegemonia católica-cristã sobre a Europa.

Entre os séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço científico e tecnológico e o êxodo rural contribuíram para que a “Revolução Industrial” convertesse oficinas artesanais em fábricas, e mercadores em industriais, impingindo profundas mudanças na sociedade, especialmente para as classes camponesa e operária, subordinadas ao poder econômico dos donos dos meios de produção. Comerciantes e industriais (que neste ponto podemos identificar com a alcunha de *burguesia*) compartilhavam entre si a intenção de se manter subjugados as classes populares/trabalhadoras. Engels explica como se deu a inversão de submissão religiosa entre a burguesia e o proletariado:

[o burguês] era um homem religioso; sua religião lhe havia fornecido a bandeira sob a qual combateu o rei e os senhores; descobrira também, havia pouco, os recursos que essa religião lhe oferecia para trabalhar o espírito de seus inferiores naturais e torná-los submissos às ordens dos amos, que os desígnios imperscrutáveis de Deus lhe inspiravam. Em outras palavras, o burguês da Inglaterra participava agora da empresa de oprimir as *classes inferiores*, a grande massa produtora da nação, e um dos meios empregados para isso era a influência da religião (ENGELS, 2005, p. 25).

Conhecido como um dos fundadores do pensamento socialista utópico, o monge Saint-Simon sugeriu uma redefinição do cristianismo. Seu *novo cristianismo* propugnava a constituição de um laço religioso entre a ciência e a indústria, “forçosamente místico e rigorosamente hierárquico, chamado a restaurar a unidade das ideias religiosas, destruída desde a Reforma” (Idem, p. 48). A ciência eram os sábios, a indústria eram os burgueses, a classe trabalhadora era explorada pela ação das duas anteriores; no meio destes extremos, “os banqueiros seriam chamados em primeiro lugar para regular toda a produção social por meio de uma regulamentação do crédito” (Ibidem).

Nesse contexto revolucionário, de severas transformações socioeconômicas, irá surgir também a ideia do *cooperativismo*. Formalizado em instituições de capital social coletivo, o cooperativismo emergiu da Revolução Industrial como uma proposta para o proletariado enfrentar as dificuldades econômicas e dos problemas sociais originados nestas dificuldades, que originalmente buscaram atender às demandas de um grupo específico da sociedade civil, sob muitos aspectos, abandonadas pelo estado liberal.

A institucionalização do ato cooperativo e a emigração para o continente americano são para Hobsbawm dois modelos de reação não-governamental mais comum da parte dos camponeses, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bem líquidos, estes, sobretudo camponeses com propriedades potencialmente viáveis” (HOBSBAWN, 2008, p. 60). Na Inglaterra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica provocaram uma carestia generalizada de alimentos, o que explicaria a experiência pioneira no vilarejo de Rochdale, em 1844, com a criação de uma *cooperativa de consumo*. Poucos anos depois, na França, Alemanha e Itália, a experiência foi com cooperativas de trabalho e de crédito. Sobre esta variedade de modelos, Walter Frantz explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação (2006, p. 30).

Observando o desenvolvimento dessas instituições cooperativas, vemos que na prática elas representaram uma estratégia de consolidação do sistema capitalista e de superação dos entraves

que jogavam as classes trabalhadoras na marginalização e no embate direto contra o capitalismo. Não é por acaso que as primeiras cooperativas foram fundadas na década de 1840, auge da pauperização do proletariado resultante das transformações da revolução industrial, às vésperas da Revolução de 1848.

Originado da crise das relações entre a igreja e o mundo moderno, o conceito de *social-catolicismo* foi explicado por Schallemburger (2003) como uma alternativa da igreja católica para opor-se (ou inserir-se) no processo de modernização e desenvolvimento das sociedades industriais do século XIX. A Alemanha unificada, com questões sociais condizentes com a realidade do século XIX e uma grande diversidade religiosa, ofereceu o material humano para a constituição de um discurso social desenvolvimentista da igreja, voltado para o atendimento das demandas geradas na exclusão da grande maioria dos indivíduos do processo de acumulação capitalista. Schallemburger fala em “uma certa indignação ética”, que apontaria para uma nova utopia social, no caso a cristã, que passaria a pleitear, junto da utopia socialista, os trabalhadores como sujeitos sociais. Dessa forma iniciava a

conversão do discurso hegemônico da igreja católica alemã para as questões sociais, apresentando-a como a mais autêntica possibilidade de escolha, e despertando, a partir dele, o movimento social católico como elemento importante da reação defensiva da igreja frente às propostas do liberalismo e do socialismo (SCHALLEMBERGER, 2003, p. 118).

No Rio Grande do Sul, esses imigrantes excluídos do processo de desenvolvimento do capitalismo europeu foram os sujeitos do processo de colonização das áreas de matas ao norte do estado, dentro de uma política oficial de ocupação estratégica do território do sul do país e também de formação de um “extrato social camponês, no seio do universo latifundiário-

-escravista, com camponeses emigrados” (MAESTRI, 2005, p. 255). Ou seja, além da ocupação estratégica do espaço, constava entre os objetivos principais desta ocupação a promoção da agricultura policultora para abastecer centros urbanizados e latifúndios com alimentos, implementando uma população livre de pequenos proprietários para equilibrar a população escrava. O Rio Grande do Sul era um destino importante para a colonização, justamente por esta necessidade de povoamento e abastecimento interno do estado com gêneros alimentícios. Para Zarth (2002, p. 182), “no Rio Grande do Sul, os imigrantes se transformavam em pequenos proprietários de terra e isso era um estímulo forte para emigrar”, uma vez que a escassez de terras cultiváveis disponíveis aos camponeses na Europa dificultava ainda mais sua inserção na economia e mesmo a sobrevivência de sua família.

Colocados em condições socioambientais adversas e com um relativo afastamento do poder público na organização dos núcleos coloniais, esses colonos formaram um estrato social que serviu de base para a implementação do modelo associativista cristão, dentro da nova doutrina cristã. Nesses núcleos de colonização, a divisão familiar do trabalho colonial orientava-se para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência: “o ideal almejado era produzir tudo o que o núcleo familiar consumisse e restringir ou eliminar o consumo daquilo que não fosse possível produzir” (MAESTRI, 1996, p. 75). Logo que fosse possível, investia-se parte dos recursos capitalizados pela atividade mercantil na compra de bois ou mulas para o transporte, vacas leiteiras, porcos e galinhas. A mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote.

Atuando neste sentido, a igreja (tanto a católica quanto a evangélica-luterana, inclusive trabalhando juntas eventualmente), dirigiu esforços na tentativa de organizar as comunidades coloniais de imigrantes, tanto do ponto de vista ético e religioso quanto do ponto de vista da melhoria das condições materiais de vida. A fundação da Associação Rio-grandense dos Agricultores - *Bauernverein*, em 1899, por exemplo,

exerceu importante função mediadora na organização de núcleos, ou uniões coloniais, de agricultores em todo o estado do Rio Grande do Sul [...]. Implementou a poupança e o crédito através da fundação de Caixas de Depósito e de Empréstimo, caixas rurais, estimulou o cooperativismo e promoveu um modelo de colonização que marcou o cenário social do sul do Brasil (SCHALLEMBERGER, 2003, p. 127).

A fundação das Caixas de Crédito Rural no Rio Grande do Sul foi motivada pela ação de padres jesuítas no sentido de facilitar a obtenção desses recursos, mediante a capitalização coletiva das pequenas economias coloniais, colaborando, assim, com o desenvolvimento econômico dessas comunidades e inserindo-as no processo de mercantilização da produção com o oferecimento de crédito rural a juros baixos. Ao mesmo tempo, a igreja católica ampliava a efetividade de sua ação religiosa/missionária em numa região que ampliava gradativamente sua densidade demográfica. Para Frantz (2006, p. 41), “o envolvimento, tanto da igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado”.

A primeira Caixa de Crédito Rural do Brasil foi fundada em 1902, em Nova Petrópolis, região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, pelo padre jesuíta Theodor Amstad, também fundador da Associação Rio-Grandense de Agricultores,

posteriormente substituída pela Sociedade União Popular católica – *Volksverein*, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. A fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, no interior de Ijuí, deu-se em 1925 pelo trabalho de orientação da comunidade pelo também padre jesuíta João Evangelista Rick, então secretário da Sociedade União Popular católica. Exemplos como esses se multiplicaram pelo interior do estado, chegando a existirem mais de 60 caixas rurais no estado, em torno da década de 1960.

No entanto, o meio religioso não era unânime quanto à fundação das caixas de crédito rural. As caixas tiveram resistência de muitos dos clérigos da *própria* igreja católica, que consideravam prematuras as ideias de Amstad e Rick. Em suas memórias, padre Rick (In: RABUSKE, 2004, p. 102) menciona que muitos de seus colegas de batina consideravam a ideia das caixas rurais “pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum”. Porém, o descrédito desses clérigos foi desaparecendo conforme os resultados começavam a aparecer. As caixas de crédito, consideradas *prematuras*, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, reinvestindo parte dos resultados da atividade cooperativa-financeira na construção de escolas, hospitais, salões comunitários e inclusive igrejas, dentre outras obras de caráter comunitário. As doações do “fundo de reserva³” da caixa eram propostas e aprovadas unanimemente em assembleias gerais e os recursos então aplicados nessas obras que, não raro, eram erigidas na forma de mutirão. A ideia passou

³ Destinado a reparar eventuais prejuízos sofridos pela cooperativa no exercício de suas atividades, o fundo de reserva não seria partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. Ele seria composto de doações de qualquer natureza recebidas pela Caixa, mas principalmente de 80% dos lucros verificados anualmente pelo Balanço contábil. Os 20% restantes seriam destinados a fins beneficentes e despesas gerais da Caixa (Fonte: Estatuto Social da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, Arquivo Sicredi Augusto Pestana).

a ser completamente aceita e, curiosamente, até abençoada pela igreja católica, como bem representa a foto a seguir:



Gerente da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, Lourenço Winkelmann, durante a inauguração da nova sede da cooperativa onde foi realizada a bênção do novo e moderno cofre, em 1969.

Fonte: Arquivo Sicredi Augusto Pestana.

Os objetivos que inicialmente orientavam os estatutos da Caixa Rural de Serra Cadeado eram bastante claros e precisos, ligados à política desenvolvimentista promovida pela doutrina social da igreja, que buscava atender às necessidades financeiras dos moradores da localidade e intermediando sua inclusão no mercado e minimizando os impactos da economia liberal. Primeiramente, a acumulação de recursos comunitários necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. Posteriormente, a aplicação de parte das sobras verificadas no exercício anual em obras de caráter comunitário, como as mencionadas anteriormente. A ata

de fundação da Caixa de Serra Cadeado refere-se aos seguintes objetivos específicos:

Combater a *usura*, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhes o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reprodutivo pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento de dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral (Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado).⁴

A *usura* citada no texto da ata de fundação refere-se à atividade realizada por comerciantes instalados na linha colonial que, diretamente ou indiretamente, atuavam como agentes creditícios dos colonos, fosse na aquisição e revenda da produção (compra com preço mínimo e revenda nos centros urbanos sob altos preços), fosse emprestando dinheiro a juros, pelo empréstimo direto ou pela venda de bens de consumo de alto valor como pagamento pela produção agrícola adquirida, a troca de manufaturas de alto valor por matérias-primas de baixo valor. Sobre a *usura* praticada pelos comerciantes nas regiões coloniais, Maestri (1996, p. 83) fornece importantes detalhes em seu estudo sobre a colonização da Serra Gaúcha:

eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o

⁴ Arquivo Sicredi Augusto Pestana.

colono necessitava por alto valor [...]. O comerciante pagava ao colono apenas após vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões etc.

Como procuramos detalhar no início deste texto, o conceito de *usura* foi criado durante a Idade Média e utilizado secularmente pela igreja católica para se referir à atividade creditícia realizada por mercadores, ocasião em que desvelou uma perseguição aos banqueiros e prestamistas (geralmente judeus), usurários que cobravam pelo tempo que o dinheiro emprestado tardava a ser devolvido. No entanto, ao apontar novamente para a prática da *usura* e para os seus praticantes (em pleno século XX), a igreja optou por incentivar uma atividade de igual teor entre seus fiéis, promovendo a fundação de Caixas de Crédito Rural com o objetivo de emprestar dinheiro a juros baixos, trabalhando em prol da organização da economia colonial e do *progresso material* das comunidades de imigrantes. Nos primeiros anos de funcionamento, o Estatuto Social da Caixa Rural de Serra Cadeado⁵ previa o pagamento de 6% a.a. para os depósitos à vista de seus associados e a cobrança de 8% a.a. para empréstimos realizados para fins julgados úteis, conforme mencionado no texto do estatuto. Tais acontecimentos são indicativos das formas utilizadas pela doutrina católico-cristã para se adaptar às condições socioeconômicas modernas e manter o vínculo espiritual com seus seguidores.

Outro movimento, de caráter político, a criticar a ação dos banqueiros no Brasil antes da criação do Estado Novo foi o integralismo. Surgida de pequenas organizações fascistas na década

⁵ Arquivo Sicredi Augusto Pestana.

de 1920, a Ação Integralista Brasileira foi oficialmente criada em 1932, após a Revolução Constitucionalista, sendo definida por Boris Fausto como “uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia” (FAUSTO, 2002, p. 353). O integralismo depositava grande ênfase no valor espiritual da nação e, apoiados no lema “Deus, Pátria e Família”, aproximavam-se dos preceitos da própria igreja católica, sugerindo mudanças no sistema econômico nacional.

A crítica à usura não raro era acompanhada de discursos antissemitas, inspirados na recente experiência nazista de perseguição aos judeus iniciada poucos anos antes⁶ (em meados dos anos 1930). O teor das acusações proferidas pela Ação Integralista aos usurários foi incansavelmente repetido nas páginas do livro “Brasil – Colônia de Banqueiros”, de Gustavo Barros, editado em 1934. Ideólogo antissemita, Barroso procurou relacionar a atividade financeira mundial como um mal a ser extirpado, fruto da ação de banqueiros de origem semita. Nesse ímpeto, o autor recorreu a textos medievalistas e de caráter religioso para legitimar seus discursos, como quando, ao criticar as casas de penhores existentes no Brasil durante a Primeira República, citou a existência de uma instituição religiosa de crédito popular, de origem franciscana⁷:

Urge uma reação contra as casas de penhores judaicas e não será a primeira. Em 1482, o franciscano Bernardino de Feltro iniciou terrível campanha contra elas e fez fechar as dos judeus e lombardos que emprestavam à taxa de 20%, fundan-

⁶ O integralismo foi criado no Brasil em 1932 por Plínio Salgado, como uma doutrina política ultraconservadora de oposição ao liberalismo e a todas as formas de socialismo. Inspirado na Doutrina Social da igreja católica possuía também forte motivação do nacional-socialismo alemão, surgido na década de 1920 e consolidado no Terceiro Reich como o nazismo.

⁷ Citada por Batbie na obra “Le Credit Populaire”.

do o monte-de-socorro oficial a 5%. Por toda a Europa, os montes-de-socorro se multiplicaram a esse exemplo. Os judeus assanharam-se e combateram com todas as armas, acusando-os, sobretudo, de *usura*! “Tolerados em toda a parte pela autoridade – diz Batbie – encontraram na nova instituição de crédito um concorrente terrível”. Mexeram céus e terra, conseguindo levar o caso ao Concílio de Latrão, que lhes não deu ganho de causa. “O movimento que criou os montes-de-socorro por toda a Itália deve, em grande parte, ser atribuído à ordem dos Recoletos (Franciscanos) e, na ordem, ao pregador Bernardino de Feltro. Os monges percorreriam as cidades em que se tinham estabelecido judeus e lombardos, e pregavam contra a usura a populações ardentes, que, saindo do sermão, iam queimar as casas dos usurários. Todos procuravam os Recoletos, quando sabiam de sua chegada. Para se defenderem contra a terrível eloquência desses frades, judeus e lombardos eram obrigados a recorrer à polícia dos príncipes” (BARROSO, 1934, p. 129-130).

Por ter sido originado da Doutrina Social da igreja católica, em seu discurso, Barroso adotou argumento semelhante àquele verificado no catolicismo medieval, que contestava a ação dos mercadores e banqueiros na tentativa de inflamar os indivíduos sujeitos a esta condição a revoltar-se contra eles. Já no trecho seguinte, apoiando-se novamente em antigos textos de Lutero, Barroso também criticou a ação dos banqueiros, sem, no entanto, referir-se diretamente aos banqueiros judeus, embora cite entre parênteses os “banqueiros e capitalistas” que são cuidadosamente relacionados em todo o restante de seu livro como de origem semita:

O fenômeno vem se precisando de longa data. Já em 1545, Lutero abria os olhos dos povos contra esse capitalismo, então nascente: “Eles (os banqueiros e capitalistas) têm todas as mercadorias nas mãos e fazem com elas o que bem entendem, sem receio de elevar ou abaixar os preços conforme sua conveniência, oprimindo e destruindo os pequenos comerciantes

[...]. Não é de admirar, pois, que tomem conta do mundo” (BARROSO, 1934, p. 19-20).

Por fim, a crítica desferida ao liberalismo que seria, em sua opinião, o responsável pela proliferação de usurários e banqueiros pelo mundo, ao mesmo tempo em que exalta os princípios integralistas fundamentados na doutrina cristã:

O Estado liberal-democrático, adotando todas as suas normas do liberalismo econômico, facilitou a expansão dessa força dominadora. Havendo todos os povos erigido (SIC) ao capital o culto de suas homenagens, esse novo deus passou a oprimir os governos, a assoberbar os Estados, na sua marcha avassaladora. Tendo-se facilitado tudo ao capital, este passou a atentar contra os princípios fundamentais da civilização cristã, como sejam o princípio da família e o princípio da nação (Ibidem).

Nesses pequenos trechos, procuramos esboçar um panorama das implicações da *usura* no campo econômico e social do Rio Grande do Sul do início do século XX. Além de enfrentar a resistência da igreja católica, o crédito/usura também foi duramente combatido pelo integralismo, que o julgava como um mal a ser extirpado, juntamente com o mal do liberalismo, causador dos grandes problemas econômicos mundiais e obstáculo para o progresso. Não obstante a própria “igreja da Imigração” tenha atuado livremente em setores onde o próprio estado sul-rio-grandense tenha se ausentado (como na organização socioeconômica das colônias novas no norte do estado).

Coincidentemente, ambas as instituições historicamente insistiram em apontar para um problema e uma solução sem, no entanto, confrontar as estruturas imbricadas nesse processo complexo. *Judeus* e *usura* foram apontados tanto pela igreja católica na Idade Média, quanto pelos movimentos nacionalistas alemão, italiano e brasileiro, como causadores dos problemas

econômicos e sociais existentes no mundo, chegando ao extremo de propor e executar uma “solução final”, durante a segunda guerra mundial, exemplo claro dos rumos para o *progresso científico* enveredado. Já a igreja católica, quando se deparou com as complicações da sociedade que se originou na era moderna, reestruturou suas doutrinas, procurando se adaptar aos novos pressupostos.

A doutrina social do catolicismo foi a matriz inspiradora para a fundação das caixas rurais, essas últimas, associações de auxílio mútuo, que, por intermédio do crédito, representaram a mudança da postura da igreja em relação ao próprio crédito. A fundação de caixas de crédito rural pela igreja, no sul do Brasil do início do século XX, representam a adesão de uma prática historicamente refutada e perseguida que então passava a integrar o repertório com estratégias de manutenção e recuperação do domínio espiritual, na América da época.

Considerações finais

Embora baseado em alguns apontamentos históricos sobre detalhes da história do *crédito*, da *usura* e do surgimento de uma concepção global de *sistema financeiro*, este capítulo procurou fazer um aporte teórico que tratasse destes conceitos num contexto regional. Como vimos, a ideia de progresso foi durante muito tempo entendida como resultado das ações coletivas do homem e encarada como um processo inexorável de evolução que propugnava, originalmente, que a civilização se movesse para uma direção entendida como benévola. Durante a Idade Média, a igreja católica foi o eixo de organização social baseada em uma doutrina geral de natureza religiosa. Ela defendeu a tese que o progresso material não assegurava a felicidade no outro mundo, e que as coisas mundanas que não estivessem conectadas à moral cristã, e, portanto, aos desígnios de Deus, eram

consideradas práticas pecaminosas. No *hall* de pecados materiais, a *usura* foi durante muito tempo considerada uma adequação indevida do tempo, divino por natureza. Entretanto, a relativa impotência da igreja diante dos mercadores e a necessidade de financiar as cruzadas à terra santa, transformaram sua atitude, que passou, durante a Revolução Comercial, à tolerância de certas práticas creditícias.

A passagem da Idade Média para a Modernidade foi marcada pelo desencantamento com as coisas divinas; pela dessacralização do mundo material. A ideia de *progresso* passou a racionalizar as coisas da natureza, antes pertencentes apenas à esfera sagrada. A razão passou a ser utilizada como suporte para superação do mito, não obstante sua própria dinâmica esclarecedora e progressista tendeu a torná-la também um mito, um mito nascido da razão inquestionável, e da fé inabalável do progresso humano. O iluminismo representou o uso da razão como processo para atingir um estado de constante progresso. Métrica e arquitetura utilizadas para alcançar diferentes finalidades, todas relacionadas com o progresso.

O advento da Idade Moderna fundamentou a organização da sociedade em uma doutrina geral científica; o poder espiritual passou a ser dos sábios e não mais dos religiosos. Os cientistas foram então considerados os novos *religiosos*, pregando o progresso da ciência e da educação pública. A própria ideia de progresso foi condicionada pela crença no positivismo, que teve em Comte um dos seus mais influentes teóricos. A ligação entre o progresso e o liberalismo econômico produziu a crença de que o desenvolvimento técnico e econômico, promovido pelo capitalismo, conduziria a humanidade para um futuro melhor.

Longe, embora interligado a esta contextualização, a região sul do Brasil do início do século XX oferece exemplos que propiciam uma análise da transformação do pensamento pro-

gressista da igreja, para se adequar às teorias contemporâneas. As regiões de colonização europeia no norte do Estado do Rio Grande do Sul tiveram grande intervenção da igreja católica na organização socioeconômica comunitária.

A *igreja da colonização* defendida por Schallemburger (2003) preconizava organizações de autoajuda, originadas do cooperativismo europeu pós-revolução industrial, necessárias para atingir o progresso material dos seus paroquianos; para atingir o progresso moral, deveriam trabalhar antes pelo progresso material dos fiéis. A fundação de caixas de crédito rural por padres jesuítas demonstra uma mudança completa na postura dos clérigos em relação à ideia de progresso e no emprego de estratégias de dominação econômica para atingir os objetivos religiosos propostos pela igreja católica.

Referências

BARROSO, Gustavo. *Brasil – Colônia de banqueiros* (história dos empréstimos de 1824 a 1934). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história*. Belo Horizonte: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso; ou progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Centauro, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FRANTZ, Walter; HILGERT, Vagner; CORRÊA, Ricardo. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Unijuí, 2006.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LE GOFF, Jacques. *Mercadores e banqueiros na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1991

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo: UPF, 1996.

_____. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda. 1960-1980*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol 2.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Sicredi Augusto Pestana 85 anos: da caixa rural ao sistema de crédito cooperativo*. Ijuí: Sintegraf, 2010.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj: cientista, colonizador, apóstolo social, professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHALEMBERGER, Erneldo. *Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas*. In: Informe GEPEC, UNIOESTE Vol. 8, n. 1, 2004.

_____. *Social-catolicismo e associativismo cristão: Alemanha e sul do Brasil*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIX, n. 2, p. 117-134, 2003

SOUZA, Maurício de Castro e. O empréstimo a juros no pensamento econômico de João Calvino. *Revista Ciências da religião – História e Sociedade*, vol. 6, n. 2, 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Unijuí, 2002.

**A República Velha e a
história política regional
nas páginas dos jornais:
O caso do *A Nação* na fronteira oeste
do Rio Grande do Sul**

Luiz Francisco Matias Soares¹

A história política, renovada em suas condições teóricas e metodológicas, possibilitou a valorização e utilização de fontes jornalísticas para compor novos enfoques na análise histórica. No Brasil da década de 1970, as fontes em jornais passaram também a ter mais valorização para trabalhos voltados à história política e, mais adiante, na pesquisa com abordagem pela história regional.

Para analisar a história política regional da fronteira oeste do estado, observaremos inicialmente o surgimento da imprensa e do jornal até chegarmos ao contexto brasileiro e o regional com o exemplo do jornal *A Nação*. Faremos também algumas observações quanto à questão das mudanças no tratamento da história política e neste aspecto as fontes de jornais como possibilidade de fonte para a análise histórica.

¹ Mestrando em História pelo PPGH da Universidade de Passo Fundo – UPF e bolsista da CAPES.

A história política, a gênese da imprensa e o jornalismo ocidental

Na Europa do século XIX e até as décadas iniciais do XX, a história política fora prestigiada pela Escola Germânica positivista². Naquela época, a imprensa e os jornais eram incompatíveis como fontes históricas para a política, pela própria característica da escola positivista que, como vimos acima, considerava somente como fonte documentos, como tratados, decretos, leis e descrições oficiais dos campos de batalhas. Entretanto, desde o século XVII já havia periódicos que se ocupavam em relatar atividades militares, políticas e comerciais. Embora os jornais, até o século XIX, fossem desprezados como fonte histórica³, ainda assim serviam como veículo de informação

² Historiadores como Leopold Von Hanke consideravam inquestionáveis as fontes primárias. Segundo o historiador francês René Rémond (1996), para a história política, os documentos eram aceitos sem que se fizessem críticas, eram recepcionados por seu caráter de oficialidade e, por si só, já valiam como documentos de força imutável.

³ Segundo o historiador John B. Thompson (1995), as primeiras folhas noticiosas teriam surgido no início do século XVI, e no século XVII noticiosos regulares tornaram-se frequentes (THOMPSON, 1995, p. 232). Thompson afirma que, “em 1609, a *Avisa-Relation oder Zeitung* foi impressa em Wolfenbüttel, e a *Relation* apareceu em Estrasburgo. Há alguma evidência que sugere que o jornal semanal deve ter aparecido um pouco antes (1607) em Amsterdam; de qualquer modo, em 1620, Amsterdam se tornou o local de um *centro de notícias* em rápida expansão, através do qual a informação referente às atividades militares, políticas e comerciais foi regularmente difundida para as diversas cidades europeias. [...] A primeira folha de notícias inglesa – “coranto” era o termo normalmente empregado para descrever aquelas folhas simples de compilações de notícias – foi provavelmente produzida pelo impressor holandês Pieter van den Keere em 1620 e exportada para Londres. Parece provável que a primeira folha de notícias impressa na Inglaterra foi feita pelo livreiro Inglês Thomas Archer no verão de 1621. A indústria do jornal se desenvolveu rapidamente na Inglaterra durante a segunda metade do século XVII [...]. No começo do século XVIII, havia perto de 20 jornais circulando semanalmente, duas ou três vezes por semana em Londres. O primeiro jornal diário da Inglaterra, o *Courant*, apareceu em 1702 [...]. O número de diários na Inglaterra subiu de seis em 1730 a perto de nove em 1770. [...] Durante as primeiras décadas do século XVIII [...] atingira 3.000 cópias por tiragem. O aumento de circulação estava estreitamente ligado à melhoria das estradas e à crescente eficiência do Correio Oficial, que facilitava a distribuição dos jornais londrinos para as cidades e locais vizinhos” (THOMPSON, 1995, 232-233).

dos acontecimentos nos centros europeus desde o século XVI e XVII (THOMPSON, 1995).

Portanto, a importância dos jornais iria aumentar na medida em que os estados nacionais emergentes passariam a utilizá-los cada vez mais. Em uma fase pré-capitalista, no caso da Inglaterra, o controle das publicações passou a ser feito pelo parlamento em 1662 (Printing Act). As autoridades políticas, além de censura e controle, utilizavam os jornais para publicar decretos oficiais de várias ordens, com isto se deu o desenvolvimento da indústria do jornal (Idem).

Para o desenvolvimento da imprensa e a indústria do jornalismo europeu, já na fase capitalista, além do empreendedorismo inglês, contaria, ainda, com outros fatores que se somariam naquele momento de transformações sociais, entre eles o nacionalismo. Foi, inclusive, desencadeada a formação de indivíduos letrados para traduzirem os códigos de coesão ⁴, já que era necessária a formação de consumidores para o jornal. Isso só seria possível com o aumento de indivíduos alfabetizados. (GUIBERNAU, 1997).

Assim, cabe ressaltar que o fenômeno da alfabetização não foi homogêneo em toda a Europa dos oitocentos. Em países fortemente agrários e católicos, como na Itália e na Espanha, não ocorreu da mesma forma. Guibernau observou, também, que, tanto na Itália (unificada tardiamente) quanto na Espanha, o índice de analfabetismo manteve-se alto: na Itália, em 1871, era

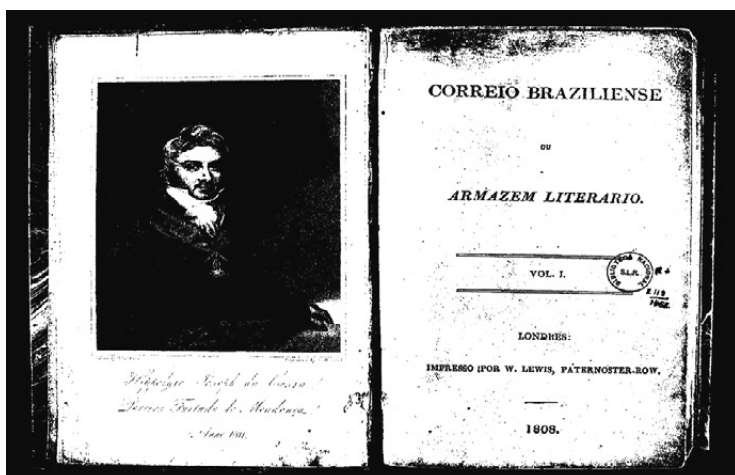
⁴ A cientista política Maria Montserrat Guibernau, em sua obra *Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX* (1997) analisou a formação dos estados nacionais e a importância da difusão da alfabetização. Viu que após a revolução francesa de 1789 se desencadeou em alguns países europeus uma homogeneização da cultura e a alfabetização. Ainda para Guibernau, com o implemento do nacionalismo foi possível, entre outras ações, o estado utilizar o crescimento de um público leitor com acesso à informação de ideias e notícias para alcançar níveis de coesão e de identidade nacionais que ultrapassariam a questão política. A pesquisa aponta que: “[...] na França de 1854, segundo os registros matrimoniais das paróquias, 31% dos noivos eram alfabetizados, em 1900 apenas 5% eram incapazes de assinar. O declínio do analfabetismo foi consistente e regular, decrescendo habitualmente numa percentagem de 1% ao ano” (GUIBERNAU, 1996, p. 78).

de 69%; na Espanha, em 1877, era de 63% para os homens e 81% para as mulheres. E até o século XX, em 1931, 50% da população espanhola adulta permaneceram analfabetas (GUIBERNAU, 1996).

O analfabetismo também foi muito presente no caso brasileiro e também seria um sério fator impeditivo para a formação de um grupo maior de leitores dos jornais no país.

O surgimento da imprensa e o jornalismo brasileiro

O jornalismo no Brasil surgiu propriamente em 1808 com o periódico *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário*. Embora sendo publicado em Londres e tendo como redator Hipólito da Costa, possuía ampla expressão na articulação política e contribuía com o projeto do Império luso-brasileiro, conforme o historiador Marco Morel (2008).



Frontispício do periódico Correio Braziliense ou Armazém Literário de 1808. Impresso em Londres/ING.

Fonte: <http://bndigital.bn.br/djoaovi/imprensaJoanino.html>, Dezembro/2011.

Antes do *Correio Braziliense*, já no século XVIII circulavam regularmente no Brasil outros periódicos feitos pela imprensa europeia, como a *Gazeta de Lisboa*, que desde 1778 já podia ser encontrada no Rio de Janeiro. No governo do Marquês do Pombal (1750-1777), havia 15 periódicos, que tinham como objeto cultura, notícias científicas, literatura e história, circulando no Brasil (MOREL, 2008).

E ainda naquele ano de 1808 a imprensa brasileira produziu um jornal em solo pátrio com orientação política de forma crítica⁵ (foto na página seguinte).

Neste mesmo período, surgiu no Brasil a figura da opinião pública (desde meados do século XVIII já se apresentava no vocabulário político ocidental) e que, no caso brasileiro, tratava-se de “um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico [...] com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado” (Idem, p. 33).

Assim, os jornais estiveram ligados à elite brasileira, que desde a época da colônia mantinha nos hábitos europeus uma ligação com a corte⁶. Os grandes proprietários de terras e ricos

⁵ A partir de 10 de setembro de 1808, passou a sair a *Gazeta do Rio de Janeiro*, na Impressão Régia, então recém-instalada no território do Novo Mundo com a chegada da Corte portuguesa. [...] Com a mudança de orientação política após o movimento liberal português de 1820, a *Gazeta do Rio de Janeiro* tem novo redator, o cônego Vieira Goulart, que publicaria também *O Bem da Ordem*, jornal que pretendia ser lido pelo “povo rude e sem aplicação às letras”, segundo suas próprias palavras. [...] Até mesmo um crítico ácido como Voltaire elogiava tais gazetas pela dimensão cosmopolita e por fazerem circular palavras e informações, ainda que restritas. A própria Impressão Régia não pode ser considerada apenas divulgadora de papéis oficiais, pois desenvolveu ampla e complexa atividade topográfica, tornando-se a primeira editora a funcionar em território brasileiro (MOREL, 2008, p. 30-31).

⁶ Antes de o Brasil tornar-se independente de Portugal, o ápice da chamada opinião pública deu-se nos anos de 1820-21. No período ocorreram mudanças políticas na Península Ibérica com as revoluções constitucionalistas de Portugal e Espanha, em 1820. Em Portugal, deram-se dois fatos que contribuiriam para a liberdade de imprensa brasileira: em 21 de setembro de 1820 fez-se o decreto

N.º 1.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

SABADO 10 DE SETEMBRO DE 1808.

*Doctrina sed vim promouet iustitiam,
Resaque cultus pietate reuerant.*

HORAT. Odg III. Lib. IV.

Londres 12 de Junho de 1808.

Noticias vindas por via de França.

Amsterdão 30 de Abril.

Os dois Navios Americanos, que ultimamente arribarão ao Texel, não podem descarregar as suas mercadorias, e devem immediatamente fazer-se á vela sob pena de confiscação. Isto tem influido muito nos preços de varios generos, sobre tudo por se terem hontem recebido cartas de França, que dizem, que em virtude de hum Decreto Imperial todos os Navios Americanos serão detidos logo que chegarem a qualquer porto da França.

Noticias vindas por Gottenburgo.

Chegarão-nos esta manhã folhas de Hamburgo, e de Altona até 17 do corrente. Estas ultimas annunciam que os Janizaros em Constantinopla se declararão contra a França, e a favor da Inglaterra; porém que o tumulto se tinha apaziguado. — Hamburgo está tão exaurido pela passagem de tropas que em muitas casas não se acha já hum côdea de pão, nem humma cama. Quasi todo o Hannover se acha nesta deploravel situação. — 50000 homens de tropas Francezas, que estão em Italia, tiverão ordem de marchar para Hespanha.

Londres a 16 de Junho.

Extracto de humma Carta escrita a bordo da Statira.

“Segundo o que nos disse o Official Hespanhol, que levimos a Lord Gambier, o Povo Hespanhol faz todo o possivel para saucudir o jugo Francez. As Provincias de Asturias, Leão, e outras adjacentes armarão Bocco Lomans, em cujo numero se comprehendem varios mil de Tropa regular tanto de pé, como de cavallo. A Corunha declarou-se contra os Francezes, e o Ferrol se teria igualmente sublevado a não ter hum Governador do partido Francez. Os Andaluzos, nas vizinhanças de Cadiz, tem pegado em armas, e destes ha já 60000, que são pela maior parte Tropas de Linha, e commandados por hum habil General. Toda esta tempestade se originou de Bonaparte ter declarado a Murat Regente de Hespanha. O espirito de resistencia chegou a Carthagená, e não duvido que em pouco seja geral por toda a parte. Espero que nos mandem ao Porto de Gijon, que fica poucas leguas distante de Oviedo, com humma sufficiente quantidade de pólvora, &c. pois do successo de Hespanha depende a sorte de Portugal. A revolta he tão geral, que os habitantes das Cidades guarnecidas por Tropas Francezas tem pela maior parte ido reunir-se nas montanhas com os seus Conciudadãos revoltados.”



P. 148.
1940



Castro

Frontispício do periódico “Gazeta do Rio de Janeiro” Primeira publicação - 10 de setembro de 1808. Impressa no Rio de Janeiro/BR.

Fonte: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.../start.htm>, Dezembro/2011

comerciantes buscavam a formação de bons herdeiros e enviavam seus filhos para estudarem na Europa. Esses, ao retornarem à colônia, estariam aptos a ocupar cargos de destaque a serviço da metrópole, mas mantendo conjuntamente seus interesses como herdeiros proprietários que influenciariam com suas opiniões, muitas delas absorvidas pelas páginas dos jornais.

Porém, ainda que a atividade da imprensa estivesse ligada a uma parcela pequena da população, segundo a historiadora Lilia Moritz Scharztz, na época da independência, a política brasileira procurou estabelecer quadros autônomos de atuação e buscou fundar uma *intelligentsia* nacional que atendesse às suas demandas (SCHWARCS, 1993).

Por sua vez, como já vimos, o número de leitores de jornais esbarraria no contingente de analfabetos. Isto pode ser observado no relatório apresentado por Rui Barbosa, já em abril de 1882 e junho de 1883, ao futuro parlamento do então Império do Brasil, quando “salientava que o número de analfabetos no país era imenso, constituindo-se, sem contar os escravos, em cerca de 6.856.594 habitantes, ou seja, em torno de 81,43% da população” (ROCHA, 1995).

O desenvolvimento do jornalismo e os periódicos contribuíam, já na época das Regências (1831-1840), para o ambiente de explosão das manifestações públicas, concorrendo com o aumento de associações e rebeliões e a crescente importância da opinião pública (MOREL, 2008, p. 43).

Para isso, somou-se também a criação das faculdades de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e das faculdades de

dando liberdade de imprensa e em 13 de outubro a liberdade de circulação de material impresso fora daquele país. Dom João VI, no Rio de Janeiro, percebeu que os atos da Junta Revolucionária em Portugal concorriam com sua autoridade de monarca. Para evitar a concorrência, assinou decreto em 2 de março de 1821 suspendendo a censura prévia para toda a imprensa (MOREL, 2008, p. 43).

Direito, em 1827, em São Paulo e Olinda, com a consequente necessidade de formação de quadros que sustentassem a intelectualidade brasileira e ao quadro político. Dentro do meio acadêmico, foram criados diversos periódicos com grupos de alunos que redigiam, editavam e publicavam artigos criticando a política ou se posicionando favoravelmente a ela (SCHWARCS, 1993).

Dessa forma, e ainda que limitado, o Brasil desde o final do período colonial, passando pelo Império até o período republicano, assistiria ao crescimento da imprensa com investimentos econômicos e tecnológicos também limitados, mas nem sempre com liberdade total, já que “a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões” (MOREL, 2008, p. 34).

Nos jornais do início do século XX, é possível observar o envolvimento da intelectualidade (Olavo Bilac e Emílio de Menezes) com a política. Naquele período, os intelectuais, na busca da sobrevivência pela literatura, com a produção de textos ligados ao cenário da política, mantinham uma interdependência com as facções oligárquicas proprietárias dos jornais (DE LUCA, 2006).

Portanto, é possível observarmos que as mudanças ocorridas no tratamento da história política representaram um embate pela hegemonia na qual a intelectualidade também estaria inserida. Neste tipo de mudanças não houve (e não há) neutralidade, pois os intelectuais funcionam como elementos reguladores, propagadores de ideias e até comportamentos, sejam eles de enaltecimento, centralidade, depreciação ou marginalização. Estavam assim atuando naquela época.

A possibilidade de abordagem pela história regional. O jornal “A Nação” da fronteira oeste do Rio Grande do Sul no período da República Velha

A abordagem na história regional, como possibilidade de inserção nas fontes de história política, traz como contribuição para a renovação dos estudos históricos um campo em que se conectam as especificidades de cada região relacionando-se com o nacional. A história regional busca trabalhar em sintonia com o nacional, sendo que a abordagem regional implica o aspecto específico, ao passo que o nacional, o geral. A história regional não é um método e sim uma forma de abordagem em determinado espaço relacionado com um recorte temporal estabelecido.

Na história política brasileira, o Rio Grande do Sul⁷ tem um manancial de fontes para pesquisa no período da República Velha. E como toda documentação preservada daquele período, atualmente conta com os benefícios da tecnologia, além da renovação das condições teóricas e metodológicas. Tem-se a possibilidade de utilização de fontes jornalísticas para novos enfoques na análise histórica.

⁷ As características específicas do Rio Grande no período da República Velha (1889-1930), à luz da análise da história política, revelaram em trabalhos desde a década de 1970 o perfil centralizador e hegemônico do poder político, em especial no período Castilhistas-Borgistas na ditadura científica positivista gaúcha. Onde é destacada a importância do relacionamento das regiões, com seus chefes locais nas municipalidades, e o poder central, animados pela política de compromisso do tipo coronelista, marca principal do período no Rio Grande do Sul e em todo o território nacional. Ver mais em, por exemplo: FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal*. Passo Fundo: UPF, 1999.

Em recente pesquisa no município de Uruguaiana⁸, localizado na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, foi possível catalogar e digitalizar um expressivo número de exemplares do jornal local *A Nação*⁹. Este jornal publicado em Uruguaiana no período da República Velha, às vésperas da Revolução de 1923¹⁰, representava as ideias do Partido Federalista do Rio Grande do Sul e o seu candidato a presidente (hoje seria governador) do estado Joaquim Assis Brasil.

O Partido Federalista (PF) agregava os grandes proprietários de terras e pecuaristas e possuía uma ligação histórica com os interesses dos proprietários e os negócios da economia *ganadeira* que se localizavam na grande maioria nas fronteiras oeste e sul do Rio Grande do Sul. Esses, durante o período das eleições de 1922, eram conhecidos como *assistas* e, junto com o Partido Democrático Republicano e dissidentes, formavam um bloco de adversários políticos do governo de Borges de Medeiros e do situacionismo do Partido Republicano Riograndense (PRR).

⁸ COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF. 2004. Analisa o contra-bando na fronteira, especialmente em Uruguaiana, fundada em 1847, com a economia baseada na atividade pastoril, e que desenvolveu uma identidade específica, influenciada pelos países com que fazia fronteira – Argentina e Uruguai.

⁹ Fundado em 7 de setembro de 1905 por Antonio A. de Carvalho, o jornal *A Nação* era identificado com o grupo Federalista e combatia o PRR, o governo de Borges de Medeiros, os representantes locais do partido e a intendência. Tinha como gerente Alípio Pereira da Silva, na redação geral: Alberto de Lemos e para assuntos da política: o proprietário do jornal, Lisímaco Nunes Dória. À medida em que o conflito de 1923 foi se aproximando, iria se juntar ao grupo do jornal como colunista e depois redator o então filho de ricos estancieiros e também federalista e promissor médico e advogado Dr. João Batista Luzardo. Em nossas pesquisas, encontramos farto material do jornal, mas com uma lacuna durante o período de convulsão de 1923 (época não localizada em quase nenhum exemplar). Isso foi esclarecido durante nossas entrevistas e descobrimos que, nesse período, o jornal foi empastelado pelas forças republicanas em represália aos federalistas.

¹⁰ A Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul durou oito meses (de março a novembro daquele ano) e significou a tentativa de deposição de Borges de Medeiros do poder pelos adversários políticos descontentes com a administração do Partido Republicano Riograndense e o modelo borgista.

A máquina partidária do governo estadual de modelo *borgista* e a força eleitoral em Uruguaiana, na fronteira oeste e em todo o Rio Grande do Sul, durante a República Velha, deu aos *coronéis* do PRR privilégios políticos que facilitavam a sua situação econômica e social. Divisados em facções, geralmente por interesses pessoais, mantinham boas relações com o poder instituído de Borges de Medeiros e representavam o PRR no âmbito das municipalidades.

Mas, ao mesmo tempo os rivais *assistas* do Partido Federalista tinham grande representatividade em Uruguaiana. E, ao menos no período em que pesquisamos, de 1918 -1923, o descontentamento entre os *coronéis* da fronteira para com seus negócios da pecuária era grande, boa parte em consequência da crise econômica que afetava os negócios dos latifundiários, fruto da política intervencionista de Borges de Medeiros e o quadro recessivo do pós-guerra mundial.

O jornal estampava na primeira página, abaixo do nome *folha federalista*, e servia como veículo para fazer ataques diretos a Borges de Medeiros, ao PRR e a seus representantes na região da fronteira oeste.

A pesquisa do jornal em questão permitiu-nos verificar, por exemplo, que na edição de 13 de setembro 1918, o jornal federalista comemorava passados seis dias da data, 14 anos de sua fundação. De circulação diária e grande tiragem (supomos pelo número e diversidade de anunciantes: profissionais liberais, lojas, bancos, como o Pelotense e o Banco do Brasil), era desprovido de um cuidado ideológico mais aprofundado, como, por exemplo, o era o jornal portoalegrense *A Federação*¹¹.

¹¹ ANTONACI (1981) diz que o jornal *A Federação* tinha toda uma linha ideológica amarrada ao partido, já que “fundado em 1884, era filiado ao Partido Republicano Rio-Grandense, sendo órgão de divulgação do pensamento da chefia do partido”.

Havia nele também anúncios comerciais de representantes das hostes republicanas regionais, como na edição de 6 de junho de 1919 como dos escritórios de advocacias de Osvaldo Aranha e Flores da Cunha.

A estrutura coronelista de Uruguaiana funcionava de forma análoga ao visto por Loiva Otero Félix (1987) em relação aos potentados da região norte e serra do Rio Grande, quando o que se tinha bem era “o vínculo governo/partido e o deste com os coronéis, mas respeitando-se as esferas próprias de ação que davam sentido ao jogo político e justificavam a necessidade da cooptação política das bases locais” (FÉLIX, 1987, p. 117).

Nas páginas analisadas, foi possível perceber que à medida em que a crise foi se aprofundando, as denúncias de abusos da força policial municipal se tornaram frequentes, com ataques a correligionários *assistas* do Partido Federalista, como o que ocorreu às vésperas das eleições de 1922, no dia 22 de novembro, quando o jornal publicou:

Vergonha das vergonhas

A EMBOSCADA DE ANTE-HONTEM

A POLICIA EM SCENAS DE VANDALISMO

Paira no nosso ambiente, pesa sobre a sociedade de Uruguayana, uma athmosphera mais de nojo que de tristeza.[...]Recolhia se, aquella hora para suas casas, tranquillamente um pequeno grupo de amigos nossos a Cavallo, quando ao sahir da cidade foram colhidos na mas sinistra das emboscadas, entre dois fogos, por dois piquetes da policia municipal, [...]os quaes fizeram continuas e cerradas descargas, das quaes resultou ferido o nosso infortunado companheiro João Moraes, empregado do denodado e prestigioso assista Sr. João Canaparro (*A Nação*, 22/11/1922).

Após as eleições, Borges de Medeiros foi reeleito e iniciou-se um período de convulsão em todo o Estado. Em Uruguaiana, o jornal *A Nação* fez acusações diretas sobre as fraudes e

passou a incitar a população para se rebelar contra o resultado das eleições, considerando Assis Brasil o vencedor, o que pode ser visto na coluna publicada em março de 1923:

Nem está perdida a Victoria,
nem a vergonha sucumbiu...

De facto, os desbriados somos nós, que temos a ousadia de não bajular aos poderosos, de não nos curvamos às suas plantas, de viver do nosso esforço, das nossas fainas e dos nossos empreendimentos sem recorrer aos favores dos empregos nem às vantagens da posição oficial. [...] Nobre e valente, s. exc cumpriu o seu dever, conseguindo derrotar nas urnas o dictador que há vinte e cinco anos enfeixa nas mãos todos os recursos de que é prodigo o poder. Fraudado o pleito, ludibriada a consciência do eleitorado que o sagrou com a victoria, s. exc. Soube ainda tornar-se digno dos votos que recebeu, indo reclamar perante os altos poderes da República, contra a usurpação de que foram victimas os seus eleitores. [...] E o sr. Borges de Medeiros, que armou o seu eleitorado de todos os recursos da fraude, que agulou a casaca dos seus valetes para que eles exercessem todos os atentados possíveis contra a livre manifestação das urnas, e que, derrotado mesmo assim, enxovalhou a pureza do regimen, fez reconhecer pelos seus áulicos e dobrou o joelho, implorando a misericórdia do inimigo da véspera, a quem insultára e diffamara atrozmente – é o heroe altivo do dia, o politico nobre, brioso e digno, que honra uma geração de bravos do pampa (*A Nação*, 02/03/1923).

Há também nas edições analisadas, editoriais que atacam a administração local e acusam o poder central de descaso com o município de Uruguaiana. Inúmeras são as reclamações para a administração local da intendência, tais como falta de saneamento, iluminação precária e estradas e transportes ineficientes, ligando a problemas de ordem estrutural do governo do estado como: a concentração de poder, o alto valor dos impostos, a falta de representatividade e ausência de autonomia do município para resolver problemas, já que durante grande parte do período

analisado Borges de Medeiros nomeou intendentes provisórios para a administração de Uruguaiana.

Por isto, a importância do jornal *A Nação* como fonte de pesquisa em uma região que historicamente era reduto de forças adversárias ao PRR e a Borges de Medeiros, embora o poder local investido na administração pública estivesse sob o controle dos representantes borgistas, as relações que se travavam expostas nas fontes do jornal e vistas na abordagem da história regional, possibilitam ampliar a análise dentro da história política do período da República Velha no Rio Grande do Sul e representa a forma de se pronunciar do partido adversário. O jornal *A Nação* na fronteira oeste do Rio Grande do Sul é a voz dos adversários políticos regionais.

***Nas implicações ideológicas:
a negação da história política e o trajeto
do jornalismo brasileiro***

A história política teve seu declínio com o surgimento da Escola dos Annales, na França. Na sua primeira geração, com Marc Bloch e Lucien Febvre, iniciou-se um movimento crítico dentro da história que romperia com a história política do século XIX, “a história dita factual, ou “*événementielle*”, sendo o termo aí evidentemente usado pejorativamente, “que fica na superfície das coisas e esquece-se de vincular os acontecimentos às suas causas profundas” (RÈMOND, 1996).

Ainda para Rêmond, “*Eles*” consideravam como ponto negativo a história positivista política ser voltada para acidentes e circunstâncias superficiais e, por isto, caiu em descrédito, alimentado por ideias ligadas a um anacronismo que consideravam ser a história política a antítese dessa nova proposta. Juntamente a isto, Rêmond considerou outros pressupostos nesta época:

Marx e Freud, cada um à sua maneira e por vias diferentes, contribuíram igualmente para acabar com o prestígio da história política. Um, fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político. O outro, pondo em plena luz o papel do inconsciente e atribuindo à libido, as pulsões sexuais, grande parte da responsabilidade pelos comportamentos individuais, ocultou a ambição e o apetite de poder próprios do político (RÉMOND, p. 20, 1996).

Entretanto, na década de 1930, Antonio Gramsci, desenvolveu, em *Cadernos do Cárcere*, uma análise da imprensa italiana e o envolvimento com a política, ainda que dentro de uma conjuntura específica, e num contexto histórico italiano, pois Gramsci pensara, em suas teorias, numa Itália recém-unificada, onde o norte era mais industrializado e o sul agrário e pobre e sob a influência do clero (GRAMSCI, 1934 apud COUTINHO, 2010).

Antonio Gramsci complementava ainda que

A respeito do número de jornalistas italianos, a Itália Letteraria de 24 de agosto de 1930 indica os dados de um recenseamento feito pela Secretaria do Sindicato Nacional dos Jornalistas: em 30 de junho, estavam inscritos 1.960 jornalistas, dos quais 800 filiados ao Partido Fascista, assim distribuídos, respectivamente: sindicato de Bari, 30 e 26; Bolonha, 108 e 40; Florença, 108 e 43; Gênova, 113 e 39; Milão, 348 e 143; Nápoles: 106 e 45; Palermo, 50 e 17; Roma, 716 e 259; Turim, 144 e 59; Trieste, 90 e 62; Veneza, 147 e 59 (GRAMSCI, 1934 apud COUTINHO. p. 213, 2010).

Cabe lembrar que, na análise vista em Monserrat Gabirneu, a Itália tinha um alto índice de analfabetismo no final do século XIX, o que obviamente se refletia na questão da política. Ainda assim, é possível ver em Gramsci (1934) as articulações

que a política exercia sobre a atividade jornalística e as matérias tendo como ponto de partida um agrupamento cultural chefiado por uma classe dirigente conservadora ou burguesa baseada na intelectualidade literária.

Assim, no tocante à questão teórica, quanto ao tratamento da história política, ocorreram transformações que levaram ao declínio na utilização das fontes, da maneira que até então se apresentavam.

Com o jornalismo, embora estejamos vendo-o até aqui como empreendimento, o fato é que a forma como ele é produzido implicaria na qualidade da geração da possível fonte que poderá ser utilizada em uma análise histórica. Assim, um jornal com um editorial mais opinativo oferece uma maior possibilidade de análise, por exemplo. Enquanto em um jornal mais comercial fica difícil de pescarmos a ideologia presente na redação do mesmo.

Assim, o quadro brasileiro, em certa medida, teve implicação com a conjuntura mundial. O Brasil, para tentar desenvolver-se no campo do jornalismo, desde o final do século XIX até o século XX, buscou um modelo baseado no jornalismo norte-americano, mas sem sucesso, já que as condições e conjunturas dos dois países eram diferentes¹². O Brasil acabou esbarrando na falta de infraestrutura, bem como na ausência de uma elite urbana que propiciasse condições razoáveis para o

¹² Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva: “Para entender melhor o processo, é preciso acompanhar como ele se desenrolou nas duas sociedades. [...] Numa prova material histórica de que o transplante de fórmulas jornalísticas de uma sociedade para outra acaba resultando em algo diferente do original, o jornalismo americano é produto do jornalismo que se praticava na Inglaterra no século 18 alterado pelas condições específicas dos EUA ao longo de 200 anos de história independente [...] as divisões de classe eram menos radicais do que na Inglaterra; nos EUA se desenvolveu mais depressa a tecnologia da imprensa de massa; [...] (em consequência, os jornais se desenvolveram menos como porta-vozes de posições ideológicas conflitantes e mais como intérpretes desse consenso); os conflitos de ideias nos EUA sempre foram menos sectários” (SILVA, 1991. p. 58 e 59).

desenvolvimento de uma imprensa *lucrativa*, como havia idealizado José do Patrocínio, ainda no século XIX (SILVA, 1991).

No caso do período da República Velha, no exemplo visto pela história regional da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, o jornal *A Nação* representava uma ideia política voltada à crítica ao partido situacionista. Os reflexos na esfera regional são importantes para verificarmos o aspecto crítico a que o governo do estado era ligado pelo jornal com os problemas da municipalidade. Embora fosse um exemplo regional, reflete a forma de noticiar de uma época, mas que não era regra geral.

Na metade do século XX, o jornalismo brasileiro foi se desprendendo do modelo de crítica de influência francesa (opinativo) e passou a conviver com um modelo mais popular. É importante ressaltar que, após a República Velha, no período de Vargas, ocorreria também um período de censura à imprensa política. E o modelo opinativo foi substituído em parte pelo norte-americano, voltado à formação de uma sociedade de consumo e acompanhando as mudanças que ocorriam na estrutura produtiva social (ABREU, 2008).

No entanto, parece adequado considerar que, com as diferenças observadas no caso da imprensa brasileira, até a metade do século XX, estabelecer-se-ia também em certa medida uma importante ligação ideológica entre imprensa e o campo da política. No caso do jornal local *A Nação*, havia já uma demonstração das implicações, pois “os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares” (MOREL, 2008).

A implicação ideológica também pode ser observada no campo da história política, pois neste mesmo período, na Europa, a segunda geração dos *Annales* emergiria com a *história total* e a concepção de história fundamentada no aspecto econômico e o social, passando a questionar mais ainda a hegemonia do

político. Fernand Braudel, principal representante dessa geração, afirmava que o fundamental seriam as estruturas e suas grandes pulsações econômicas, além do quê, as possibilidades eram depositadas em uma história totalizante vista na teoria dos três níveis – em que a história poderia ser observada sob o aspecto da longa, média e curta duração, este direcionamento afastava mais ainda os *Annales* da história política (RÈMOND, 1996).

No pós-Segunda Guerra privilegiaram-se quase que exclusivamente as estruturas duráveis, consideradas mais reais e determinantes do que acidentes de conjuntura. Dava-se a ênfase aos fenômenos da longa duração e aos comportamentos coletivos (trabalho/produção) e se fazia a depreciação de feitos políticos, batalhas, imperadores e tronos; a história política foi condenada como objeto da atenção dos historiadores (FERREIRA, 1992).

Como já observamos, da mesma forma, o Brasil nas décadas de 1950 e 60 também conheceria o jornalismo de engajamento político e ideológico, refletindo os interesses dos partidos, sendo marcante o debate político ligado a questões de desenvolvimento econômico e o nacionalismo, tanto de ideologia da esquerda quanto da direita. A imprensa, ao mesmo tempo em que se tornara parte do processo como um negócio lucrativo, também emprestava uma concepção missionária em sua atividade.

Isso pode ser observado,

Basta lembrar dos anos 1950, quando *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* eram jornais que defendiam as ideias e posições liberais da UDN, enquanto a *Última Hora* era partidária e defensora das posições do PTB. Ao mesmo tempo, os jornais gravitavam em torno de personalidade do dono ou do redator-chefe do jornal: falava-se no jornal do Lacerda (*Tribuna da Imprensa*), do Samuel Wainer (*Última Hora*) do dr. Roberto Marinho (*O Globo*), do Macedo Soares (*Diário Carioca*), do Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*) etc. (ABREU, 2008, p. 470).

Assim, em nosso entendimento, a imprensa brasileira teria certa similaridade no tocante ao quadro de marginalização da história política, que encontraria nos anos da década de 1960 o seu ápice, no período de expansão da ideologia marxista na França, quando houve o estreitamento entre o materialismo histórico e a história total. Naquela época, a principal crítica feita pelos *Annales* ainda era que a história política, ao privilegiar o nacional, o particular, o episódico, privava-se da possibilidade de comparação com outros recortes espaciais e temporais (FERREIRA, 1992).

Da longa duração ao cotidiano: o reflexo brasileiro na valorização das fontes em jornais

A terceira geração dos *Annales*, na década de 1970, com historiadores franceses como Jacques Legoff e Pierre Nora, entre outros da *Nouvelle Histoire*, voltou-se à história cultural e a uma variedade de caminhos na análise no campo social e na antropologia (FERREIRA, 1992). No período, ocorreria a renovação da história política que, segundo Rêmond, ao deparar-se com crises e mudanças de paradigmas e por diversos fatores, proporcionaria a volta da história política, quando a parte política dos fatos sociais ganhou novos espaços¹³ e as representações foram ultrapassando o aspecto material e sofisticando suas formas

¹³ Ocorreu, segundo Remond, o “Renascimento da História Política” com fatores – Exógenos: transformações sociais, crises economias liberais, perda de colônias pelas potências imperialistas, intervencionismo e alargamento do papel dos Estados e o desenvolvimento de políticas públicas. – Endógenos: as críticas rigorosas com o passar das décadas provocaram o retorno e o redescobrimiento por autores como Seignobos, Siegfried e Weil, além da pluridisciplinaridade do contato da história com outros campos como a ciência política, sociologia e psicanálise entre outras, propiciaram novos conceitos, novas técnicas de investigação e novas problemáticas.

interpretativas, inclusive psicológicas, com outros conceitos e técnicas (RÉMOND, 1996).

No Brasil, também até a década de 1970¹⁴, ainda eram incipientes as pesquisas que utilizavam os periódicos e suas formas de representações. Em certa medida já havia o reconhecimento da importância dos jornais como fonte histórica, mas com relutância em utilizá-los também como fornecedores de fontes para a investigação, inclusive na história política, não sendo esta problemática de exclusividade brasileira. Nesse mesmo sentido, no Brasil, a valorização dos jornais como fonte teve ligação íntima com o novo tratamento da história política a partir do momento em que a história cultural teve espaço (DE LUCA, 2006).

Como vimos, isso não foi exclusivo ao Brasil. O historiador francês Roger Chartier, primeiramente, criticou a questão ideológica excessiva ao que considerou de “tirania do social”, até então nos estudos históricos, e considerou que a novidade foi inserida apoiando-se também na contribuição de vários autores, dos quais destacam-se Pierre Bourdieu e Michael Foucault. Em contraponto ao recuo do estruturalismo e da quantificação, isso também se observou num novo momento da história política (CHARTIER, 1991).

Também seria observada, da mesma forma, em especial, a contribuição significativa de Michel Foucault para a ciência política, que antes facultava somente ao Estado a sua investiga-

¹⁴ Tânia De Luca diz que: “O estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica. A tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia* em São Paulo (1973), já indicava esse caminho ao valer-se da Linguística e da Semântica para estudar o vocabulário político-social presente num conjunto de jornais publicados entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência (1827 e 1835) e identificar os matizes da ideologia dominante num momento de acirrada disputa pelo controle dos quadros políticos e burocráticos da nação recém-independente” (DE LUCA, 2006, p. 118).

ção sobre o poder e assim passou para a nova história política novas possibilidades que

a nouvelle histoire possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco frequentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas. Foucault, pois, foi este o autor que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes. A historiografia política passou a enfocar, nos anos 1970, a microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes (FALCON, 1997, p. 75).

Ademais, a retomada da história política, diferentemente do que era concebida pelos conservadores positivistas, corresponderia, então, à complexidade em que se tornou a sociedade moderna. Jacques Julliard, outro cientista da escola francesa, baseado em Trotski, observou que isso pode ser relativizado com a tentativa de a humanidade dominar seu destino que se explicita no campo da aplicação da política e vai além da dominação dos meios de produção e relações de mercado (JULLIARD, 1988).

Por sua vez, para o historiador francês Jean François Sirinelli, dois aspectos foram importantes na renovação da história política: o rápido desenvolvimento do tempo presente e a conveniência de se analisar seus possíveis limites, tratando-se de forma necessária para se evitar a manipulação dos seus resultados. Como exemplo do estudo da história próxima relacionada à história política o de Charles Seignobos, que já no início do século XX analisou para a imprensa francesa os resultados das eleições naquele país e o contexto mundial em que se davam (SIRINELLI, 1993).

E, no caso brasileiro, Tania de Luca relata a riqueza da fonte periódica e faz uma diversificada abordagem historiográfica, compreendendo desde a literatura até o estudo de gênero

e infância. Em seu estudo, dá destaque à questão da censura nos jornais, “que cotidianamente registra[m] cada lance dos embates na arena do poder” (DE LUCA, 2006, p. 128).

Portanto, estabeleceram-se, por influência da terceira geração dos *Annales*, novas formas direcionadas tanto à história política quanto à utilização das fontes de jornais, tendo como possibilidade a abordagem pela história regional.

Considerações finais

Foi possível perceber neste capítulo a renovação da história política que possibilitou a valorização das fontes jornalísticas, juntamente com a possibilidade de abordagem pela história regional, percebida desde as últimas décadas do século XX; a mudança no tratamento da história política corresponde ao dinamismo dos processos históricos dentro de diferentes momentos, de acordo com as mudanças observadas na sociedade, inclusive no panorama brasileiro. Como se viu, seus efeitos são observáveis no campo das historiografias e epistemes com suas características e especificidades.

Enfim, ressaltou-se aqui que a mudança no tratamento da história política também pode ser considerada um posicionamento ideológico. Para tanto, basta observar a maioria dos autores referidos, ligados pela *Escola francófila*. É claro que não se está aqui refutando a importância da *Nouvelle Histoire* nem dos *Anales*. O que se quer é mostrar que a mudança pode ser vista dentro da conjuntura em que o mundo, desde a Europa, atravessou com a queda das ideologias socialistas ortodoxas (poder-se-ia utilizar como símbolo o muro de Berlim em 1989), que provavelmente, teve seu reflexo no meio intelectual, em que desde as primeiras décadas do século XX assistiu (parafraseando o historiador inglês Peter Burke) “*A Revolução Francesa da Historiografia*”.

Referências

- ABREU, Alzira. As mudanças na imprensa brasileira 1950-1970. In: LUSTOSA, I. (Org.). *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: FCRB, 2008, p. 467-480.
- ANTONACI, Maria Antonieta. RS: as oposições e a revolução de 1923. Série Documenta, nº Porto Alegre, Mercado Aberto 1981.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: *Estudos avançados*. São Paulo, jan./abr., 1991.
- COLVERO, Ronaldo Bernardino. *Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5 , n. 10. 1992, p. 265-271.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. RS: economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- GUIBERNAU, Monserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 2. *Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho. – 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Imagens da Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- LE GOFF, Jacques, *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, SP, 1990.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: De Luca, T.R.;

MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-43.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal*. Passo Fundo: UPF, 1999.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, FGV, 1996.

ROCHA, Leonel Severo da. *A democracia em Rui Barbosa – O Projeto Político Liberal-Racional*. Rio de Janeiro: Líber Jús, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças - cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: SUMMUS, 1991.

SIRINELLI, Jean François. *El retorno de lo político*. História contemporânea. Bilbao, v. 9, 1993. p. 25-36.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DO CENTRO CULTURAL DR. PEDRO MARINI DE URUGUAIANA, Jornal “A Nação” 1917-1923, Uruguaiana.

Consulta na internet

Correio Braziliense de 1808. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/djoaovi/imprensajoanino.html>>. Acesso em: dez. 2011.

Gazeta do Rio de Janeiro” Primeira publicação - 10 de setembro de 1808. Disponível em: <<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliiana/cgi/cgi-lua.../start.htm>>. Acesso em: dez. 2011.

Parte II

O PRATA: uma região transnacional

O eixo regional Brasil- Argentina e suas relações com os Estados Unidos – 1930-1945

Anderson Matos Teixeira¹

Entre 1930 e 1945 os Estados Unidos da América do Norte procuraram estreitar suas relações com os países da América do Sul, através de uma política de diálogo cordial. Esta política foi recebida de maneira diferente entre as principais nações do continente sul-americano. Argentina e Brasil, com um perfil geopolítico hegemônico na região, passaram a buscar alavancar seu desenvolvimento econômico e um melhor posicionamento no cenário internacional. Para isso, era necessário o alinhamento e a aproximação com os Estados Unidos, mesmo sob certas condições.

Nesse contexto, será abordado aqui um pouco mais em relação ao Brasil, mas procurando não perder o momento nem o papel que a Argentina desempenhou naquele período.

¹ Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo/RS - UPF, bolsista CAPES e membro do Grupo de Pesquisa da UNIPAMPA/CNPQ - Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai. E-mail: amatosteixeira@gmail.com

As relações desenvolvidas pelos Estados Unidos no período de 1930 e 1940 com o continente americano vieram para reforçar um diálogo regional. Isso resultou numa série de debates e foros de consulta entre os países do novo mundo em busca de uma resposta à ameaça vinda do antigo mundo, principalmente a partir de 1939. No período anterior, entretanto, buscava-se uma inserção maior dos norte-americanos da política dos países que estavam no seu *quintal* de influência.

Brasil e Argentina procuravam projetar-se externamente como potências, gerando assim pontos de tensão em ambas as políticas. Essas nações sul-americanas possuíam importância ímpar para a política do *irmão do norte*, uma vez que eram os maiores países e com capacidade de influenciar quase que a totalidade do subcontinente sul-americano através de seus elementos geopolíticos de conformação de alinhamentos.

Os EUA na América do Sul

Para poder se aproximar mais dos países ao sul, os Estados Unidos mudaram sua postura em relação a eles. Se antes intervinha na política dos países do continente, numa imposição de vontade ao estreitamento a sua política, passou a construir uma política mais pacífica, de diálogo, numa tentativa de aproximação com a América do Sul como um todo, na esperança de uma relação de cordialidade e troca de interesses, onde todos poderiam ganhar algo ao ficar sob o *guarda-chuva* dos Estados Unidos.

Desde a entrada em vigor do corolário Roosevelt, em 1904, os norte-americanos utilizavam do *imperialismo* nos continentes americanos, intervindo diretamente na política de diversos países, sendo o discurso feito em nome de uma *proteção* contra possíveis *invasores europeus*. Na prática, os Estados Unidos buscavam afastar a concorrência europeia dos continentes

americanos, consolidando estas áreas zonas de influência após a Primeira Guerra Mundial.

Com uma postura de *polícia* continental, os Estados Unidos passaram a impor sua política pan-americanista, principalmente na região do Caribe. Essa postura bruta de imperialismo passou a gerar um *sentimento anti-ianque*, como diria Cervo (2001, p. 200), pelas nações americanas. Somente com o abrandamento da política do *big stick* e a retomada das conferências pan-americanas foi que a agenda dos países do continente retornou à periodicidade a partir de 1923. A partir disso, o diálogo foi sendo estruturado (CERVO, 2001, p. 201).

A deflagração do primeiro conflito mundial na Europa impôs um distanciamento das relações entre o Velho Mundo e o Novo Mundo. Esse rompimento se deu, principalmente, porque a economia daqueles países envolvidos no conflito foi totalmente direcionada à guerra, dificultando o intercâmbio comercial. Como os Estados Unidos não estavam envolvidos diretamente no conflito e mantiveram a clássica postura de isolamento em relação às políticas externas com uma economia em atividade, foi mais fácil iniciar um vínculo com os demais países das Américas, ao sul, com o Brasil e a Argentina.

De acordo com Rapoport e Madrid (1998, p. 254), diz que, durante o período do conflito (1914-1918), o ingresso de capitais europeus foi detido pela guerra, porém:

nesses anos e na década de 1920, [houve] um ingresso importante de capitais norte-americanos que produziu substancial crescimento da presença dos Estados Unidos na região e uma correspondente decadência relativa da presença da Europa, principalmente da Grã-Bretanha. Entre 1914 e 1919, o volume de investimentos norte-americanos aumentou em 50% e duplicou no período 1920-1929, dirigindo-se esses capitais principalmente para o Chile, o Brasil e a Argentina (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 254).

A década de 1930 iniciou-se em um cenário nebuloso, oriundo da crise econômica originada em Nova York em 1929. Os Estados Unidos passaram a buscar a recuperação da crise financeira e tentaram impor ao mundo o seu livre-comércio internacional para reativar sua máquina econômica.

Tendo se iniciado lá nos Estados Unidos, a crise de 1929 arrastou todas as economias do mundo para um fosso, estagnando praticamente todo o comércio internacional, uma vez que o multilateralismo pregado pelos liberais das principais potências da época havia espalhado a crise por todo o globo. Assim, os norte-americanos buscaram alavancar o comércio internacional com o retorno do liberalismo comercial, principalmente nas suas áreas de influência para fomentar suas indústrias e reativar o fluxo normal de produção. Buscavam restabelecer o mecanismo financeiro e sua posição na economia mundial.

Em 1932, o republicano Franklin Delano Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos, buscando uma aproximação cordial com o continente americano. Alterando a tática da política intervencionista dos Estados Unidos², buscava também uma participação maior nas discussões internacionais, questão que a política do isolamento havia dificultado (HIRST, 2009, p. 26). Com a nova postura norte-americana de aproximação e estreitamento de laços, os Estados Unidos passaram a construir um diálogo cordial com diversas nações. Mesmo havendo rusgas, esta postura se manteve, uma vez que outras nações sempre intermediavam as discussões mais exaltadas.

Os EUA com Argentina e Brasil

A crise de 1929 gerou reflexos na economia de diversos países. Além da desvalorização cambial, fez com que alguns

² Esta postura só seria rompida completamente em 1941 depois dos ataques a Pearl Harbor em dezembro daquele ano.

países da América do Sul voltassem a estabelecer medidas protecionistas sobre suas economias com o implemento de programas nacionalistas de desenvolvimento e industrialização, uma vez que a “queda da demanda externa e a recessão agrícola tiveram um papel fundamental nas economias latino-americanas” (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 260).

Moura (1991, p. 5) afirma que os Estados Unidos estavam na “contra-corrente” desta tendência ao protecionismo, mas havia seguidores do retorno ao liberalismo como os “países de capitalismo avançado, além dos países de economia dependente”. Em 1928, o Brasil se enquadrava nas economias dependentes. Um exemplo da dependência pode ser observado no fato de que os Estados Unidos controlavam 70% das exportações de café brasileiro (MCCANN, 1995, p. 30). Isso ocorria principalmente pela imposição dos Estados Unidos de multiplicação de acordos bilaterais com diversos países, onde eles buscavam se posicionar como nações mais favorecidas nestes acordos comerciais.

A Argentina tinha como principal produto de exportação a carne, cujo maior comprador era a Inglaterra. Tanto que, em 1932, época em que os ingleses negociavam na Conferência de Ottawa, o vice-presidente argentino Júlio A. Roca proferiu que “a Argentina, por sua interdependência recíproca, é, do ponto de vista econômico, parte integrante do Império Britânico” (CANDEAS, 2006, p. 11). Por consequências da crise de 1929, a Inglaterra, na Conferência de Ottawa rompeu o comércio com todas as nações que não pertencessem ao Império Britânico utilizando-se do protecionismo comercial .

Ressaltamos que o Brasil também possuía uma forte ligação com a coroa inglesa, mas, com a proclamação da República e a Primeira Guerra Mundial o eixo de relações foi deslocado para os Estados Unidos. Mesmo com os norte-americanos como principais parceiros comerciais nos anos de 1920 e 1930, a Inglaterra sempre esteve entre as três nações com maior in-

fluência econômica no Brasil, alternando o segundo lugar com a Alemanha, principalmente na década de 1930.

Em 1930, no Brasil, em meio ao negativo ambiente econômico mundial e com uma profunda crise política interna, despontou a figura de Getúlio Vargas na direção do país. Ao assumir o governo em novembro de 1930, após um golpe, numa aliança com os militares, Vargas buscou diretivas para a modernização do Brasil, iniciando a reformulação das estruturas internas e buscando parcerias no exterior para financiar a transição. O ambiente da crise econômica externa fez com que as antigas estruturas oligárquicas brasileiras fossem abaladas e uma nova classe de industriários e empresários surgisse em paralelo à velha estrutura.

A Argentina, também afetada pela crise internacional de 1929, passou também por uma série de mudanças na sua estrutura política. Entre 1928 e 1938, teve em seu comando três presidentes, de orientações diferentes, sendo que dois eram generais. Em 1930, após desenvolver um projeto nacionalista com inspiração nas ideologias europeias, o presidente Yrigoyen foi deposto. Seu sucessor, o general Jose Felix Uriburu, ficou no poder até 1932 e foi sucedido pelo general Agustín Justo que permaneceria até 1938 (CANDEAS, 2006, p. 16).

Já em 1933, no caso argentino, Morgenfeld (2011, p. 216) diz que, com a entrada dos militares no poder, ocorreu um retorno das oligarquias, mas também houve um grupo de industriários que apoiou os militares. Essa elite acreditava que a manutenção do sistema agroexportador seria a solução para a crise, mesmo com uma indústria incipiente e além da tentativa de se criar uma indústria nacional, era

Mas que el triunfo de una fracción de la burguesía, industrial, sobre otra, agraria, lo que se produjo fue una “adaptación”

de un sector de La oligarquía terrateniente y grupos asociados al capital extranjero que, frente a la nueva coyuntura externa, volcaron parte de sus capitales a la actividad de la industrialización sustitutiva, sin perder su base agraria (MORGENFELD, 2011, p. 217).

É necessário levar em conta também que, na América do Sul, principalmente a Argentina e o Brasil, já possuíam um projeto de substituição de importações anterior à crise e não oriundo dela, pois “já tinham experimentado um relativo crescimento industrial a partir da I Guerra Mundial” (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 260).

No Brasil, o governo Vargas buscou implementar uma série de reformas político-econômico-sociais que, junto da nova conjuntura e seus atores sociais, buscou romper com o *ancien regime* e dar fomento à modernização industrial. Buscava uma mudança na postura econômica do país, para que deixasse de ser um país agroexportador para ser um exportador de manufaturas. Para isso, precisava de um parque industrial capacitado.

No campo da economia, a Alemanha também exercia pressão em diversos países, fazia um comércio por compensações, onde não havia a necessidade de intermediação de moedas fortes, como o dólar e a libra e era feito na forma de mercadorias trocadas por mercadorias. Isso pode ser observado, conforme Moura (1991, p. 4), já que as moedas de câmbio eram escassas.

Já os Estados Unidos se pautavam pelo livre-comércio, buscando estabelecer concessões comerciais e a redução de tarifas alfandegárias, medidas recíprocas que se resumiam no “tratamento de nação mais favorecida” (HIRST, 2009, p. 28), ainda num período de forte protecionismo da economia por parte do governo brasileiro.

O protagonismo militar

No aspecto financeiro as tentativas de mudanças no Brasil e Argentina ocorreram com suas especificidades ligadas à geopolítica econômica, e o quadro também pode ser visto no aspecto geopolítico militar.

Nos dois países sul-americanos, as Forças Armadas também possuíam uma visão desenvolvimentista e buscavam a modernização de seus meios, convergindo os interesses das esferas políticas e militares.

No caso dos militares, Brasil e Argentina tiveram grande influência europeia no seio das camadas decisórias, principalmente os pensamentos nacionalistas que surgiram durante o período entre guerras. Isso se deu principalmente pelo forte papel militar na política que ocorreu na região entre 1930 e 1945, quando assumiram o governo do país, conforme na Argentina, ou apoiaram o governo, no caso de Getúlio Vargas.

O historiador Eduardo Munhoz Svartman (2006, p. 40) afirma sobre esta influência que “a penetração do fascismo e do chamado *germanismo* foi significativa nas forças armadas de ambos os países e expoentes associados a essas correntes [...], mas conseguiram galgar os mais altos postos da hierarquia militar”.

Na década de 1930, a Alemanha despontou como potência europeia e Hitler, ao assumir o comando daquela nação, fez com que a Alemanha saísse de uma posição de país derrotado na primeira guerra para a posição de grande potência, rivalizando com outros países. Os reflexos destas transformações econômicas podem ser observadas no campo da geopolítica, em conjunto com os nacionalismos na América do Sul.

A rápida ascensão alemã, pautada no desenvolvimento tecnológico e econômico, somada às doutrinas militares, inspirou tanto as Forças Armadas brasileiras e argentinas que ambos os

países buscaram missões militares alemãs para a modernização destas instituições.

Outro ponto em que as políticas externas dos dois países sulistas podem ser observadas é a questão da sua orientação. Enquanto o Brasil, dentro do período analisado, buscou fazer um jogo entre as principais potências e negociar seus interesses, obtendo concessões mais vantajosas, a Argentina preferiu ficar atrelada a uma potência e manter seu acordo bilateral.

Vistas também por Svartman (2008, p. 78), as relações brasileiras com os dois atores internacionais, Estados Unidos e a Alemanha se pautavam num *pragmatismo*, onde o Brasil buscava a conquista dos seus interesses colocando as duas nações numa disputa por um alinhamento maior. Para o autor, o pragmatismo é compreendido como “uma forma realista de se proceder politicamente” (Ibidem, p. 79). Ele ainda chama a atenção para isso, de forma que ele não é consensual a todos os atores envolvidos no processo decisório nem aos envolvidos em negociações, principalmente no que se refere à esfera militar (Ibidem). Assim, o que o pragmatismo pregava era a modernização do parque industrial e das forças armadas brasileiras em troca de um alinhamento político-econômico com o país que oferecesse melhores condições e contrapartidas nos negócios.

o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas por ambos os centros, sem optar por uma aliança clara com um dos dois. Essa indefinição não derivava apenas da ausência de um *sistema de poder* plenamente consolidado no plano internacional. Derivava também do fato de que na conjuntura política brasileira ocorria uma divisão completa, tanto nas instâncias centrais quanto nas instâncias inferiores de decisão” (MOURA, 1991, p. 6).

Por outro lado, a Argentina preferiu ficar atrelada à Grã-Bretanha devido à presença das oligarquias em seu comando.

Morgenfeld (2011, p. 217) discorre que o governo militar veio a favorecer os grandes latifundiários. Como indício, observa-se que “en el Gabinete de ministros había vários hombres de la Sociedad Rural Argentina”. Outro sinal foi o Tratado de Roca-Runciman de 1933, que vem a definir a situação entre a Argentina e a Inglaterra, depois da Conferência de Ottawa. Esse tratado visava garantir que a Inglaterra manteria a cota de carne anterior à conferência de Ottawa em troca de uma série de contrapartidas, tais como entrada favorecida de manufaturas, redução de taxas e impostos aos serviços e insumos ferroviários e têxteis.

O resultado foi que, de acordo com Candeas (2006, p. 17), “as licenças de importação eram de tal modo controladas pelos ingleses que 85 % da quota ficava em mãos de frigoríficos britânicos e norte-americanos”. Observamos aqui que a economia argentina estava muito atrelada principalmente à inglesa, mas também isso não significa que os Estados Unidos não buscassem garantir mercado, uma vez que ficavam em segundo lugar na balança comercial.

Enquanto, no Brasil, a Alemanha vinha ganhando espaço em nossa economia (superando a Inglaterra em muitos pontos), na Argentina vivia uma crescente aproximação com a Inglaterra e isso era observado, como já vimos, na sua dependência econômica quase que total.

Assim, os Estados Unidos com a sua política de aproximação, buscou, além de garantir o fluxo de matérias-primas e abertura de mercado para seus produtos, também “impedir a influência externa europeia na América Latina, garantir a liderança norte-americana no hemisfério e estimular a estabilidade política nos países latino-americanos” (MOURA, 1991, p. 5).

Nas relações políticas, o Brasil se avultava a um pan-americanismo crescente. Desde as primeiras conferências dos chefes de relações exteriores, o Brasil solidarizava-se com as propostas

norte-americanas e auxiliava na promoção delas a outros países. Este apoio, porém, sempre exigia contrapartidas para os norte-americanos, uma vez que o peso do Brasil na balança regional era grande, mesmo com a Argentina rivalizando neste papel.

Para os militares, a modernização do parque industrial brasileiro e a implantação de uma siderúrgica era uma questão importante, como afirma Svartman (2008, p. 80), pois era visto como um fortalecimento da instituição a longo prazo. Nesse ponto, há uma série de observações a serem analisadas. A Argentina, até um período anterior, disputava uma parte do nosso território e ainda dispunha de forças armadas mais bem equipadas e preparadas que as brasileiras. Além disso, foi vitoriosa ao conseguir barrar o arrendamento de navios norte-americanos pela marinha do Brasil (Ibidem, p. 82). Nesse sentido, o autor ainda havia afirmado que

Desde o início da década e, de forma mais dramática, depois da guerra civil de 1932, havia um nítido consenso na cúpula militar brasileira em torno da debilidade da capacidade de defesa de suas forças armadas. A guerra do Chaco, a escalada militar na Europa e na Ásia, e o programa de rearmamento argentino – o então tradicional rival e inimigo potencial do Brasil – compunham um cenário cuja avaliação pelos militares brasileiros não era nada favorável ao seu país (Ibidem, p. 79).

Com as mudanças na conjuntura mundial, o Brasil, naquele momento, possuía as forças armadas despreparadas e sem capacidade própria. Os militares brasileiros advogavam que era preciso uma indústria bélica desenvolvida e que isso dependia de um parque industrial moderno e forte.

Cabe ressaltar que a diplomacia brasileira esteve presente em diversas questões na região sul-americana, como nas vezes em que intermediou as disputas entre Peru e Colômbia, na questão de Letícia em 1933 e na Guerra do Chaco entre

Paraguai e Bolívia em 1934 (BUENO, 2008, p. 235). Nessa última também esteve presente a diplomacia argentina, onde é vista como nação que mais fez prevalecer seu papel na região, mais até que o Brasil e Estados Unidos, conforme afirma Rapoport e Madrid (1998, p. 263), e, ainda, valendo o Premio Nobel da Paz de 1936, ao chanceler argentino Saavedra Lamas (CANDEAS, 2006, p. 17).

Durante a Guerra do Chaco, Argentina e Brasil se posicionaram como neutros em relação ao conflito, mas a questão hegemônica e geopolítica fez com que, na busca pelo poder na região, apoiassem lados opostos na contenda. Na disputa pelo Chaco, área rica em petróleo, a Argentina forneceu apoio logístico e tropas de voluntários para o Paraguai, “onde várias companhias argentinas tinham investimentos nos setores agropecuário e agroindustrial” (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 263). O Brasil, por outro lado, apoiou a Bolívia ao favorecer a obtenção de armamentos, concedendo facilidades de trânsito em seu território.

Em 1934 o exército brasileiro passaria a se aproximar dos Estados Unidos, através das missões militares, mas a dificuldade por parte dos norte-americanos em fornecer armamentos modernos para o Brasil rivalizar com a Argentina em questão de poder militar fez com que o Brasil buscasse apoio na Alemanha (SVARTMAN, 2008, p. 82).

No que se refere ao alinhamento com os Estados Unidos a partir de meados da década de 1930, enquanto o Brasil vinha acertando um diálogo amistoso em um intrincado jogo de barganhas, a Argentina passou a questionar a presença norte-americana na região. É possível observar esta postura nas conferências pan-americanas que antecederam a Segunda Guerra Mundial e nas reuniões de ministros durante ela. Na prática, boa parte dos atritos entre Argentina e Estados Unidos era decorrente do tratado comercial que a Argentina possuía

com a Inglaterra, que ia na contra-corrente dos objetivos estadunidenses.

Os debates internacionais

Nas conferências pan-americanas em Buenos Aires (1936) e Lima (1938) e nas reuniões de consulta dos ministros das relações exteriores das repúblicas americanas, realizadas no Panamá (1939), Havana (1940) no Rio de Janeiro (1942), estruturaram-se os eixos para o isolamento do continente frente à Segunda Guerra Mundial. Foram propostos mecanismos de consulta mútua contra ameaças (Buenos Aires – 1936), defesa contra ameaças externas ao continente (Lima – 1938), a declaração de neutralidade (Panamá – 1939), os esforços pela cooperação na defesa da América (Havana – 1940), culminando com o rompimento das relações diplomáticas (Rio de Janeiro – 1942) com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Já em 1936, a Argentina, na conferência pan-americana, opôs-se ao projeto inicial norte-americano, resultando em alguns atritos. No texto original, os Estados Unidos propuseram uma “convenção sobre a manutenção, garantia e restabelecimento da paz, pela qual se estabeleceu o princípio de consulta mútua entre os Estados americanos em caso de ameaça externa ou interna” (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 264). Após negociações, a Argentina conseguiu incluir no tratado algumas cláusulas, inclusive a de não intervenção nos Estados (MORGENFELD, 2011, p. 252).

Os atritos entre argentinos e estadunidenses também ocorreram no encontro em Lima, em 1938. Naquela vez, com a Argentina bem mais reticente, havendo a necessidade de negociações intermediadas por outras nações, dentre elas o Brasil, representado pelo chanceler Oswaldo Aranha.

Nessa conferência, o chanceler estadunidense, Cordell Hull, propôs a adoção de mecanismos mais eficazes contra a ameaça e a influência europeia através de “compromissos definidos de defesa mútua e conjunta” (RAPOPORT; MADRID, 1998, p. 264). A Argentina exigiu o não estabelecimento da origem da ameaça, pois, de acordo com Morgenfeld (2011, p. 260), também observava os Estados Unidos como uma ameaça. As indagações argentinas e algumas novas propostas dos Estados Unidos foram aceitas nessas negociações, findando o acordo.

Na Segunda Guerra, a América do Sul compôs um complexo tabuleiro, havendo sempre oscilação nas relações dos países. Um dos elementos de abrandamento das diferenças entre a Argentina e os Estados Unidos foi a posse de Roberto Ortiz (1938-1940), que possuía laços de afinidades com os aliados, mas seu sucessor, Ramón Castillo (1940-1943), era simpatizante do Eixo. Isso poderia ser observado na postura assumida em reuniões pan-americanas (CANDEAS, 2006, p. 18). Castillo seria deposto num golpe liderado pelo coronel Juan Domingo Perón e o Grupo de Oficiais Unidos, uma confraria de militares com claras tendências fascistas, fazendo com que a Argentina retornasse ao isolamento nas questões externas.

A partir do final da década de 1930, o Brasil passou a se aproximar cada vez mais dos Estados Unidos e a, paralelamente, distanciar-se da Alemanha, mesmo que de início esta ainda se mantivesse de grande importância pelo fornecimento de armamentos modernos ao exército brasileiro. A disputa entre Estados Unidos e Alemanha pela inserção no Brasil se intensificou até o início da Segunda Guerra Mundial, quando o fiel da balança se deslocou para o eixo norte-americano.

A região durante a Segunda Guerra Mundial

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, diante da invasão alemã na Polônia e a consequente declaração de guerra à França e à Inglaterra, a relação entre Brasil e Alemanha passou a ser estremecida pelo embargo imposto àquela nação pela Inglaterra. Após o ataque à base de Pearl Harbor pela força aérea japonesa (nação do eixo), os Estados Unidos entraram oficialmente na guerra. Vargas se solidarizou com os norte-americanos e Roosevelt, com a bandeira do pan-americanismo, clamou pela segurança de toda a América.

Nesse momento, como afirma Hirst (2009, p. 27), o Brasil e outros países da América do Sul passaram a ter uma importância para os Estados Unidos, pois além do papel político, eram vitais para “o suprimento de materiais estratégicos e/ou a cessão de bases militares”. A aproximação Brasil-Estados Unidos não foi um processo de troca de favores mútuos. Na prática, foi uma disputa por interesses conquistados pela urgência dos acontecimentos.

No Brasil, a cessão das bases aéreas no Nordeste foi um desses focos de disputa, pois vinha contra a posição dos militares brasileiros que não aceitavam a ocupação de seus territórios por forças estrangeiras. Para os Estados Unidos, coube a negociação junto à marinha inglesa para a liberação de navios alemães com armas para o Brasil, compradas antes do início das hostilidades (MOURA³ apud BUENO, 2008, p. 252).

Desde que a influência alemã nas forças armadas, tanto no Brasil quanto na Argentina, foi percebida pelos Estados Unidos, estes procuraram ligar aos regimes ditatoriais das duas primeiras

³ MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

nações associadas às posturas como favoráveis ao Eixo. Isso se deu principalmente com a Argentina, onde a influência da Alemanha era muito forte no seio das forças armadas.

Nas Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas em 1939, 1940 e 1942, o que se viu foi a repetição da postura antiamericana e seu isolamento frente às propostas estadunidenses. Para poderem chegar a um acordo, a organização desta série de conferências, incluiu a palavra *recomendação* na ruptura das relações com os países beligerantes.

O desenlace da guerra forçará a mudança da posição argentina. A Ata de Chapultepec permite que o país volte ao sistema interamericano e se qualifique como membro fundador das Nações Unidas. Em 1944, o presidente Pedro Ramírez rompe relações com a Alemanha e o Japão, e em 1945, poucas semanas antes da capitulação, o general Edelmiro Farrell declara guerra ao Eixo (CANDEAS, 2006, p. 19).

Com a entrada do Brasil na guerra, o que se viu foi uma intensa cooperação com os Estados Unidos para os esforços de guerra. O que se vê é um alinhamento em todas as esferas. Svartman (2008, p. 78) afirma que este alinhamento, no que se refere à esfera militar, a relação entre o exército norte-americano e o brasileiro “não foi uma relação entre iguais, mas tampouco foi de subordinação” que se construíram os vínculos institucionais desde a década de 1930.

Com a Europa ocupada pela Alemanha depois da queda da França, bloqueando e ameaçando a Inglaterra e a ocupação do norte da África pelas forças do Eixo, além da campanha naval no Atlântico, via-se o perigo da aproximação da guerra na América. Os Estados Unidos estavam nos esforços para a manutenção do *status* da Inglaterra, fornecendo materiais e proteção aos comboios logísticos. A ameaça da queda das tro-

pas aliadas no norte da África exigiria um esforço logístico e o território brasileiro *Saliente Nordestino* era a menor distância entre a América e a África.

O governo norte-americano não aceitava as demandas *exageradas* de armamento requisitado pelo Brasil, usando a lei do *Lend & Lease*. Ao mesmo tempo em que o Estado-Maior do exército dos Estados Unidos dizia que era necessário o “reforço à defesa de certas regiões do Brasil” (MOURA, 1991, p. 27), vide nordeste, pois naquele momento eram vulneráveis a um ataque do Eixo. Graças ao estabelecimento de comissões de defesa entre os dois países é que se pode estreitar os laços *estratégicos* para ambos. Ficou definida a necessidade de defesa da costa brasileira e a necessidade de reequipar as Forças Armadas brasileiras com materiais no estado-da-arte daquela época.

No período da guerra, ocorreram algumas tratativas a fim de diminuir a rivalidade entre o Brasil e a Argentina, mas com o reequipamento das forças armadas brasileiras, o que se viu foi a reanimação das diferenças entre os dois países, visto que a Argentina observava que o Brasil exerceria um *imperialismo* na região sul a mando dos Estados Unidos, uma vez que estava consolidada uma *aliança entre os grandes para o continente*.

Com a expulsão das tropas do Eixo no norte da África e o avanço das tropas aliadas na Europa, o Brasil passou a ser somente uma rota logística e fornecedor de matéria-prima para os Estados Unidos (MOURA, 1991, p. 28). Logo, a necessidade de material das forças de defesa brasileiras não era mais necessária. Ainda havendo a necessidade de modernizar as forças brasileiras, pleiteou-se o envio, mesmo sem a necessidade efetiva, mais como um papel político do Brasil no exterior (BUENO, 2007, p. 264).

O contingente brasileiro enviado à Europa para participar nos combates ficou subordinado ao exército norte-americano, além de receber treinamento e equipamento dos Estados Unidos.

Ainda em 1945, o Brasil deu mais um passo no alinhamento com os Estados Unidos, ao declarar guerra ao Japão em junho daquele ano, mesmo depois do fim da guerra na Europa (BUENO, 2007, p. 267). Nos combates no Pacífico, os norte-americanos levaram praticamente sozinhos os esforços para a conclusão da guerra contra o Japão.

Considerações finais

A Argentina e o Brasil assumiram, no início dos anos de 1930, uma postura em relação ao cenário internacional que regeu todo o período. Tanto o pragmatismo brasileiro como a aliança incondicional da Argentina garantiram aos países a manutenção de um *status quo* econômico e político. Isso não significa que internamente havia um momento de rearranjo nacional. Ambas as nações passaram por momentos políticos complicados, no que se refere ao ambiente interno, com golpes e imposição de regimes autoritários.

Na questão geopolítica, no que se refere à rivalidade entre Brasil e Argentina, os Estados Unidos souberam aproveitar o jogo, aproximando-se do Brasil e favorecendo-o em questões como armamento e modernização do parque industrial, que no futuro viria a garantir a posição hegemônica do Brasil como potência regional. A Argentina, ao garantir o fluxo de exportação de carne e trigo, durante a guerra manteve sua postura *antiamericana* e fez com que o fluxo de capitais estadunidenses fosse diminuindo cada vez mais, fazendo com que o seu perfil agroexportador se mantivesse.

Assim, consideramos que ambas tiveram posturas políticas diferentes dentro de um mesmo cenário ao assumir os projetos nacionais frente à crise. E, assim, os rumos futuros foram conduzidos de maneiras distintas. A influência de ideologias de cunho fascista também foi chave. Mesmo que uma tenha

assumido com mais intensidade que a outra, o resultado foi, no caso da Argentina, a manutenção de antigas elites de um lado; de outro lado, no Brasil, a ascensão de um novo grupo social elitista e industrial desenvolvimentista.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BUENO, Clodoaldo. Da agro exportação ao desenvolvimentismo (1889-1964). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UNB, 2008.

CANDEAS, Alessandro Warley. *Relações Brasil-Argentina: Uma análise dos avanços e recuos*. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/es/programas/integracion/17.pdf>>. Publicado em: 16/04/06.

CERVO, Amado Luiz. A instabilidade internacional (1919-1939). In: SA-RAIVA, Jose Flavio Sombra (Org.). *Relações internacionais: dois séculos de historia*. Brasília: IBRI, 2001, v1.

HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MCCANN, Frank D. *Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1995.

MORGENFELD, Leandro. *Vecinos em conflicto: Argentina y Estados Unidos em las Conferencias Panamericanas (1880-1955)*. Buenos Aires: Continente, 2011.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões – Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. Os países do Cone Sul e as grandes potências. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Orgs.). *Historia do Cone Sul*. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/EDUNB, 1998.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Fascismo e política externa no Prata: elementos para uma comparação de ideias e atores na Argentina e no Brasil 1930-1945. In: SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Política externa e região em tempos de crise*. Passo Fundo: Méritos, 2006.

_____. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. *Revista dos Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 34, n. 1, p. 76-91, jun. 2008.

Povos platinos em rede: Breve análise sobre correspondências nos oitocentos¹

Fabiano Barcellos Teixeira²

No século 21, há relativa facilidade de comunicação entre pessoas que estão nas mais longínquas partes da Terra. A popularização do uso da rede mundial de computadores, *internet*, caracteriza uma era de fácil acesso a grandes volumes de informações e de comunicação virtual em tempo real. As mídias sociais, como o *Twitter* e o *Facebook*, com os seus milhões de usuários, são poderosas ferramentas comunicativas que podem ser usadas para fins diversos, com destaque para os recentes casos de organização popular, iniciados em 2011, contra governos ditatoriais estabelecidos há décadas, no Oriente Médio e norte da África, a chamada nova “primavera dos povos” árabes.³

¹ O artigo foi baseado em: TEIXEIRA, Fabiano B. “Os informantes: manuscritos sobre ‘a invasão brasileira’”. Cap. 4. In: A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do império do Brasil a Assunção (1854-5). Passo Fundo: Méritos, 2012.

² Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo e professor da rede pública de Passo Fundo. E-mail: *fabianohist@bol.com.br*

³ *Especial TV Cultura: Primavera Árabe*. Produção de Maria Cristina Poli. São Paulo: agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=K0m->

Por outro lado, no século 19, a comunicação através de cartas era uma das formas mais frequentes de contatos entre as pessoas. Na região da bacia do rio da Prata, formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em um cenário tenso de constantes conflitos, a troca de informações por correspondências foi um significativo meio de comunicação e até mesmo de sobrevivência. Diversos desses manuscritos estão conservados em arquivos estatais, privados ou particulares, o que nos possibilita estudar a gênese dessa sociedade através da referida fonte primária.

Nos oitocentos, ocorreu a formação e a consolidação dos Estados nacionais platinos. Compreender aquela realidade exige estudos que busquem investigar o peculiar, as práticas específicas dos povos do Prata. Porém, muitas vezes o que é típico da cultura de um grupo social ultrapassa a delimitação territorial de um Estado soberano. Assim, as fronteiras políticas são em geral extravasadas pelos processos históricos (RECKZIEGEL, 1999). Não devemos nos limitar a perceber as especificidades locais e incorporá-las mecanicamente em teorias gerais. Sobretudo, devemos identificar e transformar em representações historiográficas a complexidade das interpretações dos espaços em análise.

A *história regional*, que também serve de aporte a este artigo, trata do conjunto de relações e articulações de contextos pouco trabalhados, do estudo sobre as diferenças, as particularidades culturais, em detrimento de uma história nacional que padroniza, que busca as semelhanças, ou do estudo sobre temas já consagrados (CAPRINI, 2010, p. 1-2). Desejamos complementar e dialogar com os estudos sobre a América platina oitocentista, com a análise de “*varias cartas respecto a la*

invasión brasileira, 1855”, uma série de documentos depositados no Arquivo Nacional de Assunção (ANA).⁴

As “cartas da invasão brasileira” são onze correspondências escritas entre outubro de 1854 e janeiro de 1855 sobre o contexto da formação de uma missão *diplomática* despachada pelo império do Brasil à república do Paraguai. A legação era acompanhada de poderosa força naval e supostamente de infantaria para submeter a nação vizinha aos desígnios imperiais, que buscava a livre navegação pelo rio Paraguai e o domínio da área entre os rios Apa e Branco, hoje parte do estado do Mato Grosso do Sul. O episódio pode ter importante relação ao contexto que originou a catastrófica guerra da Tríplice Aliança (Argentina, império do Brasil e Uruguai) contra o Paraguai, em 1864-70. O referido conflito pode ter sido responsável pela perda de mais de 300 mil vidas, além de ensejar o fim da *produção mercantil, doméstica e artesanal, peculiar da nação guarani, na América do Sul* (CREYDT, 2007).

As fontes estudadas apresentam aspectos desconhecidos da expedição imperial narrados por pessoas que de certo modo foram afetadas pela formação da “missão Pedro Ferreira de Oliveira”, conforme a operação foi chamada pelo parlamento imperial na época, devido ao nome do chefe-de-esquadra e ministro plenipotenciário responsável. De um episódio específico, a missão imperial ao Paraguai em 1854-5, estamos aptos a refletir com mais sagacidade a respeito de aspectos gerais da sociedade em análise.

A “*invasão brasileira*”

Entre 1850-5, o Império do Brasil praticou uma política agressiva sobre os países platinos, exposta em ações militares no Uruguai, na Argentina e posteriormente no Paraguai. Tais

⁴ Arquivo Nacional de Assunção (ANA). *Varias cartas respecto à la invasión brasileira*. Seção História, volume 315, número 11, 12 folhas, 1855.

eventos ocorreram, sobretudo, a partir do fortalecimento econômico do Império, fruto das rendas provenientes do café, da pacificação da revolta autonomista das províncias imperiais, da tentativa imperial de se tornar a maior liderança na América do Sul e das divisões intestinas que enfraqueceram Uruguai e Argentina.

Em 10 de dezembro de 1854, o Império do Brasil despachou ao Paraguai mais de 30 navios de guerra, entre dois a três mil soldados, para executar uma missão *diplomática*. Comandada pelo chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira (1801-60), a missão tinha por objetivos obter a livre navegação do rio Paraguai, importante meio de comunicação do Rio de Janeiro com a província do Mato Grosso, definir os limites territoriais entre as duas nações, na região do atual Mato Grosso do Sul, como já antecipado, e também exigir as desculpas do governo paraguaio pela expulsão do ministro imperial em Assunção, Felipe José Pereira Leal, ocorrida em agosto de 1853 (CÁRCANO, 1939, p. 194; SÁNCHEZ QUELL, 1955, p. 111-2; MONIZ BANDEIRA, p. 84; ROSA, 2008, p. 39. et al). Por seu turno, o governo do Paraguai mobilizou cerca de seis mil soldados e construiu fortalezas à beira do rio Paraguai (Humaitá) para repelir a então iminente agressão imperial (CÁRCANO, 1939, p. 194-5; BENITES, p. 57).

Apesar de todo o aparato bélico mobilizado, a missão foi um retumbante fracasso, pois o Império não obteve suas reivindicações. Os navios, com dificuldades de navegação no rio Paraná (Paraguai), sequer entraram em Assunção. Tal fracasso foi atenuado pela lição de que uma ofensiva do imponente Império do Brasil ao *pequeno* Paraguai seria bem mais complicada do que inicialmente se pensara. O comandante da missão, Pedro Ferreira de Oliveira, pode ter salvado o *status* obtido pelo Império em monte Caseros (1852), onde ao enfraquecer

e dividir a Argentina, o Império se tornara a grande liderança na América do Sul. A expedição, no entanto, possui diversos significados ao contexto que originou a grande guerra explodida em 1864. Entretanto, ela permanece quase desconhecida pela historiografia brasileira que, em geral, prefere salientar as vitórias imperiais nas batalhas da *Guerra do Paraguai*. Vejamos os elementos preparatórios da *missão Pedro Ferreira de Oliveira*.

A expedição deveria ter como aliado o fator surpresa. Em 21 de fevereiro de 1855, quando a esquadra estava na fronteira da Argentina com o Paraguai, Carlos Antonio López fez declaração para mobilizar os soldados paraguaios. Eles deveriam se preparar para enfrentar o inimigo que atacava de *surpresa*, pois anteriormente o Império não teria sinalizado nenhuma reclamação.



Cidade de Assunção, 1862, gravada em daguerreótipo.

Fonte: GRATY, Alfred. Marbais du. *La República del Paraguay*, Bezançon: Imp. José Joaquim, 1862. Apud: RIVAROLA, Milda. *Vagos pobres & soldados*. 2. ed. corrig. com ilustrações. Asunción: Servilibro, 2010. p. 44.

A cidade de Assunção foi evacuada e boa parte da população aguardava o início da guerra. Ressaltando a traiçoeira surpresa do ataque, lançado por uma nação com a qual se

mantinham relações pacíficas, Carlos Antonio López procurava, igualmente, preparar os paraguaios para uma eventual derrota, o que de certo modo sugere que o exército paraguaio não estava bem preparado para enfrentar a expedição imperial. “Soldados, sea cual fuere la suerte que la Providencia nos depare, nuestra resistencia será un protesto eterno contra la injusticia del Brasil, y una gloria inmarcesible, aunque seamos desgraciados” (Arquivo Nacional de Assunção - ANA, 314 A-14, p. 2472-2473). Entretanto, apesar da relativa desordem, era improcedente a referência feita à *surpresa* do ataque.

As cartas

O governo do Paraguai contava com informantes que anunciaram a missão brasileira, semanas antes de 10 de dezembro de 1854, quando ela partira do Rio de Janeiro rumo à capital guarani. Em 25 de outubro, possivelmente Manuel Moreira de Castro, cônsul paraguaio no Rio de Janeiro, endereçou correspondência ao presidente do Paraguai, informando detalhes sobre a preparação da operação naval (ANA, 315, 11, fl. 2). A carta registrada como *confidencial* descreveu os objetivos da expedição imperial.

Essa carta (manuscrito confidencial) registra que o Império propunha enviar via rio Paraná uma frota, mas que ela não acompanharia o negociador imperial até Assunção. Ou seja, não penetraria, inicialmente, nos territórios daquela nação. Três proposições seriam feitas ao governo paraguaio: “una satisfacción por el asunto del señor (Felipe José Pereira) Leal, un tratado de límites, y la libre navegación para el pabellón brasileiro del rio Paraguay hasta la frontera del Brasil” (ANA, 315, 11, fl. 2). O *assunto Leal* seria de importância secundária e a livre navegação, prioritária. Caso o governo do Paraguai se recusasse a negociar os pontos defendidos pelo Império e não ocorresse acordo, os

navios subiriam o rio sem *realizar agressões*, somente *respondendo* à certamente inevitável resistência militar paraguaia.

Confidencial.
Parece que el Gobierno Bras.^o se propone mandar una Flotilla al Paraná, pero que no acompañará al negociador Brasileiro hasta la Asuncion; este debe hacer proposiciones sobre los puntos de una línea de límites, y la libre navegación para el Pabellon Brasileiro del Rio Paraguay hasta la frontera del Brasil. Si el Gobierno Brasileiro del Paraguay refuses tratar sobre estos puntos o llegar a un acuerdo, la Expedición deberá subir el Rio, sin hacer ninguna agresion, repeliendo solamente cualquier resistencia. El asunto del Rio de la Plata parece de importancia secundaria siendo la mas importante la de la libre navegacion, que los precedentes de 1841 y el Tratado

de 1851 con el Paraguay les da segun dicen, el derecho de exigir.
El almirante Inglès llegó aqui el 6 de este mes. Mas la Plata, y mandará Rec. al Paraguay.
Extrato de una Carta de Rio de Janeiro del 25 de Octbre de 1854.
El Ministro Inglès asi como M. de S. Georges no han cesado de hacer representaciones en favor de la Paz.

Manuscrito “confidencial” sobre os preparativos imperiais.

Fonte: ANA. Varias cartas respecto a la invasión brasileira. Seção História, volume 315, número 11, 12 folhas, folha 02 (frente e verso), 1855.

O governo imperial se apoiaria nos precedentes de 1846 e no tratado de 1851, “segundo dizem tem direito de exigir [aquelas concessões]”, ou seja, nos acordos diplomáticos realizados naquelas datas. A correspondência relata a presença de um almirante inglês, que teria chegado ao Rio de Janeiro, em 6 de outubro. Mais tarde, ele e representantes do Império iriam ao rio da Prata e mandariam um barco ao Paraguai. Haveria também um ministro inglês e *M. de S. Georges*, possivelmente um representante francês, que estariam favoráveis à paz.

As informações descrevem o desenvolvimento possível da operação bélica naval imperial. Apesar de partir apenas em 10 de dezembro de 1854, do Rio de Janeiro, desde outubro se conheciam a organização, os objetivos e os possíveis passos da

missão. Conforme a carta, a livre navegação do rio Paraguai era elemento fundamental. “Os precedentes de 1846 e o tratado 1851” que dariam ao Império o direito de exigir a livre navegação no rio Paraguai eram os tratados entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, quando do combate ao governo de Juan Manuel de Rosas, da Argentina.

A carta referia-se à presença de um almirante e de um ministro inglês, cujos nomes não foram mencionados e possivelmente de um diplomata francês “*M. de S. Georges*” (Saint Georges). O almirante britânico que chegou ao Rio de Janeiro em 6 de outubro de 1854 estaria disposto a ir ao rio da Prata e *mandar* uma embarcação ao Paraguai. Na correspondência, os representantes anglo-franceses buscavam a paz.

Em 14 de abril de 1855, o *Jornal do Commercio* (n. 73) noticiou que o vapor inglês *Wixen* e o francês *Flambeau* partiriam do porto de Buenos Aires e navegariam pelo rio Paraná para “serem testemunhas oculares dos acontecimentos no rio da Prata. Parece que os gabinetes de S. James e das Tulherias participarão”. Registre-se o conhecimento anglo-francês na expedição naval imperial, embora não seja ainda possível definir exatamente o interesse das duas nações, que naquele momento estavam envolvidas em conflito contra o Império russo, na guerra da Crimeia (1853-6).

Fundado em 1853, em Assunção, pelo ministro paraguaio Juan Andrés Gelly (1792-1859), o jornal *El Semanario* foi veículo oficial do governo Carlos Antonio López até 1857 (CARDOZO, 2009, p. 81). O periódico publicava diversos documentos do governo. Em 2 de dezembro de 1854, oito dias antes da esquadra partir do Rio de Janeiro, o *El Semanario* noticiou trecho de uma carta sobre a expectativa que se tinha em São Borja para a chegada de tropas imperiais e a consequente invasão do Paraguai. A notícia possuía o título de “*San Borja*”.

El comerciante Italiano D.N. tuvo a bien referirme que el Coronel Correa noticioso de su llegada en San Borja, lo hizo llamar, y le preguntó si es verdad que el Gobierno del Paraguay está reuniendo fuerzas para mandar contra el Brasil, y que le contesto que sin duda todo seria falso, por que no sabe que se haga ninguna prevención en el Paraguay contra el Brasil: que entonces le digo el Coronel brasileiro que en pocos días llegara el punto de San Borja una fuerza de dos mil hombres que estaba aguardando, y que la escuadra brasileira está determinada para subir y invadir al Paraguay por el Paraná... (EL SEMANARIO, 2 de dezembro de 1854, n. 73, p. 03).

Em 2 de dezembro de 1854, portanto, a informação sobre o possível ataque imperial era revelada à população paraguaia. Em 3 de outubro de 1854, o governo paraguaio emitiu regulamento de navegação fluvial que dava indícios que ele já estava ciente de uma possível ação naval hostil. A lei proibia a navegação de embarcações de guerra, de qualquer nação, no rio Paraguai e seus afluentes, sem previa permissão paraguaia “[...] el Supremo Gobierno tuvo en mira [...] impedir que su territorio fuese viladoado por la fuerza, o que se abusase de esta en el puerto” (EL SEMANARIO, 22 de março de 1855, n. 96). O governo paraguaio se precavia com o uso de normas do direito internacional ante uma possível e, no caso, iminente agressão estrangeira. A carta divulgada em 2 de dezembro, onde alguns nomes foram ocultados na publicação do *El Semanario*, está entre as “*varias cartas respecto a la invasión brasileira*”.

Comerciantes informantes sem fronteiras

Em 21 de novembro de 1854, Mariano Centurion, capitão da comandância de *Encarnación*, teria obtido informações do comerciante italiano dom Ambrosio de Andréa. O comerciante teria dito que, quando em São Borja, o coronel imperial *Correa*

lhe perguntara se haveria organização de forças paraguaias para atacar o Brasil, o que ele respondeu não ser certo, por não haver prevenção no Paraguai contra aquele país. O mesmo coronel lhe informara que o Império reunira forças e invadiria o Paraguai. “el Coronel brasileiro [disse] que en pocos días llegara a ocupar el punto de San Borja una fuerza de dos mil hombres que estaba aguardando, y que la escuadra brasileira está determinada para subir á invadir al Paraguay por el Paraná” (ANA, 315, 11, fl. 9).



Rua principal de Villa Encarnación, 1892.

Fonte: *Revista Geográfica Americana*, n. 27, dezembro de 1935. Diário de D. Pedro Serié. Fotos originais de E. C. Moody. Apud: <http://www.histarmar.com.ar/InfHistorica/ExpCientParaguay1892.htm>.

A *Villa Encarnación* de Itapúa está localizada na margem direita do rio Paraná, no sul do Paraguai, defronte a *Posadas*, na província argentina de Corrientes. São Borja está na margem esquerda do rio Uruguai, no atual Rio Grande do Sul. Ambas foram fundadas no século 17 pelos jesuítas espanhóis. Distantes a cerca de 200 quilômetros (como se pode ver no mapa da trí-

couro, erva-mate, fumo e pólvora. O cenário muitas vezes tenso que caracterizou a fronteira norte do Paraguai com a província de Mato Grosso não repercutiu no sul. Dessa forma, comerciantes brasileiros e paraguaios formaram uma importante rede de comunicações, conforme registra a correspondência. As informações dos comerciantes foram usadas pelos guardadores das fronteiras.⁵

Militar paraguaio bem informado

Em 24 de novembro de 1854, o capitão paraguaio de *Encarnación* Mariano Centurion enviou correspondência ao presidente paraguaio. O comerciante brasileiro Francisco Ignácio de Almeida informou ao militar paraguaio que o governo imperial mandou fazer uma exploração entre os rios Uruguai e o Paraná, e que ele sairia tranquilamente de Corrientes. O capitão solicitou um mapa de todas as províncias, provavelmente argentinas. Ele foi atendido com mapa de “má qualidade” (ANA, 315, 11, fl. 10). O referido comerciante brasileiro e o militar paraguaio tinham boas relações pessoais.

Em 16 de dezembro de 1854, o militar sempre bem informado repassou importantes informações ao governo do seu país. Dom Francisco Ignácio de Almeida, comerciante brasileiro, em conversa com Mariano Centurion, afirmou que estava atento ao que se passava em São Borja “el [...] comerciante brasileiro Don Francisco Ignacio de Almeida, [...] he tenido la confianza de encargarle que si hubiese algún movimiento en San Borja de cualquier invasor que intentase venir contra la República

⁵ Quatro cartas sobre “a invasão brasileira”, folhas n. 1, 3, 4 e 11, foram analisadas em: TEIXEIRA, Fabiano B. “Comerciante-informantes sem fronteiras: manuscritos de brasileiros e paraguaios em 1854-5”. *Revista Semina*. Passo Fundo, vol. 09, n. 01, 2010. Disponível em: <http://www.upf.br/ppgh/index.php?option=com_content&view=article&id=62%3Arevista&catid=9%3Asemina&Itemid=3>.

[del Paraguay]” (ANA, 315, 11, fl. 04), Mariano explicou que confiava em Francisco.

Em carta remetida de *Encarnación* de Itapúa, onde possivelmente morasse Francisco Ignácio de Almeida, um sobrinho seu, escrevendo de São Borja, avisou que naquele povoado não havia nenhuma movimentação de tropas ou milícias. Essa correspondência foi mostrada ao comandante da vila de Encarnação. Até 16 de dezembro de 1854, portanto, não haveria tropas em São Borja. O intercâmbio comercial facilitava a circulação de informações.

São Borja, a guerra e os negócios

O comerciante brasileiro Francisco Ignácio de Almeida foi avisado, via correspondência, por seu sobrinho, morador de São Borja, e por *Jacinto Ponce* que não haveria nenhuma reunião naquela vila. Foram mencionadas outras cartas que afirmavam inexistir movimentações de tropas em São Borja.

Francisco Ignacio de Almeida afirmou que as cartas foram repassadas às autoridades locais “pode V[osmecê]. asseverar ao Exmo governo que não há indício algum de reunião, além da minha carta veio mais cartas, em nenhuma conta nada a minha até mostrei ao senhor comandante de desta Vila” (ANA, 315,11, fl. 11). Ele também garantiu estar pronto para defender a República do Paraguai. Eram intensas as relações entre militares e comerciantes na fronteira sul do Império e do Paraguai.

Possivelmente brasileiro, o comerciante Nemesio Ferreira recebeu uma carta que revelava que alguém próximo ao tenente Amancio Barreto teria uma *indisposição* com ele, por isso retardaria o retorno a Encarnação até que o tempo justificasse sua inocência. Nemesio pedia oportunidades para provar sua

utilidade. “Sin otro motivo para incomodar su atencion; le Suplico se digne facilitarme ocasiones en q[ue] yo pueda pro-varle mi voluntad, y el deceo q[ue] tengo de ser de señ[or] umilde servidor” (ANA, 315,11, fl. 01). Ao final da carta, o comerciante afirmou ter enviado dinheiro ao senhor Cantero para que ele pagasse e cobrasse as obrigações que ele deixou na comandância. A iminência da guerra alterava as relações pessoais e prejudicava os negócios.

O comerciante paraguaio Estanislada demonstrou preocupação com os negócios diante da possibilidade da guerra ter início. “La división [de São Borja] a tenido orden de aprontarse y el Paraguay es el objeto de estos preparativos dentro de muy pocos días sí te descuidas quedas encerrado[,] tratas de hacer todo lo que puedas” (ANA, 315,11, fl. 03). Em 4 de dezembro de 1854, a divisão militar de São Borja estaria em condições de se mover, o que significa que haveria positivamente tropas no local, mobilizadas para eventual intervenção no Paraguai. Estanislada temia o início da guerra e o consequente fechamento das fronteiras. Propunha liquidar os negócios pendentes rapidamente. Ele alertava: “No desprecies esta aviso este bastante sigiloso y producente p[or] q[ue] aquí mismo casi todos abren tamaño ojo [y] ven nada”.

Sobre a existência de tropas em São Borja, em dezembro de 1854, a carta de 4 de dezembro (fl. 03) contraria a correspondência de 16 de dezembro (fl. 04), que afirmava não existir movimentação nenhuma naquela vila. Ao que parece, houve a mobilização de tropas, porém não precisamos qual o período que elas permaneceram em alerta nem qual a composição dos batalhões. Naquele mesmo período, o Paraguai se envolvia em outra complicada questão diplomática.

O Paraguai em duas guerras?

O tenente paraguaio Amancio Barreto informa sobre uma carta trazida por um brasileiro, assinada por uma mulher paraguaia residente em São Borja, irmã de Nemesio. O conteúdo da carta preocupou o tenente que logo quis informar ao presidente e ao comandante chefe de Loreto para que estivessem prevenidos. O militar ficaria atento para informar maiores detalhes “Mañana en mi parte ordinario debería minucioso y queda con el firme cuidado de cualquiera ocurrencia que hubiese participare a V[uestra]. E[xcelencia]” (ANA, 315,11, fl. 05). O clima parecia tenso.

A carta que inquietava Amancio Barreto integrava a mesma correspondência enviada pelo tenente Amâncio Barreto. Foram descritas “ordens e instruções ao Presidente da Província do Mato Grosso, para permitir e facilitar as explorações do Comandante de *Water Witch* no rio Paraguai acima do [rio] Albuquerque, e nos seus tributários que pertencem ao Brasil” (ANA, 315,11, fl. 06).

Beneficiado pelo decreto do general Urquiza que concedia a livre navegação as nações amigas, o navio estadunidense *Water Witch* (Bruxa das Águas) estava na bacia do Prata, desde 1853, em tese, realizando pesquisas científicas. Os tripulantes do referido navio em mais de uma oportunidade teriam se desentendido com soldados paraguaios sobre a navegação pelo rio Paraguai.

O confronto mais sério ocorreu em 1º de fevereiro de 1855, quando o navio estadunidense pretendia avançar pelo rio Paraná em direção a Assunção, sem a permissão paraguaia. Ocorreram bombardeios que vitimaram um dos 28 tripulantes estadunidenses. Depois do incidente, as relações entre Estados Unidos da América e a república do Paraguai ficaram prejudicadas, só

sendo superadas depois de três anos.⁶O Paraguai ficou à mercê de enfrentar uma retaliação estadunidense enquanto tratava de neutralizar a ofensiva imperial.

Considerações finais

As cartas dos antecedentes da *invasão brasileira* nos possibilitaram alguns esclarecimentos, sobre os quais destacaremos cinco questões:

Primeiro, o governo paraguaio teve conhecimento prévio sobre a preparação da esquadra imperial e os seus objetivos desde pelo menos novembro de 1854. A rede de informações paraguaia estava ciente dos objetivos da operação bélico-diplomática imperial e o seu governo não foi pego de surpresa.

A publicação do jornal *El Semanario* de 2 de dezembro de 1854, por exemplo, ocorreu antes da partida da esquadra que foi aos dez dias daquele mês. Outro elemento que apoia esse argumento foi o regulamento paraguaio de *3 de outubro de 1854, que proibiu a navegação de embarcações de guerra, no rio Paraguai e seus afluentes, ou seja, na iminência do envio da expedição imperial*. O discurso emotivo do presidente Carlos Antonio López em 21 de fevereiro de 1855 que afirmava ser uma surpresa o ataque imperial procurava dar uma justificativa, talvez um apoio psicológico, aos soldados paraguaios para que lutassem contra o inimigo que atacaria sorrateiramente. Também possibilitava minorar o impacto político de uma eventual derrota diante da intervenção imperial.

Segundo, os militares atuantes nas fronteiras paraguaias, destaque ao capitão de *Encarnación*, Mariano Centurion, tiveram uma vasta rede de contatos com comerciantes que circulavam na fronteira sul, sobretudo por *Encarnación* de Itapúa, no Para-

⁶ Cf. <<http://www.revisionistas.com.ar/?p=7072>> Acesso em: 05 de julho de 2011.

guai, e São Borja, província do Rio Grande do Sul, no Império. Muitas vezes, eram brasileiros os comerciantes informantes dos militares paraguaios.

Terceiro, a iminência da guerra, a passagem e a estadia da esquadra por mais de dois meses, alterou a rotina das populações de Buenos Aires, Corrientes, *Encarnación*, Entre Rios, Montevideu e São Borja, ou seja, da área geográfica próxima ao rio da Prata e ao rio Paraná, entre a Argentina e o Paraguai, por onde navegou a esquadra imperial. Os autores das cartas registraram preocupações ante um possível fechamento das fronteiras e a paralisação do comércio naquela região. Por outro lado, os milhares de soldados da expedição naval movimentavam outros tipos de negócios: buscavam guias (vaqueanos), informantes, práticos e suprimentos alimentares.

Quarto, as cartas registraram movimentação de tropas em São Borja. O ataque terrestre também seria utilizado pelo Império. Porém, não precisamos qual era o efetivo disponível nem quando nem por quanto tempo ela ficou em alerta. E por último, brevemente descrevemos o caso do navio estadunidense *Water Witch* que navegou sem permissão paraguaia pelas suas águas, foi bombardeado e quase colocou o Paraguai diante de sérias dificuldades contra os Estados Unidos da América. O conhecimento das *cartas da invasão brasileira de 1855* nos possibilitou avançar no entendimento daqueles sucessos, fazendo emergir personagens ocultos e também construtores da história platina.

Desse modo, percebemos que a análise de documentos manuscritos do século 19 fornece uma significativa contribuição às investigações sobre aquele contexto. Muito mais do que definir e analisar aspectos da sua área física, examinar a sociedade platina exige a percepção das suas contradições, do seu desenvolvimento histórico, que se torna mais palpável a partir de um enfoque com as ferramentas da história regional. Estudar uma *história regional* não significa definir uma região

geográfica qualquer, em geral um departamento de uma nação, para sobre ela tirar conclusões e tentar relacioná-las ao nacional. A história regional, conforme se expôs neste ensaio, é um recorte de estudo que visa ampliar a reflexão sobre as representações historiográficas pouco estudadas, esquecidas, em detrimento de temas já consagrados ou de aspectos da excludente história nacional-patriótica. Assim, a região platina teve caracterizada-representada uma parte da sua rica história a partir das cartas da *invasão brasileira de 1855*.

Referências

Arquivo Nacional de Assunção (ANA). Seção História 314 A, 14 (impreso). p. 2472-2473. *Proclama del Presidente Carlos Antonio López, 21 de febrero de 1855*.

ANDRADA e SILVA, Raul de. *Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: 1814-1840*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978.

BENITES, Gregorio. *Anales diplomático y militar de la guerra del Paraguay*. Asunción: Muñoz Hnos, 1906.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. "Pesquisa em História Regional: aspectos conceituais e metodológicos". In: *III Seminário Impérios e Lugares no Brasil*. 12-14 de maio de 2010, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Disponível em: <<http://www.ilb.ufop.br/IIIsimposio/64.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

CÁRCANO, Ramón Jose. *Guerra del Paraguay: orígenes y causas*. Buenos Aires: Domingo Vía, 1939.

CARDOZO, Efraím. *Breve história del Paraguay*. 2 ed. Asunción: Servilibro, 2009.

CREYDT, Oscar Adalberto Federico. *Formación histórica de la nación paraguaya*. 3 ed. (1. ed. 1963). Asunción: Servilibro, 2007.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do prata*. 3. ed. (1. ed. 1985). Rio de Janeiro: Revan; Brasília: UNB, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: Debates e Tendências*. Passo Fundo: v. 1, n. 1, jun. 1999. p. 15-22.

RIVAROLA, Milda. *Vagos pobres & soldados: la domesticación estatal del trabajo en el Paraguay del siglo XIX*. 2. ed. corrig. com ilustrações (1. ed. 1994). Asunción: Servilibro, 2010.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. (1. ed. 1964). Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

SÁNCHEZ QUELL, Hipólito. *La Diplomacia paraguaya de mayo a Cerro-Corá*. 3. ed. Buenos Aires: Colección Cúpula, KRAFT, 1955.

TEIXEIRA, Fabiano B. Comerciante-informantes sem fronteiras: manuscritos de brasileiros e paraguaios em 1854-5. *Revista Semina*. Passo Fundo, vol. 09, n. 01, 2010. Disponível em: <http://www.upf.br/ppgh/index.php?option=com_content&view=article&id=62%3Arevista&catid=9%3Asemina&Itemid=3>.

WHITE, Richard A. *La primera revolución popular en América Paraguay (1810-1840)*. 2 ed. Asunción: Carlos Schauman, 1989.

Manuscritos

Arquivo Nacional de Assunção [ANA]. *Varias cartas respecto à la invasión brasileira*. Seção História, volume 315, número 11, 12 folhas, 1855.

Periódicos

ANA. *El Semanario* 2 de dezembro de 1854, n. 73.

ANA. *El Semanario*. 22 de março de 1855, n. 96.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Jornal do Commercio*. 14 de março de 1855, n. 73.

Vídeos

Especial TV Cultura: Primavera Árabe. Produção de Maria Cristina Poli. São Paulo: agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=K0m-2Jhmbnl>>. Acesso em: 11 set. 2012.

Sites

<http://www.histarmar.com.ar/InfHistorica/ExpCientParaguay1892.htm>

<http://www.revisionistas.com.ar/?p=7072>

Região platina: Organização sociocultural em um espaço supranacional

Henrique Pereira Lima¹

A Região Platina, que se constitui em uma dimensão histórica e culturalmente convergente do Cone Sul Americano, carrega a fragmentação política do espaço como uma marca. Essa fragmentação, advinda do processo de construção dos Estados Nacionais argentino, brasileiro e uruguaio, conduziu de forma relacional a legitimação territorial destas nações, rompendo com as dimensões supranacionais.

Contudo, este espaço, que hoje se apresenta dividido, mantém características indelévels que o marcam como uma dimensão reunificável do trabalho, cultura, sociedade e da economia desta região supranacional. A regionalização desse espaço, amparada por uma elaboração teórica especializada, evidencia elementos que justificam a sua coesão – história, sociedade e economia, além de aspectos naturais (o pampa e o rio da Prata) –, denunciando que a percepção nacionalizada (ou fragmentada) sobre

¹ Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: henriqueplima@yahoo.com.br

essa espacialidade possibilita uma compreensão apenas limitada do processo histórico social do espaço.

O espaço platino, em seu sentido geográfico, é um expressivo domínio do continente sul-americano. Suas idiossincrasias, fruto da ação do homem sobre o meio, contribuíram para a construção de um espaço regional marcado por peculiaridades que dão forma e sentido ao recorte espacial (Região) do Prata.

As dimensões naturais (geografia física) e humanas (historicidade e construção sócio-cultural locais) constituem relevante condição explicativa para a compreensão do Prata enquanto região. Torna-se pertinente, desse modo, considerar que a ação do homem sobre o meio (trabalho), altera o espaço, de modo a convertê-lo em um *bem* cultural, evidenciando desse modo o diálogo que existe entre fatores naturais e humanos na construção do espaço platino e em sua conceituação como região.

A dimensão do Prata: a regionalização em perspectiva

Como qualquer porção da superfície terrestre, o espaço platino pode ser mensurado a partir de uma ótica restrita geográfica e temporalmente. Para tanto, atribui-se a esse espaço algumas peculiaridades, que justificam e acompanham tal recorte. A ação do homem sobre o espaço humaniza-o, de tal modo que “a região é uma construção do sujeito, que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade existente” (VISCARDI, 1997, p. 89).

Haesbaert (1988, p. 63) parte da mesma perspectiva ao identificar a regionalização “como um método (no sentido instrumental) para *recortar o espaço*, de forma análoga ao que se verifica com a periodização, o *recortar o tempo* para os historiadores”. Desse modo, a região é uma construção teórica, que

a priori é construída pelo pesquisador. Evidentemente que esse recorte é respaldado por uma realidade local *sui generis*, orquestrada por uma cultura que, quando confrontada com outras espacialidades, ou posta em relação ao macro-espaço² do qual faz parte, exprime particularidades.

A construção histórica da região platina e sua reconstrução historiográfica apontam o dinamismo de suas construções, e de suas relações com espaços dilatados. São tendências locais, como determinados aspectos culturais e de caráter mais amplo como a expansão da economia e cultura europeia em escala mundial, que marcam o espaço construído. Mas, a estabilidade com que a relação entre o particularizado (região) com o geral (global), marca-o do mesmo modo. A administração colonial na América, ao pautar-se no estabelecimento de uma relação verticalizada entre as duas extremidades da *cadeia* em um sentido centro/periferia, garantiu que a mesma mantivesse uma órbita estável junto às Coroas Ibéricas. Desse modo, foram guarnecidos os subsídios elementares da formação social platina, ainda que as demandas de origem local se impusessem.

A estabilidade que é atribuída ao recorte do Prata como uma região não se converte necessariamente em um fator de estabilidade irretocável para a sua conceituação. Partindo de Ardenghi (2003, p. 45), percebemos que “o conceito de região tem apresentado enfoques variados, relacionados com o momento histórico e com as concepções vigentes”, de modo que sua definição ainda sustenta uma laboriosa tarefa. Apesar do esforço de diferentes áreas do conhecimento, o conceito ainda possui um caráter flutuante, permeado de incertezas e influen-

² O espaço platino, para efeito deste trabalho, compreende territórios dos seguintes Estados nacionais: Argentina, Brasil e Uruguai. Durante a regência do sistema colonial ibérico na América, o caráter supranacional da região era mais evidente devido à abstração das linhas de limites entre os dois impérios. Embora a formação dos atuais Estados tenha valorizado as linhas-limites, as relações fronteiriças tiveram continuidade na vivência das populações locais.

ciado por diferentes forças cognitivas, que leva a uma constante e necessária reavaliação do método aplicado. Em Bourdieu, a exemplo de Ardenghi, as reservas ao conceito *região*, são igualmente observáveis, uma vez que

A região é o que está em jogo como objeto de luta entre os cientistas, não só os geógrafos é claro, que por terem que ver o espaço, aspiraram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos, [...] economistas e sociólogos. (BOURDIEU, 1998, p. 108)

A supremacia das condições físicas do espaço, com a finalidade de conceituar *região*, é um traço recorrente, sobretudo quando posta por geógrafos. Reckziegel (1999, p. 16), nesse ínterim, percebe que “para os geógrafos, fundamentalmente, o conceito de região relaciona-se à questão de espaço, à qual se agregam outros componentes”. Entretanto, a esta percepção, impõem-se pesadas limitações, uma vez que secundariza aspectos igualmente relevantes a outras ciências. As construções humanas no espaço (realização, elaboração, material ou não), nessa percepção, perdem sua condição explicativa, ou nem mesmo são consideradas. Em outra dimensão, essa região geográfica, por ser tomada como um recorte independente, limita sua capacidade relacional com espaços mais amplos.

Quando Dollfus (1975, p. 99) enceta que fala-se em “região natural”, em “região histórica”, em “região geográfica”, em “região econômica”, em “região urbana”, em “região homogênea”, em “região polarizada” etc., a complexa maleabilidade do termo e os diferentes interesses que sobre ela recaem são explicitados. Essa condição corrobora com Neves (2002 p. 87), para quem o conceito de região pode variar “conforme o universo escolhido”, e, por que não dizer, segundo os interesses envolvidos, uma vez que sua escolha é arbitrária.

O deslocamento do eixo de equilíbrio deste conceito das condições naturais para aspectos humanos caracteriza uma sensível mudança de pensamento. A segunda metade do século XX testemunha essa alteração de postura, admitindo, dessa forma, a análise do regional por outras lentes, que percebem no espaço uma construção histórica e por isso humanizada. Segundo Ardenghi (2003, p. 45), nesse momento, a *região* torna-se pertinente junto às “novas concepções históricas, [...] impulsionada pelo movimento dos *Annales*, [que] favoreceram a expansão dos estudos regionais e, em consequência, a tentativa de explicitação de região”.

Uma região constrói-se de forma relacional, quando em comparação a outras, ou a um espaço macro. Portanto, são decisivos os critérios elencados (pelo sujeito que estabelece a relação), para que seja mantida a perspectiva de co-relação entre o particular (região), com o todo. Dollfus (1975, p. 99) salienta que é a região “uma porção organizada de acordo com um sistema e que se insere num conjunto mais vasto” e onde as fronteiras do regional, em função dos aspectos considerados, não precisam coincidir com os limites políticos.

O recorte regional que busca a percepção dos elementos e das condições que são sufocadas pelas macroanálises, deve perceber de forma igualmente importante que o espaço de recorte, por menos que seja, nunca se desconecta do sistema que o contém. Para Reckziegel (1999, p. 19), as características do *regional* são “determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado”. Por isso se faz enfática a necessidade de compreender o local como organismo articulado com um contexto mais amplo.

A região enquanto objeto é construída a partir de mensurações sobre um espaço, mas não se limita a ela. Isso, pois

os elementos ou peculiaridades que darão seus limites são subordinados ao interesse e propósitos da análise. Do mesmo modo, as legações entre o especializado e o geral são dimensões contudentes dentro de uma análise regionalizada. Assim, a função do pesquisador do regional deve ser pautada na acuidade conceitual. É sua a função de estabelecer e identificar os critérios levados em consideração para o recorte do objeto, tanto em sua esfera espacial, quanto temporal e humana.

O Prata como região

O espaço platino é mensurado como região, a partir de seus aspectos históricos, sociais e culturais, mas ao seu lado há aspectos de natureza geofísica que o marcam de forma indelével, dada a forma pela qual foram aproveitados pela sociedade que ali era construída, atribuindo-lhes características culturais, fazendo do espaço, como mencionado por Reichel e Gutfreind (1996, p. 12), “obra do trabalho e morada do homem”.

O Prata é, desse modo, uma unidade cultural e histórica. Em Reichel e Gutfreind (1996, p. 13), percebemos sobre a região platina “que as relações sociais estão fundamentadas em experiências concretas, vividas pelos homens, as quais fazem deles produtores de cultura” em uma dimensão local, mas ligada a uma totalidade que o contém.

Conforme Reichel e Gutfreind (1996, p. 13), o espaço platino em uma percepção físico-cultural

Se estende desde o rio Salado, ao sul de Buenos Aires, delimitando-se a noroeste pelas regiões que ficam ao norte do Rio Negro (Uruguai), até o rio Jacuí (RS) ou até defrontarem-se com outras formas de organização social que se desenvolviam junto aos territórios jesuíticos e às áreas centrais de dominação portuguesa. Dois fatores naturais caracterizam fortemente a Região. O primeiro deles é a terra fértil, plana, com abundante

pasto, além de açudes que favorecem a multiplicação de rebanhos vacuns e cavalares. O outro é o rio da Prata que, ao ligar o Atlântico à zona de mineração de prata (Potosi), exerceu um papel centralizador para a Região em si, bem como foi capaz de integrá-la às outras áreas circunvizinhas.

Os aspectos fundamentais do Prata são evidenciados de forma a indicar sua delimitação aproximada (há fronteiras nessa região, e não limites), vinculando a relação dos aspectos físicos e culturais do espaço mensurado. É importante frisar que enquanto os aspectos naturais contam com uma determinada homogeneidade nesse amplo espaço, seus aspectos culturais são dotados de diferenciações sensíveis, originadas pelos diferentes graus de inserção de diferentes culturas.

Partindo dos aspectos físicos, temos o rio da Prata e os espaços que o circundam. Sua malha hidrográfica, da mesma forma que o pampa, serviu de palco tanto à Espanha quanto a Portugal; tanto às colônias quanto aos atuais Estados nacionais; em momentos de convergência ou de divergências que são perceptíveis em diferentes eventos históricos. As próprias construções historiográficas³ das nações que hoje possuem parcialidades do espaço platino revelam a esse respeito, os cíclicos momentos de aproximação ou de repulsão entre Portugal e Espanha, ou entre a Argentina, Brasil e Uruguai, motivados por questões circunstanciais, ou de cunho geopolítico.

Historicamente, a foz do rio da Prata constituiu-se em ponto crucial de interesses dos Estados imperialistas e dos nacionais, por sua importância como via de acesso ao mundo interno (americano) e externo à América do Sul. Nessa condição, o rio da Prata se consistiu e ainda se consiste em um meio de comunicação intracontinental. Esse sistema fluvial (Bacia

³ Sobre as construções historiográficas da Argentina, Brasil e Uruguai, ver: Gutfreind, Ieda; Reichel, Heloísa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

Platina) e suas características trouxeram implicações econômicas e políticas a esse espaço, como bem é visto nos conflitos pelo direito de navegação de seus rios⁴.

Por sua vez o pampa, conforme Sarmiento (1996, p. 23), consiste em uma “fronte lisa e aveludada, infinita, sem limite conhecido, sem acidente notável: é a imagem do mar na terra”. Essa compreensão de Sarmiento ao destacar a ausência de acidentes geográficos intransponíveis, identifica uma condição deste bioma: continuidade. Por esse critério, a ligação *física* do território Brasileiro (através do Rio Grande do Sul, com a Argentina e o Uruguai se consolida, de tal modo que Costa e Moreira (1995, p. 52) identificam que “a região campestre por excelência do Rio Grande do Sul [é a] extremidade norte das formações pampeanas argentino-uruguaias”.

A continuidade geográfica viabiliza outro critério próprio do Prata: o caráter intercambiável dos limites políticos, de modo que o diálogo nessa região será um fator constante em momentos de paz, ou de conflito. Desse modo, é incitada a reflexão das possibilidades de intercâmbios culturais na região do Prata, onde a porosidade seria uma marca incontestada dos limites internacionais, fomentando, assim, uma sociedade convergente, marcada, entre outros fatores, pela questão econômica e social.

Organização do espaço platino

É um aspecto bastante delicado do exercício reflexivo, uma vez que a delimitação do espaço regional, como já vimos, trabalha com elementos de diferentes categorias (cultura, política, aspectos jurídicos, físicos etc.), de modo que há reflexos na vivência construída pelas pessoas que neste espaço estão sediadas:

⁴ A Guerra do Paraguai é exemplar no que se refere a conflitos econômicos e políticos entre os Estados sul-americanos, onde a questão de navegação é um dos fundamentos neurálgicos.

O espaço regional “não estará diretamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador, de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

As relações construídas socialmente estruturam formas de *estar no mundo* que, muitas vezes, extrapolam os perímetros estabelecidos pelas linhas de limites jurídicos e políticos, cuja existência baseia-se na abstração em um mapa. Dessa forma, é pertinente considerar que a delimitação do objeto (região) se prolongará até onde alcançarem as características observadas, como é a região platina, onde seus aspectos naturais e humanos assumem uma condição supranacional. Extrapolando linhas de limites entre Estados Argentino, Brasileiro e Uruguiaio, é mantida a relativa convergência sócio-cultural desse território. Essa dimensão, onde se associam natureza e cultura, para Costa e Moreira (1995, p. 58), é a “natureza humanizada” que, de forma enfática, guia a análise do espaço platino como uma região.

A organização do Prata, a partir de sua ocupação por portugueses e espanhóis, também é um ponto a ser ponderado. O núcleo do espaço platino persistiu até meados do século XIX, como região de fronteira entre diferentes administrações (sejam coloniais ou nacionais). Desse modo, essa área absorveu diferentes tendências culturais, catalisando-as em uma nova forma de construção social, através do movimento de intercâmbio, convertidos em fator de aproximação e não de repulsão daquela humanidade.

Nesse processo, como aponta Moraes (2006, p. 9) a própria “submissão das populações autóctones” pela ocupação ibérica, sendo um fenômeno comum dos processos culturais expansionistas, contribuiu para a formação da cultura local, notadamente na formação sociocultural do gaúcho – agente comum aos três países, quando do contato entre culturas.

Sociedade platina: um hibridismo cultural

O Prata colonial inaugurou um dos fundamentos mais claros do intercâmbio e aproximação das possessões coloniais e dos Estados Nacionais: a fluidez das linhas de divisa. Sua organização social contava com elementos oriundos de diferentes culturas, desde os europeus até os nativos, passando pelos índios e contando com mestiços que interagiam entre si, por mais que as legislações coloniais ou nacionais fossem proibitivas.

À cultura, entendida como a elaboração social humana, não cabe qualificações dialéticas como melhores/piores; puras/impuras. Quando Silva e Silva (2005, p. 87) afirmam que “culturas estão sempre em interação, pois nenhuma cultura é isolada. Há trocas culturais e influências mútuas em todas as sociedades”, é evidenciado o caráter intercambiável das culturas, cujo Prata mostra profícua promoção entre indivíduos e culturas. Esse processo, segundo Reichel e Gutfreind (1995, p. 51), desenvolve-se:

Desde o período colonial, [quando] estabelecera-se uma interdependência histórica no Prata. Fossem os povos nativos, fossem os colonizadores europeus – portugueses e espanhóis –, a sociedade platina que foi se constituindo ali integrou-se à natureza, dela explorando os recursos.

Evidentemente, a ação humana sobre o espaço físico, constitui-se em um expressivo apoio à formação sociocultural do Prata, cuja ocupação humana e a construção da cultura local tiveram as marcas de vários atores históricos. As comunidades nativas e as culturas ibéricas promoveram os encontros culturais, que por fim, condensaram uma cultura própria, sintetizando particularidades.

A ocupação ibérica da América se deu de forma paralela à conquista do território, com a imposição europeia de modelos socioculturais. Para Hohlfeldt (2006, p. 23), “é a partir da segunda metade do século XVI que os primeiros europeus invadem as imensas regiões planas, até então povoadas por diferentes grupos de índios, muitas vezes genericamente denominados charruas ou tapes”. As terras platinas, desse modo, contavam com a presença de diferentes grupos culturais ameríndios, que, em contato com a cultura europeia, tiveram seu modo de vida transformado, combatido e, em certo grau, assimilado mutuamente.

Contudo, as trocas e assimilações desse processo privilegiaram, na sociedade platina, os traços da cultura que se expandia, mas não de forma a identificá-la como portuguesa ou espanhola. Nem mesmo como europeia ou indígena, pois o intercâmbio cultural levou à formação de um aparato cultural interétnico próprio. Como indica Kern (2010), essa conjuntura indica que “portugueses e espanhóis herdaram muito dos padrões culturais indígenas, ao mesmo tempo em que iam impondo os seus costumes europeus”. Esta dinâmica que põe em confronto valores e interesses, bem como formas de estar no mundo, fez-se perceber em diversas manifestações culturais.

Entretanto, a pecuária desempenhou um papel hegemônico, como uma mola propulsora de intensificação dos contatos entre culturas. Essa atividade se constituiu em um cenário de aproximação que permitiu, à medida que se expandia pelo Prata, que as variadas tendências e heranças culturais de seus participantes carregavam consigo entrassem em contato.

A organização social do Prata Colonial, enquanto cultura pautada em valores mercantilistas, tem na pecuária (seja na economia pastoril, ou em atividades correlatas) uma importante dimensão explicativa de sua construção. Quando Matesri (2009, p. 63) aponta que “espanhóis, *criollos*, portugueses, *gauchos*,

libertos, charruas, minuanos, guaranis etc. dedicavam-se, de forma isolada ou em pequenos grupos [...] à caça de gado para a obtenção direta e indireta de parte dos seus meios de subsistência”, evidencia-se o contato das culturas sediadas na região.

Nesse espaço, diferentes culturas nativas estabeleceram contato com o europeu, pois, como é apontado por Reichel e Jochins (1996, p. 180), “a pecuária possibilitava o encontro de culturas” e, é claro, nem sempre amistosos.

O gaúcho

O gaúcho, tomado como o indivíduo de uma classe social subalterna (marginalizada) do Prata, deve ser mensurado dentro de uma lógica histórica⁴. Como apontam Reichel e Gutfreind (1995, p. 57), “o gaúcho e sua cultura nasceram e se desenvolveram nas campanhas do Rio Grande do Sul, do Uruguai e da Argentina”. Nessa contextualização espacial, tem-se no gaúcho histórico um agente desvinculado das noções territorialistas estatais, convertido, portanto, numa espécie de promotor informal do intercâmbio cultural platino, sobretudo quando inserido no contexto do predomínio da economia e da sociedade platina, hegemonicamente pautada na pecuária. Essa construção apresenta tal envergadura que Doberstein (1995, p. 79) percebe que “entre os elementos formadores da cultura uruguaia, argentina e rio-grandense, o gauchismo é um dos que mais forte apelo integrador tem apresentado”.

Essa convergência cultural, para Hohlfeldt (2006, p. 21), justifica o fato de que “a bibliografia disponível, seja ela argentina, uruguaia ou brasileira, termina por ser essencialmente a mesma” sobre o gaúcho. Aí reside, portanto, um dos fundamentos supranacionais do Prata, evidenciando-se que há aspectos culturais e históricos que fazem da atual região Platina (fragmentada politicamente), uma unidade cultural e

histórica, ainda manipulada por visões e intenções nacionalistas e nacionalizantes.

Não é obra do acaso o gaúcho ser, conforme Reichel e Gutfreind (1995, p. 57), “símbolo das nacionalidades argentina e uruguaia, bem como do regionalismo rio-grandense”. A percepção do Prata enquanto região ampla, de domínios internacionais, e mais que isso, associado a tendências e influências mais vastas, dá uma nova medida a sua compreensão. Para Hohlfeldt (2006, p. 21), ainda que haja variações sobre o agente *gaúcho histórico*, “elas não são tão essenciais que signifiquem outro tipo, e sim, no máximo, variação sobre aquela mesma humanidade”.

Portanto, é o gaúcho enquanto sujeito, o Prata enquanto espaço, e a economia pastoril enquanto sistema econômico, dimensões de aproximação da Argentina, Brasil e Uruguai, por mais que a produção historiográfica desenvolvida em perspectivas nacionalizadas aponte para a direção contrária.

A atividade pecuarista da Região Platina

A pecuária enquanto sistema produtivo hegemônico do Prata incidiu sobre a sociedade em segmentos centrais e periféricos. Associada a outras atividades e situações, a estruturação econômica da região fomentou sistemas sociais e culturais contribuindo com significativa parcela da identidade regional, que foi posteriormente absorvida e reproduzida pelos Estados nacionais.

A pecuária nasceu no Prata juntamente com a presença do europeu na região. A ação de portugueses e de espanhóis colaborou para a formação da primeira riqueza mercantilizada dessa espacialidade: o gado. Interessados primordialmente no couro, na primeira fase econômica da região, as Coroas Ibéricas reavivaram seu interesse pelo pampa.

Historicamente, o desenvolvimento da pecuária teve grande estímulo a partir de 1634, quando da introdução de representativos rebanhos que, em estado de abandono, reproduziram-se e espalharam-se pelo espaço do Prata, originando grandes rebanhos denominados, segundo Reichel e Jochins (1996, p. 113), “de Vacaria do Mar (Uruguai) e Vacaria dos Pinhais (norte do Rio Grande do Sul), chegando a possuir cinco e um milhão de cabeças, respectivamente”.

A existência destes rebanhos no Prata exerceu forte atração ao trabalho e à modelagem da sociedade. Economicamente relevante, a extração de couros também se pronunciava socialmente, já que

Os couros, sebo e graxa destinavam-se essencialmente à produção local. [...] Eles tinham inúmeros fundamentos e usos. [...] Matéria – prima fundamental do artesanato, das manufaturas e, mais tarde, das indústrias europeias, o couro tornou-se, desde fins do século 18, um dos poucos produtos exportados abundantemente desde o Prata (MAESTRI, 2009, p. 54).

A ampla aplicabilidade dos subprodutos de origem animal encontrava mercado tanto na esfera local, inicialmente; quanto internacional, oferecendo, desse modo, bases para a construção social. A exploração dessa riqueza que, inicialmente, deu-se de forma espontânea, para mais tarde ser duramente regulada, criou distinções sociais do mesmo modo que conduziu a organização do espaço, em termos econômicos, sociais, culturais e políticos.

A esse exemplo, temos que quando a pecuária mostrou-se como a mais rentável atividade, o Estado colonial não tardou a intervir monopolizando “as terras e o gado para garantir a extração de impostos e privilegiar os seguimentos sociais dominantes” (MAESTRI, 2009, p. 63), denotando a relevância desta atividade à sociedade. Os condicionamentos sociais, as regras, simbologias, hábitos e costumes daí originados e outros

relacionados, formaram um conjunto de signos identificadores do Prata enquanto região, por ser uma tendência interna ampla.

A formação das estâncias

O grande número de vacuns e a exploração descontrolada motivada pelo comércio lícito ou ilícito não preocupava (inicialmente) muitos daqueles que a esta atividade se dedicavam. Entretanto, a valorização da pecuária criou uma nova situação, onde, segundo Reichel e Jochins (1996, p. 120), “quanto mais crescia a importância econômica da pecuária, mais aumentava a preocupação [...] com a propriedade do gado”. Dessa forma, a preocupação com a preservação dessa riqueza ganhou espaço junto às autoridades locais.

O fenômeno das estâncias, remete a esse momento da sociedade platina. Para Maestri (2009, p. 80), “a escassez de gados alçados, no contexto da expansão do mercado europeu, ensejou as primeiras estâncias de criação de gado no Prata”. Dessa forma, as estâncias de criação de gado constituíram uma nova fase da atividade pecuária neste espaço, com desdobramentos sobre as populações locais.

De forma complementar, Hohlfeldt (2006, p. 27) reconhece que “o desenvolvimento de grandes estâncias ao redor de montevideu – no Uruguai – de Buenos Aires e de Santa Fé – na Argentina – e de Pelotas e de Porto Alegre – no rio Grande do Sul (Brasil)”, potencializando e coordenando o desenvolvimento do espaço e a conformação social e cultural. Percebe-se, nesse fator, a formação de estâncias como unidades de produção, entre outras condições, um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento econômico regional.

O impacto social desse processo no Prata é uma dimensão relevante de sua configuração. A formação das estâncias

engrena um processo de privatização de terras e rebanhos que conduziu as populações subalternizadas (não proprietárias), aos estigmas da marginalidade. Para Maestri (2009, p. 80), “a transição da atividade extrativista para a produtiva [...] colocava a questão da propriedade dos gados, delimitadas pelas fronteiras dos territórios ocupados” e pelos limites das estâncias estabelecidas.

Viram-se acentuadas, dessa forma, as características da sociedade colonial com maior eco às diferenciações entre proprietários e não proprietários, e entre território luso e hispânico. Enquanto a segunda questão revestia-se de interesses geopolíticos, para Reichel e Jochins (1996, p. 177, 178), a primeira questão revestia-se de interesses sociais, pois

A maior parte da população [...] constituía-se de despossuídos. [...]. Muitos deles viviam à margem desse sistema social, preferindo retirar o seu sustento da caça individual ao gado, de onde comiam a carne e vendiam o couro ilegalmente. Na sua maioria, eram mestiços e índios.

Os despossuídos compunham uma classe heterogênea quanto à origem de seus membros, mas homogênea quanto ao espaço que deveriam ocupar na sociedade colonial. Aos não proprietários restava o ajustamento como mão-de-obra na pecuária, ou então, a marginalização total. Essa marginalidade excludente estigmatizava os não proprietários de tal modo que os registros historiográficos os identificavam como ladrões e vagabundos dos campos – enquadrados na classe de *gaúchos*, que resistiam à submissão ao modelo econômico que impunha a sua proletarianização.

A integração do modelo econômico platino colonial e nacional, conforme Reichel e Jochins (1996, p. 128-132) passou

a exigir uma parcela de mão-de-obra sedentária [...], [além] de escravos. [...] Também eram contratados trabalhadores temporários. [...]. A grande maioria dos trabalhadores sazonais eram homens que viviam nos campos e que se utilizavam do gado selvagem ou do extraviado, [...] [tais como] charruas, pampas e minuanos.

A estância foi um sinal de transformação da sociedade platina. Representou, em linhas gerais, a privatização do gado, a valorização da terra na região e a submissão dos não proprietários às classes hegemônicas e seus interesses, demonstrando, conforme Reichel e Gutfreind (1995, p. 59), “maior preocupação com a propriedade do gado e depois com a terra”. Sua conformação, desse modo, manteve e intensificou uma relação verticalizada entre dominadores e subjugados.

Porém, uma condição social e cultural do Prata subsiste, com a mesma envergadura com que a economia platina foi marcada pela pecuária. Para Reichel e Jochins (1996, p. 133), aos “habitantes da campanha, de modo geral, não importava se realizavam a caça ao gado para espanhóis ou portugueses. [...] Não possuíam identidade pátria que ultrapassasse a pampa”. A cultura e a sociedade informal do Prata, como não reconheciam limites políticos, ou não reconheciam as convenções sociais platinas, sedimentou uma identidade una, dentro do plural; a conversão identitária e cultural, dentro da pluralidade de tendências.

O conceito de *pátria*, ao que parece, era uma abstração aos despossuídos e um fator circunstancial às elites. Contudo, a inexistência de uma identidade a essa comunidade é um equívoco, pois mesmo fora dos parâmetros constitucionalizados, o ser humano ainda se reconhece como algo, e é por isso que ofereceu resistência às tendências hegemônicas, fossem elas locais ou globais.

Considerações finais

A região é um elemento que possui *a priori* sua fundamentação no espaço, sem, contudo, ser compreendido necessariamente como o local de ocorrência de aspectos físicos ou naturais determinantes. É a região, espaço da ação do homem que vai além de sua dimensão física, pois é uma construção, tanto da sociedade ali sediada, quanto do recorte metodológico.

O Prata, tomado como região, compreende um espaço particularizado, inserido em outro mais alargado, marcado por uma produção cultural convergente e comum a diferentes pontos do espaço que hoje esta politicamente fragmentado. Nesse sentido, a sua ocupação e o aproveitamento de suas potencialidades naturais foram elementos que humanizaram o espaço, proporcionando uma dinâmica sociocultural particularizada quando comparada com outras áreas de ocupação ibérica na América.

Nesse quadro, a economia pastoril insere-se como um vetor de aproximação de diferentes pontos desta região ao mesmo tempo em que orienta sua construção sociocultural. Portanto, em vista dos elementos históricos, culturais, sociais e econômicos que marcam a região, sua cisão se deu por questões políticas e a partir de uma ótica nacionalista.

Referências

ARDENGHI, Lurdes Grolli. *Caboclos, ervateiros e coronéis: luta e resistência no norte de Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especializações e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, Rogério Haesbaert da; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

DOLLFUS, Oliver. *O espaço geográfico*. DIFEL, São Paulo, 1975.

DOBERSTEIN, Arnoldo. Escalada, Caringí e o gauchismo na estatuária. In: CLEMENTE, Elvo (Org.). *Integração: artes, letras e história*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloísa Jochims. *As raízes históricas do Mercosul: a Região Platina Colonial*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1996.

_____. *Fronteiras e Guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos do MERCOSUL. In: STROHAECHER, Tânia Marques et al. (Org.). *Fronteiras e espaço global*: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1988, p. 59-68.

HOHLFELDT, Antônio. O gaúcho: tipo social de tríplice representação. In: MARTINS, Maria Helena; CHIAPPINI, Ligia (Org.). *Cone Sul: fluxos, representações e percepções*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 19-71.

KERN, Álvaro. *Culturas platinas de ontem e hoje*.; PROPRATA – Programa de pesquisas interdisciplinares da região platina oriental. Disponível em: <<http://proprata.com/culturas-platinas>>. Acesso em: 25 out. 2010.

MAESTRI, Mário. Práticas corambreras na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo (Org.). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros*: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 51-96.

MORAES, Antonio Calos Robert. Território, região e formação colonial: apontamentos em torno da geografia histórica da Independência brasileira. In: *Ciência e Ambiente*/Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Nº 33 (jul./dez. 2006).

NEVES Erivaldo Fagundes. *História regional e local*: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade. Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador: Arcádia, 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico - conceituais. *Revista de História: Debates e tendências*. V. n. 1, Passo Fundo, junho de 1999, p. 15-21.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*: civilização e barbárie no pampa argentino. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto. 2005.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: Revista de História de Juiz de Fora*. Vol. n. 01 (jan./jun. 1997, p. 84-97).

Parte III

SUDOESTE DO PARANÁ: A construção de uma região

O Sudoeste do Paraná e o processo de ocupação / construção regional

Denílson Sumocoski¹

No Brasil, a região do Sudoeste do estado do Paraná teve seu processo de ocupação oficializado em 1943 com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório - CANGO. Esse é o marco que a historiografia tradicional usa para explicar o início da efetiva colonização. Porém, faz-se necessário dizer que antes mesmo do marco da ocupação, esta região já era habitada por uma população tradicional, denominada de índios e caboclos.

O processo de migração dos descendentes europeus para a região foi amplamente apoiado pela igreja católica, assim como pelo governo federal brasileiro de Getúlio Vargas que intensifica a ocupação regional a partir da política nacionalista do Estado Novo.

¹ Mestrando do Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, bolsista da CAPES, professor de história da rede pública estadual de ensino no Paraná, vinculado à cidade de Pato Branco, e professor de história e sociologia do Colégio Águia. E-mail: *denilsonche@hotmail.com*

A discussão historiográfica existente para a região está situada entre duas tendências: uma parte da ideia de que é o migrante o responsável direto pelo progresso e desenvolvimento regional, sendo ele o fundador do espaço; a outra considera a existência de índios e caboclos antes mesmo da ocupação oficializada da região.

A proposta desse capítulo consiste na apresentação dessas tendências historiográficas assim como demonstrar a influência do Estado federal e da igreja católica no processo de construção regional.

O mito do vazio demográfico na ocupação do Sudoeste paranaense

A percepção historiográfica da colonização da região Sudoeste do Paraná deve ser compreendida em duas vertentes antagônicas, onde ambas descrevem a ocupação da região. A consequência direta desse fenômeno historiográfico está certamente vinculada ao fato de que a região Sudoeste paranaense é um emaranhado étnico, composto de diversas etnias. A comprovação pode ser encontrada no trabalho de Vera Lúcia Fregonese Barros (1980), ainda em sua dissertação, ao afirmar ser essa região um “núcleo de colonização formado por elementos civis e militares de várias origens étnicas”.

Na apresentação de ambas tendências historiográficas, a primeira corrente de estudiosos entende que o imigrante europeu que chegou ao Sudoeste seria o responsável direto pelo desenvolvimento da região, que até então se encontrava em atraso e distante do progresso tão necessário pregado pelas forças governamentais e a igreja católica.

Essa mesma corrente, a partir disso, buscou a todo custo homogeneizar a região Sudoeste como uma terra singular, um espaço onde existiriam pessoas com características empreende-

doras para o trabalho e em busca do progresso, pautadas pela fé católica e com uma moral construída sob uma identidade a ser consolidada na recente formação regional. Essa primeira tendência desconhece a existência dos habitantes tradicionais da região.

Para uma geração de estudiosos posterior a essa primeira tendência, destaca-se a necessidade de entender a existência de grupos étnicos que ali já habitavam antes mesmo da chegada dos migrantes de descendência europeia na região, com seu modo de produção capitalista. Diferentemente do branco colonizador, os indígenas e os caboclos, por questão cultural, não entendiam a necessidade de desbravamento e de acumulação de excedentes.

Esta segunda corrente defende atualmente que os primeiros habitantes da região não devem ser compreendidos como menos importantes, tampouco renegados pela história local, que tentava e tenta menosprezar e ocultar as suas contribuições no contexto histórico-cultural, bem como na existência de remanescentes na região.

Dentre os que escreveram sobre a ocupação do Sudoeste paranaense, pelo primeiro grupo, destacamos L. R. Corrêa (1970, p. 88), quando citou que “o Sudoeste paranaense era uma região até então vazia ou esparsamente povoada, em grande parte por somente caboclos”. O autor ainda em sua obra apontou que a população existente antes da colonização era de apenas 0,5 habitantes por quilômetro quadrado, desconsiderando assim a população indígena que habitava a região antes da colonização dita oficial.

Uma proximidade com a visão de menosprezo do índio e a supervalorização racial do migrante de origem europeia é apresentada por Nancy Stepan (2005), quando a autora comenta em sua obra a existência da política da *eugenia* no Brasil e em alguns países da América Latina. Essa publicação está se referendando à política da eugenia em um âmbito maior, mas

também foram protagonizadas na colonização do Sudoeste paranaense. A pesquisa eugênica em nível de Brasil é feita durante o período do Estado Novo, análogo cronologicamente ao projeto de colonização do CANGO. Nancy assim define a política da eugenia para:

Os poucos índios e negros puros remanescentes estavam desaparecendo... porque a seleção, tanto natural quanto social, trabalhava contra os tipos inferiores e porque as altas taxas de mortalidade e a baixa reprodução entre eles diminuía sua participação na população. Enquanto isso, os imigrantes brancos eram vistos como meio próprio para aumentar rapidamente a proporção de brancos, ao passo que os cruzamentos entre mulatos e brancos favoreciam um contínuo branqueamento em virtude da superioridade biológica dos brancos e do fato de que mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles mesmos (STEPAN, 2005, p. 166).

Outra constatação quanto à escassa e esparsa ocupação da região Sudoeste é feita por Wachowicz (1985, p. 65), quando o autor menciona que, “no início do século XX, o Sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira Argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes”. Na mesma obra, para qualificar a importância do elemento sulista de origem europeia, o autor demonstra depreciação e o encobrimento das populações tradicionais. Wachowicz aponta que no Sudoeste do Paraná “quase 100% da população é formada pelo elemento gaúcho, catarinense e paranaense” (Idem, p. 230).

Os apontamentos feitos pelo autor são de total menosprezo para com a população tradicional da região, pois, certamente, o cálculo feito pelo autor quanto ao total da população não incluía caboclos e índios. Visto que, no decorrer de sua obra, Wachowicz constantemente apresenta um novo número de

habitantes para a região Sudoeste, porém sempre excluindo as populações tradicionais.

Uma estudiosa da questão da ocupação do Sudoeste do Paraná, importante referência regional, é Iria Zanoni Gomes (1986, p. 15), que, em sintonia com os demais autores regionais da primeira escola historiográfica, descreve que,

iniciado na década de 40, intensifica-se na década seguinte com migrantes gaúchos e catarinenses, descendentes de europeus... Estabeleceram-se, na região, de forma espontânea, pela ocupação pura e simples de terras devolutas.

O discurso naturalista da autora chama a atenção pelo fato de desconhecer o financiamento e incentivo do governo federal para concretizar a ocupação regional.

Em sua obra, ainda enfatiza sua descendência e um saudosismo é apresentado ao leitor “gaúcha, tendo minha família migrado para Francisco Beltrão” (GOMES, 1986, p. 11).

O que propomos com essa referência feita pela autora não passa de uma provocação a possíveis novas pesquisas para buscar a existência ou não de uma tendência a escrever o projeto de ocupação de uma região, já que parte de sua família está no lado de quem se intitulou responsável pelo desenvolvimento regional. Isso está apenas no campo das hipóteses e claramente deve ser vistoriado com maior atenção.

Outro estudioso dessa corrente que aponta os migrantes como responsáveis pelo progresso e despreza a presença das populações tradicionais é Hermógenes Lazier (1998, p. 29-30). Esse autor aponta que

No início do século, existiam poucos povoados na região. Um deles, denominado Canela, teve início em 1919, sendo elevado à categoria de Distrito Judiciário em 1927, com a denominação

de Bom Retiro, onde encontra-se hoje a sede do município de Pato Branco. Existiam desde 1903 os povoados de Barracão e Santo Antonio na fronteira da Argentina. Desde o início do século existia, também, o povoado de Santana. Outro núcleo populacional era Campo-Erê, na divisa entre o Paraná e Santa Catarina.

Também outra obra de cunho memorialista é escrita por Vidio Nicolau Inácio (2006), descendente de migrantes que vieram para a região no início do século XX. Nela o autor descreve a vinda dele ainda criança e de toda sua família: “Ao chegar ao Sudoeste, as terras eram cobertas de pinhos e que compraram uma área de 80 alqueires por cinco mil conto de réis, ainda que chegaram à região de carroça” (INACIO, 2006, p. 13).

Nos chama a atenção na descrição do autor é que ele não menciona quem eram os antigos moradores da região, assim como não aponta quem eram os proprietários iniciais dessas terras, já que ele se refere à compra no sentido mercantil do termo. Na sequência de sua descrição laudatória, Inácio comenta que, “foi assim que os primeiros moradores habitaram o Sudoeste do Paraná, que era todo sertão de terras devolutas” (Idem, p. 14). É possível encontrar, assim, a descrição da supremacia migrante quando discorre sobre a chegada na região, como salientado pelo autor as terras eram “devolutas”.

Da mesma forma, é possível constatar outro equívoco que este estudioso comete nas páginas seguintes, quando comenta, “para mim, os primeiros moradores que fundaram a região foram os caboclos, vindos de outras regiões e até de outros estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina” (Ibidem, 38).

Para concluirmos a primeira corrente historiográfica, as considerações feitas pelo professor Sittilo Voltolini na obra *Retorno I-As origens de Pato Branco* (2005). Nela, quando fala sobre a ocupação das primeiras famílias na região, faz da seguinte maneira: após realizar entrevistas de cunho memorialistas com

os *pioneiros*, transportava-as de maneira direta para seu livro, sem mesmo problematizá-las.

Dessa obra, um exemplo que citamos é a entrevista realizada com o Sr. Osório Prates. Sua fala é direcionada sobre as primeiras famílias que vêm ao Sudoeste:

Além das famílias dos Pintos... As mais antigas que já estavam aqui quando meu pai veio para cá em 1922... Lembro bem os Venâncios...e, na mesma época, bateram por aqui também os Chirutta; Pedro Luis da Silva; a família de Campos, a família de Souza Machado; a família Vacariano (VOTOLINI, 2005, p. 102).

Assim, consideramos que os apontamentos vistos até aqui demonstram a clareza que os mais variados autores tiveram ao produzir uma história vista *de cima*, sobre o prisma do vencedor. Em nossa opinião, obras apresentadas da primeira corrente têm sim um valor inestimável e muito contribuíram para o estudo da região. Porém, devemos salientar que essas obras, como vimos, apresentam problemas teóricos e metodológicos os quais comprometem atualmente a sua utilização.

Foi possível perceber isso quando uma nova corrente de historiadores iniciou pesquisas, daí foi possível uma nova perspectiva.

Essa mudança de tendência na historiografia regional ganhou outra dimensão na década de 1990, quando os pesquisadores voltados à história cultural passaram a analisar as perspectivas históricas regionais por uma análise mais problematizada, ao abordarem a preexistência e a negação da presença das populações tradicionais pelos migrantes colonizadores.

Esses estudiosos, então, passam a demonstrar uma maior preocupação com a versão histórica dos vencidos, sendo esta produção historiográfica apresentada a seguir.

Ao analisarmos a obra de Michel de Certeau e compararmos com a questão do Sudoeste do Paraná, é possível entendermos que a construção cultural da região Sudoeste tem sido dinâmica e cíclica, pois, para Certeau (1994, p. 44), “a figura atual de uma marginalidade não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade de massa; atividade cultural dos não produtores de cultura, uma atividade não assinada, não legível”.

Para esclarecer a proposta, mais do que nunca as pessoas que até outra hora eram anônimas do processo de construção da história, contemporaneamente têm ganho uma incrível projeção e visibilidade no campo da produção enquanto agentes históricos. A referência feita está centrada nos agentes diretos que irão propiciar a construção dessa vertente historiográfica até então recente para a região.

A segunda corrente da historiografia regional aponta para a necessidade de entendermos a importância e contribuição deixada pelos indígenas e caboclos para a construção histórica da região. Como principais expoentes, podemos destacar Paulo Langer Protasio, Aruanã Antonio dos Passos, Marcos Leandro Mondanaro, Jaime Stockmann, Lindomar Boneti entre tantos outros.

O historiador Paulo Protasio, quando se refere à existência dos indígenas na região do Sudoeste paranaense, é enfático:

Por um lado, a presença indígena é negada, depreciada e minimizada e, por outro, impossível de ser ocultada. É como se colocássemos porta afora um ser indesejado que, ao invés de desaparecer, insistisse em rondar a ex-casa e marcar sua presença incômoda nos alpendres e interstícios donde não o conseguimos desalojar. Com essa metáfora se pretende assinar que a história escrita pelo prisma do colonizador não conseguirá se desvinciliar das alteridades que o antecederam, muito embora queira escamoteá-las (PROTASIO, 2007, p. 73).

A constatação da presença dos habitantes tradicionais na região antes da colonização dita *oficial* também é apontada pelo autor Jaime Stockmann (p. 125), quando “os índios, nos primeiros contatos com o branco, sofrem impactos em seu modo de vida, muitas vezes danosos e totalmente irreversíveis”.

Outra nova comprovação sobre a existência das populações tradicionais antes da colonização oficial empreendida pelo governo federal pode ser constatada através da afirmação do autor João Feres (1990, p. 497), quando salienta que “a maioria dos caboclos do Sudoeste paranaense possuía entre cinco e sete alqueires de terras. Viviam em ranchinhos, entre as décadas de 1920 e 1930, casas de chão batido”.

No mesmo sentido destaca-se a contribuição de Mariela Dias Flores e Lucinéia Cunha Steca (2002, p. 67), quando se reportam à presença cabocla na região:

No início da república, na economia da região Sudoeste do Estado, predominavam o cultivo de ervais e a extração de madeira, acompanhadas por uma pequena cultura de subsistência, que era destinada somente a atender às necessidades dos caboclos que as produziam.

Também o estudo de Nilza Maria Schmitz (2005) apresenta preocupações quanto à historiografia anterior em desprezar a presença dos habitantes tradicionais da região. A autora se encaixa nessa segunda corrente historiográfica ao destacar que

embora numericamente reduzidos, caboclos e uns poucos índios não podem ser excluídos, uma vez que ocuparam este espaço. Desse modo, a ocupação inicial através de deslocamentos populacionais corresponde à destruição do território indígena e caboclo, configurando novas e diferentes formas fundiárias (SCHMITZ, 2005, p. 94).

Outro historiador, Rodrigo Kummer (2010, p. 108), apresentou que “os caboclos não estavam inseridos no contexto de produção capitalista, não estavam preparados para a cultura do trabalho, da acumulação”.

Nessa mesma visão, Marcos Leandro Mondardo (2008, p. 14-16) aponta que,

a falta de habilidade, por parte dos caboclos, no trato com as relações mercantis e ainda o poder dominante do padrão cultural dos migrantes, foram os fatores responsáveis para a expulsão cabocla do Sudoeste paranaense [...] fica evidente que é a partir do desdobramento do evento capitalista que a sociedade cabocla foi sendo reduzida.

Em consonância com a descrição feita por Kummer e Mondardo, o já citado historiador Protasio conclui o pouco interesse demonstrado por forças governamentais, pelo fato de que estas populações tradicionais não faziam parte dos planos governamentais:

Sem duvida é essa a lógica que impregna os clichês pseudo-científicos de “vazio demográfico”, “terra de ninguém”, “mata virgem”, “ocupação sorrateira” etc. As terras ocupadas por índios e caboclos são vazias, na perspectiva jurídica, por não estarem povoadas por indivíduos que correspondam às exigências de ocupação e exploração da terra. Valores e práticas coletivas e consuetudinárias como o trabalho, o consumo e o usufruto do território não fundamentam direitos, na ótica constitucional do colonizador (PROTASIO, 2007, p. 88).

Como ideia complementar à apresentada anteriormente, de que o caboclo não estava inserido na acumulação de riquezas e que o mesmo não entendia as amarras do sistema capitalista, outro estudioso regional, Néri França Fornari Bocchese (2004, p. 46), lembra que, “na região Sudoeste, o caboclo posseiro

vendia a sua terra ao migrante vindo do Sul”. Em continuidade a esta explanação, Bocchese diz que “quando os gaúchos, os compradores do Sul, como eram chamados, começaram a chegar em Bom Retiro, foram recebidos com festa pelos caboclos” (Idem, p. 57).

Motivação pela qual sua imagem ainda é depreciada em nível de região, como se este caboclo não tivesse ajudado efetivamente no processo de construção da região. Porém, estes autores apresentam a existência desse grupo social antes mesmo da colonização tida como *oficial*.

Outra contribuição dada com referência ao esquecimento das populações tradicionais e à supervalorização do migrante sulista, é feita com enorme clareza pelo historiador Aruanã A. dos Passos (2009) em seu estudo dissertativo, que também desenvolveu parte de sua pesquisa acerca da colonização da região:

Vemos que por se tratar de uma região em que predominava a economia de subsistência, os diversos discursos sobre a região, principalmente aqueles laudatórios à migração de origem europeia, como de Ruy Wachowicz, desprezaram ou ignoraram a população original (caboclos e indígenas). Mas não apenas os discursos produzidos por essa historiografia, também os governos, que não estabeleceram políticas públicas para a incorporação daqueles habitantes na economia do Paraná, daí então uma das explicações para o processo de estigmatização desses habitantes que perpassa tanto o discurso historiográfico quanto a prática jurídica (PASSOS, 2009, p. 35).

Na intenção de definir esta segunda corrente de estudiosos, a contribuição do pesquisador Antônio César Bochenek aponta claramente a usurpação feita por parte dos migrantes à região Sudoeste do Paraná com relação aos habitantes que já se encontravam nessa região, assim descreve o autor.

A *prosperidade* da sociedade brasileira foi construída na base da usurpação violenta dos territórios originários dos povos indígenas e com recursos provenientes da exploração dos escravos. Esses povos foram, durante séculos, vítimas do descaso e invisibilidade por parte do Estado e seus agentes e também pela sociedade. Não foram raras as vezes que o sistema judicial atuou na contramão da justiça social, a favor das elites neocoloniais e com resultados trágicos e nefastos para com os sistemas coletivos de produção e vida, principalmente contra os índios e negros que tiveram suas culturas depreciadas e não valorizadas (BOCHENEK, 2010, p. 8).

Assim, em linhas gerais, na segunda tendência historiográfica, é possível partir do pressuposto de que a construção histórica realizada pelos migrantes pode não ser *verdadeira*, pois, segundo o estudo de Karen Aline Matté (2008, p. 29),

a busca pelo passado é frequentemente aos grupos que querem validar sua identidade. Geralmente, a história é referenciada para fortalecer laços imaginários que, de certa forma, são necessários à identificação coletiva.

Essa coletividade é presenciada no Sudoeste do Paraná como um constructo positivado e auxiliado pelas forças governamentais do período da ocupação dita *oficial*, pois não seria possível a esse migrante vir do Rio Grande do Sul e traçar uma cultura de modelo inédito, desconsiderando e nada aproveitando dos moradores que ocupavam a região, que foram apresentados pela segunda corrente historiográfica. A situação existente de fato nada mais foi do que uma reafirmação das diferenças existente entre os migrantes em relação aos índios e caboclos, já que a identidade está condicionada a construções e desconstrução, não sendo possível, assim, que o migrante delineie claramente quem ele é sem sofrer interferência do meio em que passou a habitar, nesse caso, a região Sudoeste.

A percepção final é de que existem, ainda hoje, duas tendências historiográficas, ou duas escolas que produziram a historiografia regional. Não cabe aos atuais e futuros pesquisadores regionais o julgamento de qual tendência pode ou não estar correta, tampouco cabe levantar incógnitas sobre a possível tendência política dos pesquisadores que realizaram os estudos regionais já publicados.

Não se está aqui desqualificando qualquer trabalho já produzido, mas apontando para um horizonte repleto de possibilidades de estudos, pois está em foco uma jovem região muito ainda a ser pesquisada no tocante às disputas de terras e ao processo oficial de colonização.

A formação do Sudoeste paranaense sob a ótica étnico-racial

A formação populacional do Sudoeste do Paraná precisa ser compreendida sob a ótica de duas instituições que demonstraram interesse no projeto de colonização, foram elas: a influência direta da *igreja católica* e a interferência do *Estado Federal*. Uma das comprovações que podemos destacar está pautada na preocupação existente com relação ao aspecto étnico racial dos migrantes que iriam ocupar a região. Esta primeira parte textual (interferência e preferência do Estado) pode ser percebida nas palavras do professor Sérgio Odilon Nadalin (2001, p. 74-75):

A proposta traduzia-se numa receita para o progresso, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e *tonificar*- leia-se *branquear* - tanto a *raça* brasileira como o trabalho... Realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do darwinismo social, buscando a integração na civilidade e no progresso ocidental pela via racial.

A intencionalidade demonstrada pela igreja católica em conduzir o processo de imigração por um viés racial é também apresentada pelo historiador Arthur Cesar Isaia (2009, p. 96), ao apontar que, “na primeira metade do século XX, a igreja católica ainda mantinha viva a leitura da história brasileira, cuja meta narrativa marcava a ascendência do catolicismo e de um construído português *branco e civilizado*.”

Isaia ainda aponta para o fato de que, no Brasil, “tivemos que enfrentar a miopia das elites que se queriam brancas e europeizadas [...] essa miopia chega aos nossos dias, com o preconceito religioso e racial longe de ser apenas história” (Idem).

Essa perspectiva do preconceito racial e religioso encontrada no Sudoeste do Paraná em relação às populações tradicionais, antes da chegada dos migrantes e do projeto de colonização agrícola, é vista também no trabalho de Stockmann (2001, p. 127). Ao se referir à questão indígena regional, aponta que

o colonizador não se contentava apenas em destruir fisicamente os indígenas, mais ainda cuidava de submetê-los moralmente, não lhes deixando o mínimo de dignidade. Os colonos se apropriavam de seus territórios sem complexos de culpas.

Stockmann vai além quando afirma a atuação da igreja católica como maior interessada em desqualificar a religiosidade indígena para, assim, vangloriar suas concepções religiosas, uma cobertura ideológico-religiosa de maneira forçada. Assim esclarece o autor: “Podemos perceber claramente que os interesses da sociedade eram os de explorar o indígena da melhor forma possível, e muito bem assessorados pela igreja, à qual cabia o papel de domesticação do índio” (Idem, p. 133).

Em consonância com a discussão sobre a afirmação da igreja católica como interessada direta no Sudoeste paranaense, após a colonização oficial, está Pierre Bourdieu (2003, p. 34-39)

que define que “a aparição e o desenvolvimento das grandes religiões universais estão associados à aparição e ao desenvolvimento das cidades”. Nesse aspecto, é possível perceber que, após a consolidação dos primeiros núcleos urbanos na região, concorreu a presença e intervenção da igreja.

A autora Nancy Leys Stepan (2005, p. 117) aponta a existência da eugenia no Brasil durante as “décadas de 1920 e 1930, o discurso sobre gênero e raça ficou cada vez mais ligado ao discurso sobre nação. Frequentemente, a eugenia tem sido vinculada ao nacionalismo”.

Esse período apontado pela autora está relacionado ao início do modelo político do Estado Novo, onde as discussões se acaloravam em torno da construção de uma identidade para o Brasil, um sentimento de nacionalismo. A autora ainda apresenta que, “a grande imigração branca para a região sul, menos negra, do Brasil, na última década do século XIX e nas duas primeiras do século XX, desempenhou importante papel, sugerindo às elites que a negritude seria transformada em branquidade (Idem, p. 166).

Esse fenômeno apresentado pela autora foi de nítida visibilidade na região Sudoeste, pois, como já mencionado no texto, as populações que possuíam características, traços étnicos negros, foram rejeitadas pelas forças governamentais e religiosas que iam se implantando no Sudoeste paranaense.

Ainda com relação à política do Estado Novo pregado por Vargas, a posição de Stepan é entendida de forma clara e muito específica ao se referir a esse período, quando cita que

O exemplo mais interessante de como a eugenia se entrelaçou com o Estado Novo na década de 1930 diz respeito às formulações de raça e nacionalidade... O regime Vargas foi marcado pelo desejo de criar uma “consciência homogênea

de nacionalidade como base da vida política e social”. Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para criar tal consciência, mobilizar o patriotismo, gerar um sentido de unidade nacional e aplinar as “disparidades étnicas” (Ibidem, p. 174).

Esse sentimento pregado tanto pelo Estado como pela igreja de que o colonizador de origem europeia deveria se apresentar como alguém que possui uma cultura diferenciada, é apontado pelo autor Sérgio Odilon Nadalin (2001, p. 13) quando menciona que “é preciso aduzir que a maior parte dessas migrações de ocupação foi historicamente decorrente de algum tipo de superioridade do colonizador”.

Entretanto, essa perspectiva de que possa existir uma cultura superior é negada explicitamente por Peter Burke (2005, p. 78), quando aponta que “a identidade social está na diferença, e a diferença é afirmada contra aquilo que está mais perto, que representa maior ameaça”.

Nesse mesmo aspecto, relativizando ao caso paranaense, a noção de ameaça sentida pelo colonizador foi imediatamente controlada pelo Estado assim como pela igreja católica, os quais passaram a pormenorizar a pre-existência das populações tradicionais na região.

Essas populações, além de não estarem dentro da leitura do capitalismo, de que a região Sudoeste *necessitava* segundo perspectiva governamental, no momento de sua ocupação, tampouco possuíam características raciais favoráveis, pois eram negros ou mestiços. Isso é apresentado por Nadalin, da seguinte maneira:

Não era só o negro mau, bruto e violento; toda a população mestiça não era confiável e, em decorrência, não tinha condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais de colonização e conquista do território nacional. Além disso, o negro – representante de um sistema que deveria ser extirpado – era igualmente criticado como culpado do aviltamento do trabalho,

inepto às tarefas importantes, tão necessárias naquele momento. O negro, o indígena...os mestiços! (NADALIN, 2001, p. 74).

Outro aspecto que trazia também à discussão eugênica, presente no Brasil do Estado Novo, além do progresso pela via racial, era o de delimitar as fronteiras e ainda trazer o *hetos* europeu civilizado, fato que foi percebido em todo o Paraná e com ênfase na região Sudoeste a partir da criação da CANGO.

Assim, utilizamos as palavras de Nadalin para finalizar esta exposição sobre a eugenia apontando que, “realmente, o Paraná trabalhou no paradigma do darwinismo social, buscando a integração na civilidade e no progresso ocidental pela via racial” (Idem, p. 75).

Considerações finais

Ao apresentarmos a região Sudoeste do Paraná, podemos constatar a influência e os interesses tanto do Estado quanto da igreja católica, visto que a construção da figura do migrante foi pautada sobre o prisma do progresso e do desenvolvimento tão divulgado pela historiografia tradicional para a região.

Referências

BARROS, Fregonese Lúcia Vera. *A colônia militar chopim 1882-1909*. (Dissertação de mestrado). Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1980.

BOCCHESE, Néri França Fornari. *Pato Branco, sua história, sua gente*. História de Pato Branco. Pato Branco: Imprepel, 2004.

BOCHENEK, Antônio C. As viagens insólitas até às populações tradicionais: Análise do projeto “Expedição da cidadania” nas comunidades indígenas Tekoha Ocoy, Tekoha Anetete, Tekoha Itamarã. *Revista eletrônica dos programas de mestrado e doutoramento do CES/ FEUC/FLUC*. n. 4, p. 1-14.

Disponível em: <<http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n4/ensaios.php>>. Coimbra: 2 out. 2010.

BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORRÊA, L. R. O sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n. 01, 1970.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERES, João Bosco. Propriedade da terra. *Opressão e miséria-O meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: cedla, 1990.

FLORES, Mariléia Dias; STECA, Lucinéia Cunha. *História do Paraná*: do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. UEL, 2002.

GOMES, Zanon Iria. 1957 *A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar, 1986.

KUMMER, Rodrigo. Construção histórica da região Oeste de Santa Catarina: A supremacia do projeto colonizador. In: SCHNEIDER, Cláides R; SILVA, Cleverton L. *História*: traços de cultura e memória. Francisco Beltrão: Grafisul, 2010.

INACIO, Vídio Nicolau. *A colonização do Sudoeste*: uma história, uma vivência. Pato Branco: FADEP, 2006.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

MATTÉ, Karen Aline. *Prazeres velados e silêncios suspirados*. Sexualidade e contravenções na região colonial italiana (1920-1950). (Dissertação de mestrado). Programa de pós-graduação em história da pontifícia universidade católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Paraná*: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

PROTASIO, Paulo Langer. Conhecimento e encobrimento: o discurso historiográfico sobre a colonização eurobrasileira e as alteridades étnicas no Sudoeste paranaense. *Diálogos*, Maringá, v. 11, n. 3, out. 2007.

PASSOS, A. A. dos. *História de sangue e dor*. Crimes passionais no sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Trad. Paulo. M. Garchet. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STOCKMANN, Jaime. Colonização e integração kaingang na sociedade paranaense. *Anacleto*. Guarapuava, v. 2, n. 1, jan./jun., 2001.

SCHMITZ, Nilaza Maria Hooinat. *Povoamento, trabalho e luta: a questão da terra no Sudoeste do Paraná 1943-1962*. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em História, pela Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2005.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 1*. Origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero- técnica, 1985.

Sudoeste paranaense: **Sob a égide da geopolítica, segue a** **marcha *civilizacional***

Leomar Rippel¹
Ronaldo Zatta²

Tanto em conversas informais, quanto na maioria da historiografia regional a que tivemos acesso, percebemos o equívoco de considerar o Sudoeste do Paraná, até meados do século XX, um imenso vazio demográfico. Nesse sentido, percebemos que as análises sobre o Sudoeste paranaense focaram sua atenção quase que exclusivamente no período que tange a colonização oficial da região a partir da criação da CANGO³.

O espaço de tempo supracitado foi concebido por muitos como sendo um imenso vazio demográfico ou espaço vazio, que, em verdade, era ocupado pelos índios kaingang. Essa ocupação

¹ Graduado em História e especialista em Metodologia do Ensino de História pela UNIPAR – Campus de Francisco Beltrão; mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: leomarripel@hotmail.com

² Graduado em História pela UNIPAR – Campus de Francisco Beltrão e mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF)

³ Colônia Agrícola General Ozório, criada em 1943, com objetivo de instalar na região famílias de agricultores provenientes principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

indígena não se restringia apenas ao recorte político conhecido como estado do Paraná, mas também São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando

esses índios que viviam em recesso nas matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina eram conhecidos como guainá, bugres ou botocudos, de língua kaingang. Alguns deles habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do Sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí e Palmas até o Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 1982, p. 10).

Pode-se compreender a dificuldade de pesquisar sobre os povos que habitavam o Sudoeste paranaense, anterior à ocupação considerada *oficial*, devido à falta de documentação disponível, pois a “documentação escrita reduz-se a alguns poucos relatórios de viagem e anotações dos comandantes das colônias militares fundadas na região durante o século XIX” (ABRAMOVAY, 1981, p. 19). Porém, entende-se que tais dificuldades não dão o direito de criar uma zona de sombra sobre a presença desses povos na região.

Neste sentido é que Antonio Michaelle reafirma a presença dos povos indígenas no território paranaense:

O atual Paraná, que até 1853 constituía a 5ª comarca de São Paulo, teve, como em quase todo o Brasil, uma população indígena pré-cabraliana relativamente das mais densas. Dizemos das mais densas, porque onde quer que desembarcasse ou por onde quer que penetrasse o interior [...], sempre era certo se lhe depararem numerosas populações indígenas, pertencentes às mais variadas tribos (MICHAELLE, 1969. v. 3, p. 13).

Amparados por este rol de afirmações é que frisamos a presença dos povos nativos nesta região que, em diversas loca-

lidades, apresentavam-se pelos toldos indígenas⁴. Na localidade de 16 de Novembro, hoje município de Pinhal de São Bento, e na de Jacutinga, pertencente a Francisco Beltrão, portanto, a presença indígena é inegável e atestada no Sudoeste do Paraná.



Inauguração da ponte sobre o rio Marrecas, onde Glauco Olinger (usando chapéu, está o administrador da CANGO) e Rubens Martins (o primeiro prefeito de Francisco Beltrão) recebem um considerável grupo de indígenas do Toldo de Jacutinga.

Fonte: Acervo da Secretaria da Cultura de Francisco Beltrão (PR), gentilmente concedida por Tânia Maria Penso Ghedin, 2011.

Outro equívoco cabível de desmistificação é a presença e a racionalidade econômica do caboclo no Sudoeste paranaense. Se por um lado percebe-se um reconhecimento maior de sua

⁴ Segundo o Dicionário Houaiss, “toldo indígena” é uma expressão regionalista do Sul do Brasil e indica um aldeamento indígena em processo de aculturação. Não sendo o caso, portanto, dos indígenas que habitavam o Sudoeste do Paraná, pois estes não estavam tutelados por uma autoridade legal nem missionária.

presença em relação aos indígenas na região, por outro atesta-se a falta de compreensão de sua racionalidade econômica e sua forma de apropriação da terra, fato que tem gerado muito preconceito em relação ao caboclo.

A presença cabocla no Sudoeste do Paraná, portanto, foi muito mais expressiva do que a história oficial gostaria que fosse. De acordo com Corrêa, em 1920,

O Sudoeste tinha aproximadamente 0,5 habitantes por quilômetro quadrado. Já em 1940 havia dois habitantes por quilômetro quadrado. Essa população fundamentalmente era constituída por um grupo social denominado de caboclos: “esses pioneiros anônimos eram de origem luso-brasileira, tendo sido genericamente conhecidos como caboclos pela ocupação de colonos que mais tarde ocupou a região” (CORRÊA, 1970, p. 88).

É interessante analisar não apenas a presença do caboclo no Sudoeste do Paraná, mas também diferenciar a racionalidade econômica e a forma de apropriação da terra pelo caboclo e pelo migrante, entendendo que estes fatores, embora não sendo os únicos, colaboraram sobremaneira para sua exclusão social. Para Boneti, os “migrantes normalmente de origem europeia, imbuídos de uma racionalidade utilitarista, tinham como meta a acumulação e a consolidação da propriedade privada”.⁵ Diferente do migrante, o caboclo não estava imbuído desta racionalidade utilitária, nem tinha como meta a acumulação e a concretização da propriedade privada da terra.

Passos define as

práticas com relação à terra e do encontro colono-caboclo somam-se a outros elementos para a nossa compreensão da relação desses sujeitos com o espaço colonial. O caboclo mantinha

⁵ BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: *Os caminhos da exclusão social* (Org. ZARTH, Paulo). Ijuí: Editora Unijuí, 1998, p. 92.

outra relação com a terra. Não era um sedentário completo. Ele mantinha uma relação sempre provisória com a terra que ocupava. Estabelecia, através de suas necessidades, um movimento de constante, mesmo que intermitente remigração (PASSOS, 2009, p. 28).

Os caboclos praticavam uma agricultura praticamente de subsistência, “esse sistema de produção cabocla, que privilegiava o estritamente necessário à sobrevivência” (BONETTI, 1998, p. 99). É importante frisar que o termo *caboclo* utilizado no discurso regional não se refere unicamente a um grupo social, nem diz respeito a um grupo étnico, portanto, é denominação feita por brancos, e não autodenominação. Muitas vezes, eram e ainda são caracterizadas como o *outro*, pela incapacidade de um desenvolvimento autônomo. Disso adveio o estereótipo de *preguiçosos*, por não ser considerado “apto ao trabalho”.

Devido às características econômicas e culturais próprias do caboclo, principalmente não tendo na propriedade o regime parcelar da terra, “fixar-se num lugar só seria, para o caboclo, aceitar uma queda na produtividade de seu trabalho quando nenhum tipo de pressão o obrigava a tal. Enquanto ele tem a mata pela frente, seria economicamente irracional que ele deixasse de cultivar na floresta virgem” (ABRAMOVAY, 1981, p. 34). A baixa densidade demográfica, segundo Abramovay, é uma das premissas necessárias para o funcionamento da economia cabocla (Idem, p. 19).

A vinda do migrante sulista para o Sudoeste do Paraná foi acarretada de contradições e refletiu consequências penosas para os povos que anteriormente habitavam este território. Com o processo de ocupação da frente pioneira⁶, levou à expulsão

⁶ A “concepção de frente pioneira compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos [...]. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à

dos primeiros habitantes que aqui se encontravam, sendo eles literalmente direcionados cada vez mais às regiões de mata, principalmente na divisa com Argentina, já que os descendentes de migrantes objetivavam os domínios das terras próximas a eles.

Para Boneti, os caboclos

pelo seu caráter nômade, mantinham num sistema de propriedade rudimentar... Esse aspecto fazia com que os caboclos fossem denominados, pelos migrantes, como “fazedores de posses”. Isso porque, segundo os migrantes, eles definiam a posse apenas instituindo limites de propriedade, construía uma infra-estrutura mínima e precária, depois a vendiam e continuava a caminhada mais para dentro da mata [...]. A chegada das relações mercantilistas de produção sempre representou um fator de expulsão dos caboclos de sua região (BONETE, 198, p. 99).

Mesmo o caboclo não tendo a mesma racionalidade econômica do migrante sulista, não significa que os mesmos não tinham relações comerciais entre si e com o mundo externo. De acordo com Lazier eles comercializavam “charque, farinha de biju, toucinho, porco e compravam sal, açúcar, querosene, pólvora, chumbo, caixas de bala, tecidos” (LAZIER, 1998, p. 30).

Outra atividade econômica regional que surge neste período, por volta da década de 1890, é a criação de porcos pelos safristas que adquiriam porcos magros junto aos seus vizinhos, para engordar, depois os transportavam a pé pelas picadas onde os comercializavam em diversas regiões, principalmente em União da Vitória, Guarapuava, Ponta Grossa e Jaguariaíva.

mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao lado das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (MARTINS, José de Souza). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 135-136.

Boneti explica como

safra, na região, o processo de engorda do porco solto na mata ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças ao capital disponível de seu vizinho, adquiria porcos magros e os juntava para engordar. No final da engorda, transportava-se a pé, pelas picadas na mata, os “enxotando” (BONETE, p. 103).

No entanto, no que tange aos interesses estratégicos de defesa do Estado brasileiro, as características econômicas e culturais do indígena e caboclo não cumpriram o papel geopolítico de contenção de um possível avanço argentino no Sudoeste do Paraná. Essa preocupação com as áreas de fronteiras nacionais ficou mais evidente a partir de 1930, de Getúlio Vargas ao poder, governo este com característica centralizadora e, principalmente, de preocupação com as áreas de fronteira com baixa densidade demográfica.

É nesse sentido que o governo Vargas, durante o ápice da centralização política administrativa, criou uma política de marcha civilizacional para o Sudoeste do Paraná, considerada uma região de segurança nacional devido à sua proximidade com a Argentina. Foram, então, deslocados para o Sudoeste grandes fluxos migratórios de sulistas a fim de fixar-se e “civilizar” a região.

Ocupar para civilizar e civilizar para proteger

O Sudoeste paranaense constitui-se em uma área ocupada por grupos que não concebiam limites oficiais construídos pelo homem político, fato que contrastava com os interesses do Estado, portanto considerado uma zona de sombra na fronteira nacional.

No início do século XX, a geopolítica brasileira foi fortemente influenciada pelas concepções do determinismo geográfico alemão de Ratzel, que compreendia o Estado como um organismo biológico com necessidade de crescimento. Embora representado em sua concepção por poucos autores, tais como “Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade, sendo os dois últimos militares” (MIYAMOTO, 1995, p. 46).

Nos pensadores da geopolítica brasileira, percebe-se que a

influência de Ratzel é visível em todos eles, mas nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais. A utilização desses elementos, porém, é fato perfeitamente compreensível, porque o país, situando-se entre os maiores possuidores de massas terrestres, necessariamente teria que ver seu espaço e sua posição geográfica considerados por quem quer se dispusesse a estudá-lo, independentemente de ter ou não lido Ratzel ou Mackinder (Idem, p. 46).

Segundo Miyamoto, Backheuser, um dos precursores da geopolítica brasileira,

Foi influenciado pelas concepções geográficas ratzelianas de espaço e posição, que começou a pensar o território brasileiro. A extensão territorial do país preocupava-o, principalmente os riscos de desagregação a que estava sujeito em virtude da má divisão geográfica, acentuada pelas tendências regionalistas. Com a finalidade de mostrar esse perigo e combatê-lo, objetivando solidificar a unidade nacional, concentrou esforços, canalizando as discussões nessa direção (Ibidem, p. 50).

Assim, para os geopolíticos do período, a República com sua metodologia de descentralização político-administrativa era a causa da instabilidade política brasileira. Dessa forma, o

Brasil não só poderia como deveria ser conduzido através de um poder central, portanto o futuro brasileiro passou a ser um problema de unidade territorial.

Quando Vargas assumiu o poder, no ano de 1930, vários espaços não estavam sendo devidamente ocupados para integração nacional, principalmente a fronteira. O Sudoeste do Paraná era uma dessas regiões, portanto se os geopolíticos da época eram entusiasmados por Ratzel, isso quer dizer que, a criação da Cangaço por Vargas e o incentivo do fluxo migratório para a região Sudoeste do Paraná também foram influenciados pelo determinismo.

De acordo com Zatta,

A posição geográfica do Sudoeste paranaense tem importância estratégica do ponto de vista de Segurança Nacional, pois abrange uma área de fronteira com dois países, divisa com a Argentina e proximidade com o Paraguai. Essa preocupação com segurança cresce de importância à medida que considerarmos tratar-se de fronteira seca, onde o marco divisório resume-se a estradas, propriedades particulares que, com facilidade, se não eficazmente vigiados e patrulhados, servirão de rotas de tráfico, contrabando e corredores de infiltração suscetíveis à invasão em caso de conflito internacional (ZATTA, 2009, p. 30).

É evidente que havia uma preocupação do governo federal em ocupar esta área o mais rápido possível, fato que está baseado na possível superioridade do migrante em relação ao caboclo e ao indígena que se encontravam no Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, compreendia o Estado que era preciso formar uma população sadia, preparada para ajudar no engrandecimento da nação, bem como fortalecer a unidade nacional. O migrante sulista se encaixava perfeitamente aos desejos do que o Estado centralizado estava pretendendo.

Dessa forma, pelo decreto-lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1943, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO (LAZIER, 1998, p. 34), com objetivo de fixar como proprietários cidadãos aptos ao trabalho agrícola. No Estado do Paraná, foram demarcados em torno de 300 mil hectares para destinar aos migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas como a propriedade das terras da região estava *sub judice*, os habitantes não recebiam o título de proprietários, tornando-se desta forma posseiros.

O projeto de colonização político-oficial instituído pelo governo federal de Getúlio Vargas para ocupar a área de fronteira ficou conhecido como a “Marcha para o Oeste”. Com agricultores provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o presidente Getúlio Vargas resolveu uma série de problemas, dentre os quais se enquadrava a tentativa de amenizar o conflito agrário gaúcho nesse período, além de ocupar uma área de fronteira que se apresentava suscetível a uma invasão estrangeira.

De acordo com Carneiro,

A “Marcha para Oeste” constituiu-se na primeira política efetiva dos governos federal e estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Essa política conjunta tinha por objetivo o deslocamento espacial da força-de-trabalho para novas regiões férteis, incrementando a agricultura extensiva com o intuito de iniciar o aumento da produção de alimentos para os centros urbanos do país, em grande expansão (CARNEIRO, 1981, p. 6-7).

Percebemos que Carneiro preferiu denominar a política de ocupação do Sudoeste do Paraná sendo “Marcha para Oeste”, porém utilizaremos o termo “Marcha Civilizacional”, pois, entendemos que era esse mesmo o entendimento dos representantes políticos desde meados do século XIX. O aristocrata militar Duque de Caxias, em um discurso no senado federal no

ano de 1859, apresentou algumas de suas preocupações e o seu entender sobre o tema, como segue em sua alocução:

Num país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos baldo (carente) de população civilizada e, em outros apenas habitados por selvagens, limítrofe, além disso, com Estados em idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, como também medida política (dir-se-ia geopolítica) de reconhecida necessidade (KRUGER, 2010, p. 106-107).

Ao analisarmos com consideração os primeiros habitantes do Sudoeste do Paraná entendemos que os mesmos não cumpriam os anseios que o Estado almejava. Além disso, pairava sobre os governantes brasileiros o receio de uma possível incursão da Argentina em solo brasileiro, pois, em uma zona de

interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sócio-políticas e culturais distintas, cada lado da fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas. Caracterizam-se [...] por serem locais de instabilidade e mutabilidade, onde podem surgir reações e conflitos de diferentes naturezas (nacionalistas, libertadores, econômicas etc.), a partir tanto das aspirações das populações que vivem nessas zonas, como de pressões externas (BECKER, 2006, p. 67).

Sabe-se, no entanto, que Argentina e Brasil travaram uma disputa diplomática durante anos pelas possessões de uma região territorial na qual estava inserido o Sudoeste paranaense. De acordo com Vannini, a CANGO foi projetada para assentar famílias nas terras que há muito tempo foram pretendidas pela nação vizinha Argentina.⁷

⁷ VANNINI, Ismael Antonio. A ocupação da (RCI), região colonial Italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, C.A.; CHNEIDER, Claúdes Rejane (Org.). *Revisitando a*

No que se refere à ocupação do Sudoeste do Paraná, promovida pelo governo federal, Martins (1986, p. 26) ressalta que o

presidente Vargas em 12 de março de 1943, com o objetivo de promover a ocupação física da rica e extensa faixa de nossa fronteira, fixando nela, inicialmente, reservistas que haviam sido deslocados de seus afazeres rurais para prestação do serviço militar obrigatório e, posteriormente, outras famílias brasileiras que se comprometiam a observar as diretrizes emanadas do Departamento Nacional de Produção Vegetal.

Segundo Zatta (2009, p. 24), foi somente

a partir de 1940 Vargas estabeleceu para diversas regiões do país uma política de governo que objetivava aprimorar a produção agrícola. Como estratégia organizacional, criou sete colônias Agrícolas Nacionais. Esta espécie de *granjas-modelo* tinha como finalidade a colonização e ocupação de *espaços vitais* ainda inabitados. Tal política de interiorização tornou-se conhecida como “Marcha para o Oeste” e essas áreas ocupadas chegaram a ser conhecidas como Nova Califórnia, uma comparação com o modelo norte-americano.

O historiador Vannini (2007, p. 26) aponta a importância estratégica com a criação da CANGO na área de fronteira com a Argentina:

A colônia Agrícola (CANGO) projetada para assentar os colonos foi a grande responsável pelo empreendimento colonizador, representou a ação da política nacional de ocupação das fronteiras e forneceu a infraestrutura básica para o assentamento dos colonizadores.

Paralelo a isso, é notório observar que quanto mais se avança no período do Estado Novo, mais percebemos a centralização

história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. 1. ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007, p. 25.

política da ditadura varguista que se apresenta como medida estratégica de nacionalização das fronteiras. Um exemplo claro desta nacionalização é a criação do Estado Federal do Iguaçu, que assim como a CANGO, fora motivado pela forte influência geopolítica.

Para o governo federal, regrado pelos aspectos geopolíticos, o indígena e o caboclo não cumpriram função estratégica de defesa nacional, muito menos eram vistos como promotores do desenvolvimento econômico.

Segundo Lopes (2002, p. 26),

a criação do território federal, no interesse da defesa nacional, está em correspondência com a necessidade de atender a situações relacionadas com a defesa externa, promover o desenvolvimento econômico e a integração do todo nacional, bem como em socorrer as graves deficiências econômicas e sociais das chamadas áreas problemáticas sujeitas a certa vulnerabilidade do ponto de vista da segurança interna ou externa.

Os interesses estratégicos nacionais e o posicionamento do Exército na região

até o presente momento não se teve acesso a nenhuma referência historiográfica que analise especificamente a participação militar do exército no movimento de 1957. As bibliografias disponíveis se arriscam em algumas colocações, mas nunca de forma mais segura. No entanto, buscou-se fazer uma análise entre quatro autores que em suas obras fizeram referências sobre a Revolta de 1957 e a participação do exército neste episódio.⁸

⁸ Hermógenes Lazier. *Paraná: Terra de todas as gentes de muita História* – 2005 em entrevista à Revista Gente do Sul nº 41, 1997, Iria Zanoní Gomes, *1957, mil novecentos e cinquenta sete: a revolta dos posseiros*: Curitiba, 1987, Rubens de Souza Martins, *Entre jagunços e posseiros*. Curitiba: S/Editora, 1986 e Ronaldo Zatta, *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense* (Dissertação) Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História – UPF, Passo Fundo, 2009.

Mesmo os autores tendo concepções teóricas divergentes, o que chama atenção é a convergência entre todos os autores na afirmação de que o Exército esteve ao lado dos posseiros e teve papel preponderante no desenrolar dos fatos, ou seja, os autores apontam para algo que não é comum: uma organização militar apoiar um movimento social.

De acordo com Lazier, “o Exército foi a favor dos posseiros. Tem alguns que dizem que o Exército ficou em cima do muro [...] O Exército ficou a favor dos posseiros em todos os sentidos. Então, o governo federal ficou a favor dos posseiros”.⁹ Assim como Lazier, o autor Rubens da Silva Martins também afirma o posicionamento do Exército em apoio aos revoltosos, argumentando que: “naquele dia, com a ocupação da cidade de Francisco Beltrão pelo Destacamento do Exército ali sediado, [...] imobilizou as autoridades estaduais” (MARTINS, 1986, p. 399).



Escolta aos jagunços. Militares do Exército retirando os jagunços da cidade de Francisco Beltrão em outubro 1957.

Fonte: Entre Jagunços e Posseiros de 1986.

⁹ REVISTA GENTE DO SUL, Francisco Beltrão, n. 41, 1997.

Ronaldo Zatta afirma que o convívio local formou laços de fraternidade que deu origem a um imaginário social regional com atores definidos, os colonos *anciões* e os militares *guardiões* da sociedade regional. Também salienta o mesmo autor, que entre os posseiros colonos havia ex-militares, por isso havia uma proximidade entre eles. Para o autor supra citado,

não fora essa a razão fundamental da intervenção das tropas federais no Sudoeste, porém colaborou sobremaneira, de forma indireta para a perpetuação dos laços afetivos adquiridos na caserna e mantidos através do convívio agora estreitado pela presença fardada na área (ZATTA, op. cit., p. 73).

Percebe-se que Gomes, sobre o posicionamento de o exército participar da luta de classes, justifica que,

do ponto de vista da classe dominante, a expectativa clássica, é de que o exército reprima as classes subalternas e defenda os interesses do capital.[...] O exército não se posicionou nem contra as companhias, nem a favor dos colonos.[...] os interesses do exército coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos. E, mais do que ficar do lado desses, o exército defendeu seus próprios interesses, em detrimento dos interesses das companhias imobiliárias e seus Aliados (GOMES, 1987, p. 104-105).

Conforme relatos de Gomes, não houve uma atuação direta do exército no que tange ao movimento social, embora se posicionasse favorável aos colonos. Entende-se, dessa forma, que essa posição favorável aos posseiros caminhou ao encontro dos interesses da União, ou seja, pelo fato de o exército tomar tal posicionamento indica que essa pretensa neutralidade, não é tão neutra assim, pois o exército se posicionou favorável aos interesses estratégicos, a quem estavam subordinados, que

eram os interesses da União, foi favorável aos posseiros, sem sombra de dúvida, já que vinha de encontro às suas aspirações.

Portanto, não devemos afirmar, através deste episódio, que o exército é um defensor das causas sociais, mas sim defensor de seus próprios interesses, destarte do Estado. Gomes prossegue explicitando que o posicionamento do exército coincide com o os interesses dos colonos, quando o

destacamento do exército, sediado em Francisco Beltrão, [...] foi ali instalado a pedido da administração da CANGO e dos moradores da região. Além disso, o CSN foi explicitamente contra a atuação das companhias de terra [...]. Nesse sentido, pode-se afirmar que os interesses do Exército coincidiram, naquele momento, com os interesses dos colonos (GOMES, 1987, op. cit., p. 105-106).

Outros movimentos sociais, como Canudos e Contestado, envolveram principalmente sertanejos, então considerados pelo positivismo e pelo darwinismo social indivíduos que não atingiram o estágio civilizacional. Já na região Sudeste do Paraná, a ocupação maciça a partir de 1943, deu-se principalmente por descendentes de europeus, considerados símbolo de labor, progresso, trabalho.

A não intervenção do exército no movimento deve-se ao fato que o exército era órgão federal, subordinado aos interesses da União. E quem estimulou a vinda dos colonos para a região foi o governo federal, por isso, obviamente, que a União não iria intervir. Afinal, o exército se posicionou a favor de seu mentor maior que é a União. A participação do exército no movimento não deve ser buscada nos aspectos gerais do Brasil e sim nos específicos de colonização que se deram na região.

Dessa forma, pode-se afirmar que, na historiografia do Sudoeste paranaense, há quase que um consenso entre a maioria dos escritores regionais sobre a participação do exército no Le-

vante Armado de 1957. O que é mais curioso de sua participação é seu posicionamento em prol desse movimento social, novidade única em toda a história do Brasil, um órgão de repressão do Estado defender os interesses das minorias.

A análise da literatura existente não apenas menciona ou sugere a participação e o posicionamento do exército neste levante, mas indica possíveis explicações para dizer o porquê de tal posicionamento. Com a contextualização dos fatos históricos e da localização geográfica estratégica e geopoliticamente à qual a região Sudoeste do Paraná está inserida, conseguimos compreender tal posicionamento do quesito da segurança nacional numa faixa de fronteira, e não de um movimento social reivindicatório por melhores condições de trabalho e justiça no campo.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense* (Dissertação) Mestrado, Universidade de São Paulo. 1998.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do terceiro milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONETI, Lindomar Wessler. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998, p. 81-119.

CORRÊA, L. R. O Sudoeste paranaense antes da colonização. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 32, n. 01, 1970.

KRUGER, Nivaldo. *Guarapuava as fases históricas ciclos econômicos*. Das missões jesuíticas do século XVI à modernidade do século XXI. Guarapuava: Reproset, 2010.

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LOPES, Sérgio. *O território do Iguaçu no contexto da "Marcha para Oeste"*. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis).

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e posseiros*. GMP: Curitiba, 1986.

MICHAELE, Faris Antonio. Presença indígena no Paraná. In: EL KHATIB, Faissal. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v. 3.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas, São Paulo: Papiros, 1995.

PASSOS, A. A. dos. *História de sangue e dor*. Crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). 2009 (Dissertação) Mestrado em História - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1982.

VANNINI, Ismael. A. A ocupação da (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul e as correntes migratórias para o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. In: BONAMIGO, Carlos, A.; SCHNEIDER, Cláides, R. (Orgs.). *Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná*. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p. 11-34.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 1*. Origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel, 2005.

ZATTA, Ronaldo. *Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense* (Dissertação) Mestrado em História Regional. PPGH Mestrado em História - UPF, Passo Fundo, 2009.



Esta obra é um dos reflexos de uma postura pluralizada do ofício histórico de fazer e escrever história. Resultado de pesquisas empreendidas no decurso do Mestrado em História Regional da Universidade de Passo Fundo, os capítulos desta coletânea evidenciam a riqueza da produção recente da historiografia não só ao propor novas questões e perspectivas, mas também ao questionar abordagens clássicas e, especialmente, ao evidenciar olhares múltiplos lançados aos objetos de pesquisa. Também como resultado dessa postura historiográfica, temos a proposição de que a atitude crítica e o olhar ampliado do historiador são necessários para o enriquecimento de toda análise proposta. Assim sendo, a complexidade sócio-histórica também marca as produções vinculadas à perspectiva política, social, cultural ou institucional em cada um dos capítulos deste livro.

A primeira parte da obra agrega produções sobre a história, cultura e política do Rio Grande do Sul. Parte da conceituação de historiador e de história regional; um resgate dos primórdios da Brigada Militar; análise de fontes judiciais de crimes de sedução; imaginário social sobre a Revolução Farroupilha; usura e cooperativismo de crédito; República Velha e a historiografia nas páginas dos jornais. A segunda parte deste livro atém-se à região platina, com temas como relações do eixo Brasil-Argentina com os Estados Unidos; povos platinos, rede e organização sociocultural. A terceira parte agrupa estudos sobre o Sudoeste do Paraná, tais como processo de ocupação e geopolítica.

A história é uma ciência em construção contínua, que é também histórica e tem muito a aprimorar-se e a contribuir com a sociedade. Desvelar os meandros de fatos e contextos que parecem dados, desobscurecer pré-conceitos, historicizar comportamentos e ações, são sim importantes meios de reflexão sobre o ser e o fazer história de cada um de nós, pesquisadores e leitores.

Gizele Zanotto,
doutora em História Cultural pela UFSC

ISBN 978-85-8200-018-2



www.meritos.com.br